

**Filipe Vicentini Faeti**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**FILIADOS E PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE NOS PARTIDOS  
BRASILEIROS: abrindo a caixa preta<sup>1</sup>**

São Carlos, São Paulo

2025

---

<sup>1</sup> Projeto totalmente financiado pela FAPESP com o processo de número [2020/11888-6](#)

**Filipe Vicentini Faeti**

**FILIADOS E PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE NOS PARTIDOS  
BRASILEIROS: abrindo a caixa preta**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política para obtenção do título de doutor em  
Ciência Política

Orientação Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro

Coorientação Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

São Carlos, São Paulo

2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Filipe Vicentini Faeti, realizada em 30/06/2025.

**Comissão Julgadora:**

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro (UFSCar)

Prof. Dr. Fernando de Magalhães Papaterra Limongi (USP)

Profa. Dra. Gabriela da Silva Tarouco (UFPE)

Prof. Dr. Luís Gustavo Bruno Locatelli (UFSCar)

Prof. Dr. Vinicius Silva Alves (IDP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Pedro Floriano Ribeiro, pela orientação atenta e decisiva em todas as etapas desta tese.

À FAPESP, sou grato pelo financiamento integral desta pesquisa e pelo apoio ao estágio no Instituto de Iberoamérica da Universidade de Salamanca na Espanha.

Agradeço aos membros da banca avaliadora — Fernando Limongi, Gabriela Tarouco, Luís Gustavo Locatelli e Vinicius Alves — pelo aceite e pela leitura desta tese.

À minha família — Ana Lúcia, Washington, Ingrid Gabriely, Pávila, Pâmela, Francisco, Hugo, Tiago, Livia e Ana Ribeiro —, agradeço o apoio constante, carinho e paciência, mesmo à distância.

Aos amigos que estiveram ao meu lado nos últimos anos, dentro da universidade, meu muito obrigado. A Gabriel Casalecchi e família, por me acolherem em São Carlos. A Éder Gimenes, Ednaldo e Valquiria Ribeiro, pelo suporte durante o doutorado. A Daniel da Rocha, Matheus Gomes Ferreira e Gustavo Venturelli, pela parceria nos eventos. Aos colegas da turma de 2020 — especialmente João Sartori, Fabiana Souza e Tailon Rodrigues —, pela companhia, pelas trocas intelectuais e pelo apoio nas etapas mais angustiantes da tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar, e aos colegas do NUPPOL-UEM, CEPP-UFSCar, VOX-UFSCar, NEPLA-UFSCar e CPCD-UEM, pelo ambiente de colaboração. A Vinicius Alves, agradeço pelo apoio incondicional e paciência na construção do projeto FAPESP; a Nayara Albrecht, pela generosa ajuda no projeto BEPE.

Ao corpo técnico, docente e discente do Instituto de Iberoamérica, em especial a Manuel Alcántara e a Francisco Sánchez, agradeço a acolhida acadêmica. Aos amigos em Salamanca — Rodrigo Rodrigues Silveira, Nicolás Miranda, Sofia Osorio, Luciana, Rebeca, Alvaro, Julian, Erika, Camilo, Ugo, Lucas e Agustina—, bem como a todos da residência MicasaInn, deixo meu afeto pelas conversas, histórias e memórias vividas na Espanha.

A Ana, psicóloga que me acompanhou durante o doutorado, e aos amigos de fora da academia — Gustavo Mologne, Hugo Bernardo, Gabriel Belther, Leonardo Gobbi, Vinicius Costa, Rayne Herédia, Daniel Guerreiro, Vitor Honório, Lucas e Rafael Alencar, Pablo Petravicius, Matheus Mellado — e outros, agradeço por tornarem esses anos mais leves.

Que este trabalho, construído com o apoio de tantas pessoas, possa contribuir — ainda que modestamente — para o fortalecimento e a compreensão da democracia no Brasil. Convém insistir, todavia, que eventuais erros, lacunas ou incoerências da obra são de responsabilidade exclusiva do autor.

## RESUMO

Essa pesquisa relativiza a visão acadêmica tradicional de que não há vida no interior dos partidos brasileiros. Propõe como alternativa um argumento mais ponderado, com foco na filiação como uma medida de enraizamento social, avaliando o tempo mensal dedicado pelos filiados as atividades organizacionais de seus partidos. A partir de um survey inédito com filiados e dirigentes dos vinte e cinco maiores e mais tradicionais partidos do sistema partidário nacional, aplica-se o Modelo Geral dos Incentivos (GIM) e analisa-se o papel de três dimensões pouco exploradas na literatura: a atitudinal, a valorativa e a cronológica. Inicialmente observa-se que a participação de alta intensidade está associada à posse de recursos materiais, à valorização de incentivos coletivos e processuais, e ao senso de influência política — fatores que compõem sua base atitudinal. Em seguida, evidencia-se que os valores também exercem influência sobre esse padrão de engajamento: os filiados a partidos de esquerda são mais propensos à filiação de alta intensidade. Contudo, quando há desajuste entre a posição ideológica do filiado e a do partido, verifica-se uma queda significativa nesse padrão de ativismo. Finalmente, a dimensão cronológica mostra-se igualmente importante. A filiação de alta intensidade é mais comum entre jovens-adultos em fases de transição do ciclo de vida — como ingresso no mercado de trabalho ou formação de família — e entre indivíduos socializados em contextos democráticos recentes, para os quais o ativismo funciona como etapa probatória de inserção e ascensão partidária. Esses achados desafiam a ideia consolidada de que os partidos brasileiros funcionam somente como máquinas eleitorais esvaziadas de militância. Embora apresentem fragilidades organizacionais, observa-se um padrão consistente de ativismo entre os filiados, cujas motivações combinam recursos materiais, valores políticos e trajetórias biográficas. Ao encontrar que o ativismo nas bases partidárias é significativo e orientado por esses fatores, a tese contribui para reposicionar os estudos sobre partidos no Brasil e para avançar na compreensão das dinâmicas que sustentam — ou limitam — as suas dinâmicas internas.

**Palavras-chave:** Ativistas, Participação política, Engajamento de alta intensidade

## ABSTRACT

This research challenges the traditional academic view that there is no internal life within Brazilian political parties. As an alternative, it proposes a more nuanced argument, focusing on party membership as a measure of social rootedness, it evaluates the amount of time party members dedicate each month to their party's organizational activities. Based on an original survey of members and leaders from the twenty-five largest and most traditional parties in Brazil's party system, this study applies the General Incentives Model (GIM) to analyze the role of three dimensions that remain underexplored in literature: the attitudinal, the value-based, and the chronological. The findings initially show that high-intensity participation is associated with access to material resources, the valorization of collective and procedural incentives, and a sense of political influence—factors that make up its attitudinal foundation. The study also shows that values influence this pattern of engagement: members of left-wing parties are more likely to exhibit high-intensity affiliation. However, when there is a mismatch between a member's ideological position and their party, a significant drop in activism is observed. Finally, the chronological dimension also proves to be relevant. High-intensity affiliation is more common among young adults in transitional life-cycle stages—such as entering the labor market or starting a family—and among individuals socialized in more recent democratic contexts, for whom political activism serves as a probationary stage for entering politics and advancement within the party. These findings challenge the widespread notion that Brazilian political parties function solely as electoral machines without activism. A consistent pattern of activism among party members is observed, driven by a combination of these factors. By demonstrating that grassroots activism is both significant and shaped by these factors, this dissertation contributes to repositioning the study of political parties in Brazil and advances our understanding of the dynamics that sustain—or constrain—their internal functioning.

**Keywords:** Activists, Political participation, High-intensity engagement

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tipos de incentivos ofertados pelos partidos políticos na filiação partidária.....	20
Tabela 2. Distribuição de respondentes por partido político (%).....	40
Tabela 3. Características sociodemográficas dos respondentes do survey cepp (%).....	41
Tabela 4. Tempo mensal dedicado ao partido (%).....	43
Tabela 5. Incentivos envolvidos na filiação partidária (%).....	44
Tabela 6. Sentimento de influência política dos filiados brasileiros (%).....	45
Tabela 7. Atividades desempenhadas pelos filiados (%).....	45
Tabela 8. Avaliações dos filiados brasileiros sobre temas políticos (%).....	50
Tabela 9. Auto posicionamento e posicionamento ideológico relativo do partido (%).....	50
Tabela 10. Idade recodificada em quatro faixas-etárias.....	55
Tabela 11. Faixas geracionais dos filiados brasileiros.....	57
Tabela 12. Preditores da Participação de Alta Intensidade entre os Filiados.....	107
Tabela 13. Participação de Alta Intensidade e Posição Ideológica dos Filiados.....	108
Tabela 14. Posição Ideológica e Incentivos Políticos Envolvidos na Filiação Partidária.....	108
Tabela 15. Posicionamento Ideológico e Participação Política dos Filiados.....	109
Tabela 16. Posicionamento Incoerente entre os Filiados (%).....	109
Tabela 17. Participação de Alta Intensidade e Marcadores Cronológicos.....	110
Tabela 18. Participação de Alta Intensidade Ciclo de Vida e Geração de Filiados.....	111

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Padrões atitudinais da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil .....	47
Figura 2. Padrões valorativos da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil .....	53
Figura 3. Padrões sociológicos da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil ...	56
Figura 4. Padrões geracionais da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil.....	58
Figura 5. Número Total de Filiados a Partidos Políticos em Vinte e Cinco Países.....	106

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Resumo da tese: dimensões analíticas, hipóteses e indicadores de avaliação .....	38
Quadro 2. Classificação das organizações partidárias brasileiras segundo seus filiados .....	49

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Modelo de MQO - Preditores da teoria dos recursos cívicos.....	61
Gráfico 2. Modelo de MQO - Preditores da teoria da escolha racional .....	62
Gráfico 3. Modelo de MQO - Preditores da teoria da psicologia social .....	64
Gráfico 4. Modelo de MQO - Preditores do modelo geral dos incentivos (GIM) .....	65
Gráfico 5. Modelo de MQO - Atividades envolvidas na filiação de alta intensidade.....	67
Gráfico 6. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e posicionamento ideológico.....	74
Gráfico 7. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e posicionamento ideológico.....	75
Gráfico 8. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e posicionamento ideológico.....	76
Gráfico 9. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e extremismo ideológico .....	77
Gráfico 10. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e posicionamento moderado.....	78
Gráfico 11. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e posicionamento incoerente .....	79
Gráfico 12. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e idade dos filiados.....	87
Gráfico 13. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e ciclo de vida dos filiados .....	88
Gráfico 14. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade geração dos filiados.....	90

## LISTA DE ABREVIATURAS

AVANTE	Avante
CEPP	Centro de Estudos de Partidos Políticos
CIDADANIA	Cidadania
DEM	Democratas
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
GIM	General Incentives Model
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PATRIOTA	Patriota
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMN	Partido Mobilização Nacional
PODE	Podemos
PP	Partido Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
REPUBLICANOS	Republicanos
SOLIDARIEDADE	Solidariedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. CAPÍTULO TEÓRICO</b> .....	17
2.1 PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E OS FILIADOS BRASILEIROS.....	17
2.2 PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E IDEOLOGIA DOS FILIADOS.....	24
2.3 PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E MARCADORES CRONOLÓGICOS.....	31
2.4 DISCUSSÃO .....	37
<b>3. DADOS E MÉTODOS</b> .....	39
3.1 O SURVEY CEPP.....	39
3.2 A DIMENSÃO ATITUDINAL DA FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE.....	43
3.3 A DIMENSÃO VALORATIVA DA FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE.....	48
3.4 A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DA FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE.....	54
<b>4. PARTICIPAÇÃO E FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE NOS PARTIDOS BRASILEIROS: ABRINDO A CAIXA PRETA</b> .....	59
4.1 INTRODUÇÃO.....	59
4.2 RESULTADOS .....	60
4.3 DISCUSSÃO .....	68
4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	70
<b>5. IDEOLOGIA E FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE: IMPLICAÇÕES DOS VALORES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS FILIADOS BRASILEIROS</b> .....	72
5.1 INTRODUÇÃO.....	72
5.2 RESULTADOS .....	74
5.3 DISCUSSÃO .....	80
5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	82
<b>6. CICLO DE VIDA, GERAÇÃO E FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE: IMPLICAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS FILIADOS BRASILEIROS</b> .....	85
6.1 INTRODUÇÃO.....	85
6.2 RESULTADOS .....	87
6.3 DISCUSSÃO .....	93
6.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	96
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
<b>REFÊNCIAS</b> .....	101
<b>ANEXOS</b> .....	106

## INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta uma leitura alternativa sobre a ausência de vida no interior dos partidos brasileiros. A partir de um *survey* com seus filiados, serão descritos os padrões de cultura política da filiação de alta intensidade, definida como o grupo de filiados que dedicam mais horas mensais de seu tempo a seus partidos (Whiteley & Seyd, 2002). Amparado em evidências empíricas, será argumentado que o padrão de organização partidária que opera no Brasil se distingue daquele encontrado nas democracias consolidadas, que sinalizam menor participação partidária (Ribeiro & Locateli, 2019). Assim, será proposta uma visão mais ponderada da ideia de ausência de vida no interior dessas legendas (Mainwaring, 2018).

Esta tese se situa no debate mais amplo sobre o duplo afastamento entre eleitores e partidos políticos (Katz & Mair, 2018). As leituras do lado da demanda imputam a perda de valor dos filiados como recurso organizacional à redução dos incentivos para o seu recrutamento por parte das organizações partidárias (Mair, 2003). As interpretações do lado da oferta aludem à preferência dos eleitores por outras modalidades participativas, em vez da filiação (Giugni & Grasso, 2022; Valgarðsson et al., 2022). Dessa forma, baseadas nas taxas de filiação em queda há seis décadas na Europa, ambas decretam a extinção dos filiados como recurso organizacional e como perfil de ativista político (Biezen, Mair & Poguntke, 2012).

Contudo, devido à sua natureza comparada, esses estudos fundamentam-se em dados agregados. Nesse sentido, não captam as mudanças em casos individuais e, portanto, não se sabe se quem se desfilia são os filiados ativos ou não, o que torna impreciso comparar e generalizar o declínio da filiação (Gauja, 2015). Segundo Scarrow (2014), o foco em uma leitura utilitária da filiação levou os estudiosos a negligenciarem as variáveis endógenas aos partidos, isto é, a percepção dos próprios filiados sobre seu papel nas decisões partidárias. Portanto, essa tese seria questionável, uma vez que quem define a importância dos filiados são as próprias organizações partidárias, por meio de seus estatutos, e essa medida seria variável conforme a avaliação dos filiados em cada caso particular.

Scarrow (2014) sugere que uma nova leitura deveria focar no fluxo entre o lado da demanda e o lado da oferta. Nesse sentido, a filiação deve ser analisada pela interação entre os filiados e as organizações partidárias, definida nesta tese como culturalismo moderado, por não desconsiderar que as instituições incentivam a participação por meio de retribuições, mas que variáveis individuais afetam as respostas comportamentais dos indivíduos a esses constrangimentos, conforme o General Incentives Model (Whiteley & Seyd, 2002). Isso

porque o estudo desse objeto apenas com dados agregados, tanto no lado da demanda quanto no lado da oferta, superestimaria a tese do declínio da importância da filiação e dos filiados.

O interesse da ciência política brasileira pelos filiados como objeto de análise é recente. Embora possua uma das maiores taxas de eleitores filiados do mundo – cerca de 10,3% –, não há um campo de estudos sobre filiados, e a filiação é considerada a “prima pobre” da agenda partidária (Cervi, Terron & Soares, 2021). Mesmo com regras mais rígidas para a filiação, até pela perspectiva avaliativa de casos com partidos que operam com custos reduzidos e elevados benefícios da filiação, o que a literatura tem denominado como *Multi-Speed Members*, o Brasil ainda seria um caso positivamente desviante (Scarrows, 2014).

Portanto, duas características tornam o Brasil um caso único para análise, devido à sua não equivalência em perspectiva comparativa: as altas taxas de filiação e o desinteresse dos estudiosos pelo tema (Caramani, 2023). Devido a isso, ainda é comum que estudos que utilizam os filiados como subsídio para explicar outros fenômenos argumentem que, à exceção do PT, a filiação nos demais partidos seria um ato esvaziado de sentido. Nessas legendas, não haveria vida interna fora do período eleitoral, pois, em sua maioria, seriam organizações cartoriais, amorfas e não programáticas (Mainwaring, 2018). A filiação, nesses casos, tenderia a ser oportunista (Speck, 2013), voltada à obtenção de cargos, e utilitária (Cervi, Terron & Soares, 2021), como meio de acesso a recursos estatais.

Contudo, essa leitura contrasta com a falta de trabalhos e dados sobre filiados. São poucos os números de respostas e de questões sobre filiados em pesquisas de opinião pública, os dados do TSE carecem de atualização, e as organizações partidárias não se interessam em compartilhar essas informações (Ribeiro & Amaral, 2019). Assim, a tese da debilidade das bases partidárias brasileiras ainda necessita de comprovação. Um desenho possível é adaptar o conceito de participação de alta intensidade a esse caso, preenchendo duas lacunas nesta agenda: uma empírica, ao utilizar dados originais sobre os filiados; e outra teórica, ao propor um modelo de análise voltado à compreensão desse padrão de ativismo nesses partidos.

Com o objetivo de investigar as dinâmicas internas dos partidos no Brasil e diante das fragilidades empíricas apontadas pela literatura, esta tese adota como estratégia a aplicação de um survey exclusivo com filiados, tal como fazem as pesquisas comparadas sobre organização partidária. Trata-se do Survey do Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP), realizado por conveniência com membros das 25 maiores legendas do país em 2020, distribuídos conforme a taxa de filiação por estado registrada no TSE. Com esses dados, será analisada a cultura política da filiação de alta intensidade no interior desses partidos políticos.

Portanto, o **objetivo geral** desta tese é identificar quais são os padrões de cultura política do filiado intensamente engajado no interior dos partidos brasileiros. Para isso, são adotados como **objetivos específicos** a avaliação de três dimensões desse tipo de ativismo: a atitudinal, com a descrição dos condicionantes deste padrão de ativismo; a valorativa, com a discussão da relação entre a ideologia e a filiação de alta intensidade e a sociológica, analisando se diferentes marcadores temporais se associam com a filiação de alta intensidade.

Resumidamente, os resultados desta tese destacam a existência de participação de alta intensidade nos partidos brasileiros, e que esse padrão atitudinal varia conforme os marcadores valorativos e cronológicos dos filiados. Com base nisso, questiona-se a ideia de ausência de *party on the ground* nesse caso, oferecendo, como alternativa, uma leitura mais moderada, baseada no sentido valorativo e socializador da filiação no interior dessas legendas.

Esse argumento é primeiramente construído no capítulo 2, onde se contextualiza o objeto de estudo, identificam-se lacunas na agenda de pesquisas sobre filiados e fundamenta-se teoricamente o problema de pesquisa, justificando a escolha do modelo utilizado nos testes de hipóteses. A primeira seção introduz o modelo dos incentivos gerais (GIM) e discute seu ajuste para explicar os padrões atitudinais da filiação de alta intensidade. A segunda seção aborda a relação entre valores e atitudes nesse padrão de ativismo. Já a terceira seção analisa os marcadores temporais e sua conexão com a participação de alta intensidade no Brasil. Por fim, as considerações finais sintetizam as informações do capítulo em um quadro analítico.

No capítulo 3, será apresentada a base de dados, o *Survey CEPP*. Serão abordados seu ineditismo, a sua definição amostral, suas potencialidades e seus limites. Em seguida, serão descritas as características atitudinais, valorativas e cronológica dos respondentes. A técnica utilizada para os testes de hipóteses é justificada com base na distribuição dessas variáveis.

No capítulo 4, organizado como artigo, será investigado: quais são os preditores da filiação de alta intensidade? Essa questão será respondida por meio da estimação do *General Incentives Model* (GIM), que reúne variáveis de três teorias da Ciência Política, refletindo a multidimensionalidade desse padrão de ativismo. O modelo considera: (i) da teoria da escolha racional, os tipos de retribuições buscados na filiação; (ii) da teoria dos recursos cívicos, os atributos materiais e cognitivos necessários à filiação; e (iii) do modelo da psicologia social, o senso de eficácia da filiação (Whiteley & Seyd, 2002). A justificativa para essa abordagem é que a filiação de alta intensidade exige a posse de recursos, o autointeresse e o senso de influência política. Com base nisso, será testada a primeira hipótese desta tese:

**H1** – No Brasil, a filiação de alta intensidade está associada ao acúmulo de recursos materiais, incentivos coletivos e à influência partidária dos filiados.

No capítulo 5, organizado como artigo, será investigado: os filiados a partidos de esquerda são mais participativos do que os de direita? A inclusão da variável ideologia é justificada com base em três agendas dos estudos partidários: (i) a teoria organizacional, que associa maior ativismo a filiados de esquerda (Swigart et al., 2019); (ii) a lei de May, que sugere que maior extremismo ideológico leva a maior participação (May, 1973); (iii) a tese dos desajustados ideológicos, que relaciona a incoerência entre a posição ideológica dos filiados e a do partido a níveis mais baixos de participação (Haute & Carty, 2012). Essas abordagens fundamentam as seguintes hipóteses desta tese:

**H2** – Filiados a partidos de esquerda são mais engajados do que os de direita.

**H3** – Filiados mais extremistas são mais engajados.

**H4** – A incoerência valorativa está associada à participação de baixa intensidade.

No capítulo 6, organizado como artigo, será investigado se a fase do ciclo de vida e a unidade geracional influenciam a participação de alta intensidade dos filiados. Para isso, adotam-se dois critérios cronológicos: o ciclo de vida, considerando as mudanças ao longo da trajetória dos filiados (Smets, 2016), e a classificação geracional com base nos anos impressionáveis e em um evento político (Mannheim, 1970). O objetivo é verificar se a intensidade da participação varia entre jovens, adultos e velhos ou entre diferentes gerações de filiados. Com base nessa abordagem, formulam-se o restante das hipóteses desta tese:

**H5** – A participação de alta intensidade é mais comum entre filiados jovens-adultos do que aqueles que se encontram em outras fases do ciclo de vida.

**H6** – Gerações mais velhas de filiados tendem a ser menos intensamente engajados do que as gerações mais novas.

A discussão teórica e a validação das seis hipóteses embasam a análise dos padrões de cultura política entre filiados com participação de alta intensidade e a proposição de dois argumentos inéditos relativos aos estudos partidários no Brasil (Whiteley & Seyd, 2002). O primeiro contesta a ideia de que não há vida nos partidos, oferecendo uma visão mais nuançada e cautelosa sobre a fragilidade orgânica de suas bases (Mainwaring, 2018). O segundo aprofunda o conhecimento sobre esse padrão de ativismo ao discutir três novas variáveis como seus preditores (Ribeiro & Amaral, 2019). Assim, esta tese preenche uma lacuna nos estudos sobre partidos e comportamento político, ao identificar e descrever a cultura política dos filiados intensamente engajados nas organizações partidárias brasileiras.

## 2. CAPÍTULO TEÓRICO

### 2.1 PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E OS FILIADOS BRASILEIROS

O Brasil possui uma das maiores taxas de filiados do mundo (figura 5, em anexo), mas nem todos dedicam tempo ao seu partido (Ponce & Scarrow, 2016). A maioria não dedica, alguns dedicam parte do seu tempo e poucos dedicam muito (Scarrow, 2014). Então, por que alguns filiados dedicam mais horas a seus partidos? Esta seção tem o objetivo de listar os preditores da dimensão atitudinal da cultura política da filiação de alta intensidade, definida como aqueles filiados que dedicam mais horas mensais do seu tempo aos seus partidos, para, no capítulo empírico, avaliar sua pertinência para esse padrão de ativismo.

A análise dos partidos e da cultura política dos filiados exige a definição desses conceitos. Na literatura de partidos, os filiados são analisados sob a perspectiva do cálculo dos custos e benefícios da demanda (demand-side) e da oferta (supply-side). Um partido é uma organização que disputa eleições para conquistar o poder político e, para isso, distribui incentivos coletivos e privados a eleitores e filiados por meio de campanhas e programas políticos (Panebianco, 2005). A filiação é um ato formal de deveres e obrigações entre as partes (Gauja, 2015). Já a cultura política dos filiados refere-se às suas orientações em relação a objetos políticos (Almond & Verba, 1989). Nessa tese, a cultura manifesta-se pelos padrões atitudinais, valorativos e cronológicos dos filiados.

Até a última década, as leituras do lado da demanda e do lado da oferta previam a extinção da filiação (Giugni & Grasso, 2022). Pelo lado dos partidos, em razão do seu afastamento do ambiente social e da acomodação no Estado, essas organizações alteraram a lógica de recrutamento, preterindo o recurso voluntário dos filiados em favor do perfil do burocrata e do político profissional para a gestão estatal (Katz & Mair, 2018). Pelo lado dos eleitores, a mudança de valores a longo prazo, devido à substituição geracional, os tornou mais reticentes em relação à filiação, optando por outras formas de ativismo (Dalton, 2018). Por isso, a filiação estaria fadada à extinção, tanto como um recurso organizacional dos partidos políticos quanto como uma modalidade de participação política dos indivíduos.

Devido à sua natureza comparativa, a tese do declínio da filiação e dos filiados se fundamenta em dados agregados, que indicam elevadas taxas de desfiliação há mais de seis décadas na Europa (Mair, 2003). No entanto, nenhuma interpretação do lado da demanda e do lado da oferta explica o motivo pelo qual a desfiliação não é generalizável a todos os casos

(Scarrow, 2014). Medidas mais robustas de contabilidade atribuem as saídas aos filiados inativos e a permanência aos filiados ativos, que seriam responsáveis pelo funcionamento organizacional dos partidos políticos (Ponce & Scarrow, 2016).

Nesse sentido, Scarrow (2014) sugere que uma leitura mais adequada do duplo afastamento entre os filiados e os partidos deveria focar na interação entre o lado da oferta e o lado da demanda, o que se define nesta tese como culturalismo moderado. Essa abordagem não desconsidera que as instituições condicionam as ações dos agentes, mas enfatiza que suas características individuais moldam suas respostas a esses constrangimentos. Essa leitura se ajusta melhor à teoria mais recente da literatura comparada sobre filiação ao questionar a generalização do seu declínio e adotar uma visão menos funcionalista desse objeto, concentrando-se na análise das dinâmicas internas que respaldam as decisões partidárias, incluindo as normas que expressam sua narrativa de legitimidade para a sua filiação. Portanto, a tese da extinção da filiação é questionável, pois a perda de valor dos filiados dependeria dos estatutos oficiais, que variam de acordo com cada partido (Van Haute & Gauja, 2015).

Por essa perspectiva, Gauja (2015) propõe três abordagens para estudar a filiação: a formal, a organizacional e a comportamental. Sob a concepção formal, sua análise implica o estudo das leis e normas que regulam os partidos e as associações (Gauja, 2010; Orr, 2014). Do ponto de vista organizacional, sua interpretação é estratégica e evidencia o tipo de filiado que os partidos buscam recrutar na sociedade. Assim, se a estratégia das lideranças partidárias envolve os filiados, a tendência é o aumento dos incentivos e a diminuição dos custos da filiação; mas, se não envolve, é provável que os custos sejam elevados e os benefícios diminuídos (Seyd, 2020). Na leitura comportamental, a filiação é uma das modalidades de participação disponíveis para influenciar resultados políticos (Giugni & Grasso, 2022).

Pela visão comportamentalista, a adoção do culturalismo moderado deve focar na relação entre os incentivos e as atividades envolvidas no engajamento de alta intensidade dos filiados (Scarrow, 2014). Nessa leitura, os incentivos são os bens oferecidos pelas organizações para engajar os filiados, e as atividades são os meios pelos quais os filiados respondem a esses bens e influenciam os resultados políticos (Whiteley & Seyd, 2002).

Por esse ponto de vista, a filiação é um fenômeno multidimensional, o que implica avaliar as características atitudinais dos filiados. Nesta tese, os filiados intensamente engajados são definidos conforme a definição de Whiteley e Seyd (2002, p. 108): “participation that takes a lot of time and effort on the part of those who are involved in it.”

A participação de alta intensidade é mensurada pelo General Incentives Model (GIM) (Whiteley & Seyd, 2002). O modelo reúne variáveis de três abordagens da Ciência Política: a teoria dos recursos cívicos, a teoria da psicologia social e a teoria da escolha racional. O filiado com esse padrão de ativismo seria o “superativista”, ao dispor de recursos cognitivos e materiais, ser auto interessado e filiar-se para influenciar os resultados políticos.

A variável dependente do GIM, o tempo dedicado ao partido, advém do modelo dos recursos cívicos (Verba, Schlozman & Brady, 1995). Para esse modelo, a participação política demanda recursos materiais e cognitivos dos indivíduos. Portanto, o tempo disponível para o ativismo deve se associar aos recursos dos filiados. O problema com essa teoria é que o maior acesso a recursos, ou seja, a distribuição de renda mais equitativa nas últimas décadas, levou ao declínio, e não ao aumento, das taxas de filiação em democracias consolidadas.

O autointeresse imbuído no tempo dedicado ao partido deriva da teoria da escolha racional (Downs, 2011). Portanto, as variáveis independentes deste modelo são os tipos de retribuições esperadas pelos filiados pela sua participação, ou seja, os cargos e as candidaturas partidárias, que são necessários para contornar o paradoxo da ação coletiva (Olson, 2011). Esse é justamente o problema dessa vertente: em sua versão ortodoxa, a filiação é irracional, pois a maioria dos bens ofertados pelos partidos é coletivo e indivisível (Whiteley, 2022).

O sentimento de influência política devido ao tempo dedicado ao partido provém da teoria da psicologia social. Suas variáveis independentes são os incentivos processuais e os de influência política, ou seja, a convivência partidária e a influência partidária, pautadas nas expectativas em relação às normas sociais que regem os valores, as atitudes e o comportamento de uma determinada coletividade (Klandermans & Stekelenburg, 2022).

O elemento central deste modelo é a eficácia política, ligada à ideia de que, na participação, o filiado não considera apenas o resultado, mas também a efetividade do processo. Essa, por sua vez, se ampara nas normas privadas e públicas correspondentes aos valores dos indivíduos e ao conjunto de opiniões dos demais ativistas. Portanto, os filiados serão ativos se esses parâmetros avaliativos estiverem alinhados. Ou seja, quando inseridos em redes nas quais suas atitudes sejam justificadas, apoiadas e reforçadas normativamente pelos filiados com valores e atitudes semelhantes às suas (Renström & Bäck, 2022).

Whiteley & Seyd (2002) argumentam que as teorias sociopsicológica e da escolha racional se complementam devido às suas fragilidades. A primeira, apesar de distinguir a expectativa das normas privadas e públicas sobre a participação, não diferencia os bens públicos dos bens privados, uma distinção essencial imposta pelo paradoxo da ação política.

Portanto, a filiação para satisfação individual é tratada de forma semelhante àquela voltada para a satisfação coletiva. Além disso, outro problema é a ênfase na subjetividade em detrimento da objetividade da participação.

A segunda desconsidera a irrealidade das premissas necessárias para a tomada de decisões racionais, os limites impostos à própria organização partidária na distribuição de incentivos seletivos para contornar o paradoxo da ação coletiva e a racionalidade das retribuições de natureza não seletiva. Whiteley & Seyd (2002) resolvem esses dilemas com a extensão do escopo da racionalidade à dimensão cognitiva no modelo geral dos incentivos.

Com essas considerações, a modelagem da teoria geral dos incentivos reúne as seguintes variáveis: do modelo dos recursos, destacam-se os atributos materiais, cognitivos e as características dos filiados; do modelo sociopsicológico, o senso de influência política e os incentivos de processo (influência percebida sobre os processos políticos); do modelo da escolha racional, a influência pessoal e os incentivos de natureza coletiva (bem comum obtido pela participação) e seletiva (recompensas materiais ou de status para os indivíduos engajados). Além disso, a participação de alta intensidade se manifestaria em organizações com uma cultura política participativa, pois “os incentivos que promovem esse tipo de engajamento somente operam adequadamente através do contato face a face entre ativistas com crenças semelhantes” (Whiteley & Seyd, 2002, p. 147).

Em uma releitura dessa teoria, Scarrow (2014) analisa dados de filiados de 36 partidos políticos e aponta que, atualmente, os benefícios mais buscados são os coletivos (política pública), os políticos (ideologia) e os seletivos, que podem ser inclusivos (convívio) ou exclusivos (cargos). Segundo a autora, o sistema de incentivos reflete os tipos de estratégias de recrutamento partidário em resposta aos desafios ambientais e aos limites impostos à organização na distribuição de bens seletivos. Assim, alguns partidos políticos têm proposto reformas voltadas à ampliação da distribuição de incentivos de outras naturezas, como políticos e coletivos, não apenas para aumentar as taxas de afiliação, mas também para integrar e estimular a interação entre os filiados e o partido (Achury et al., 2020).

**Tabela 1. Tipos de incentivos ofertados pelos partidos políticos na filiação partidária**

	Incentivo Coletivo Inclusivo	Incentivo Seletivo Inclusivo	Incentivo Seletivo Exclusivo
Psicológico	Identidade Coletiva	Sociabilidade Convívio	Status Social e Político
Material	Benefício político Política Pública	Oferta de serviços Linha de crédito	Patronagem Carreirismo
Político	Positivo e negativo Ideologia	Influência Partidária	Influência Governamental

Scarrow (2014, p.157).

Uma iniciativa nesse sentido foi a criação de canais alternativos de relacionamento entre o eleitorado e os partidos, visando melhorar tanto a transparência quanto a inclusão, por meio de diferentes modalidades de afiliação (Ignazi, 2018). Scarrow (2014) classifica essas ações, direcionadas a indivíduos interessados em se aproximar sem se integrar formalmente a um partido, como *Multi-Speed Membership*. Com as redes sociais, os custos de sua execução seriam baixos, enquanto os benefícios, como a ativação de uma base eleitoral, seriam altos. A partir do nível de interação entre partido e eleitores, a autora tipificou seis perfis de membros partidários, em ordem decrescente de tempo dedicado ao ativismo: os filiados, os partidários, os simpatizantes, os financiadores, os seguidores e os identificados.

Contudo, tanto as inovações voltadas ao aumento das taxas de filiação quanto aquelas destinadas a integrar os filiados mostraram-se pouco efetivas (Scarrow, 2014). Os dados sobre estudos comparados de filiação indicam que apenas 10% dos filiados são ativos em seus partidos. Além disso, esses filiados constituem uma elite social, pois não correspondem às características sociodemográficas dos eleitores de seus partidos (Van Haute & Gauja, 2015).

Na América Latina, a agenda de filiados continua sendo a “caixa preta” nos estudos sobre partidos políticos. Assim, as motivações da filiação de alta intensidade nas organizações partidárias permanecem desconhecidas (Levitsky et al., 2016). Há trabalhos sobre militância fundamentados em entrevistas, mas desenhos amostrais com filiados são incomuns. Os países da região que dispõem de registros indicam altas taxas, sem detalhar o status dessa filiação: Argentina (28%), Brasil (11%), Chile (6%) e México (12%) (Dosek, 2013).

No Brasil, apenas na última década foi criado um campo de estudo sobre filiados. Speck (2013) justifica sua origem tardia pela ausência da discussão sobre a filiação na agenda de partidos, pela fragilidade dos dados de filiação e pela não equivalência da importância da filiação com o modelo do partido de massas, devido à isenção de taxas. Portanto, a filiação teria sido historicamente ignorada por sua natureza formal e sem conteúdo. No entanto, os estudos mais recentes têm reavaliado essa interpretação, adotando a filiação como objeto de análise, em vez de subsidiária da explicação de outros fenômenos, a partir das características gerais da filiação (Speck, 2013; Cervi, Terron & Soares, 2021; Speck, Costa & Braga, 2015) e da filiação de alta intensidade (Paludo, 2017; Ribeiro & Amaral, 2019; Faeti, 2020).

Até onde se tem registro, Speck (2013) realizou o primeiro esforço para avaliar os sentidos da filiação partidária no Brasil. Na ausência de dados individuais sobre o objeto, o autor utilizou o momento do registro da filiação na Justiça Eleitoral para levantar duas hipóteses sobre as motivações da filiação partidária. Por um lado, se a filiação fosse pré-

eleitoral, ocorrendo no período de campanha eleitoral, ela seria ideológica. Por outro, se a filiação fosse pós-eleitoral, no momento de distribuição de cargos, ela seria oportunista. Seus resultados, no entanto, refutam ambas as expectativas. A condição de elegibilidade nas eleições municipais, aliada às convenções partidárias, seria um dos principais motores da filiação partidária. Assim, o autor argumenta que a filiação não seria nem ideológica nem oportunista, mas pragmática, devido à necessidade de os eleitores pleitearem cargos públicos.

Posteriormente, Speck, Costa & Braga (2015) identificaram qual seria o perfil da filiação partidária no Brasil. Como o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) não continha perguntas específicas sobre a filiação, os autores recorreram a preditores utilizados em análises do comportamento eleitoral para descrever as características gerais dos filiados. Seus resultados apontam a não representatividade do filiado perante o eleitor, na medida em que seriam mais politizados devido ao interesse por política e possuiriam mais recursos materiais e cognitivos. Além disso, são mais propensos a participar de organizações, a votar no mesmo partido em distintos pleitos e a posicioná-lo corretamente na escala ideológica. Portanto, os autores concluem que a filiação não seria sem sentido, mas apenas ignorada como preditora do comportamento político brasileiro, cabendo a futuras pesquisas entender o seu significado.

Recentemente, Cervi, Terron & Soares (2020) defendem que a filiação é uma variável robusta para a explicação do comportamento político, pois a abstenção eleitoral se relacionaria inversamente às taxas de filiação em nível municipal. Adicionalmente a essa descoberta, o artigo descreve que a taxa de filiação se expande nos municípios onde o IDH diminui. Desse modo, os autores propõem uma leitura utilitária da filiação: por parte dos eleitores, para acessar bens públicos na presença do Estado; e, por parte das elites partidárias, para controlar seus redutos eleitorais. A partir disso, atribuem ao baixo número de estudos sobre filiação e ao seu esquecimento por parte dos estudiosos brasileiros a propagação da tese de que a filiação seria esvaziada de sentido, e argumentam que a superação dessa visão só seria viável com a produção de novos estudos de nível individual sobre os filiados brasileiros.

Por outro lado, os estudos sobre a participação de alta intensidade avaliam o que leva os filiados a dedicarem mais horas a seus partidos. A diferença desses trabalhos em relação àqueles sobre os sentidos da filiação decorre da originalidade de seu material empírico, desenhado exclusivamente para filiados. Assim, devido à dificuldade na coleta desse tipo de dado, as publicações sobre esse tema se restringem a poucos casos. Nesse sentido, destaca-se como estudo precursor dessa área a análise exploratória de Amaral (2014), que identificou a posse de recursos materiais e o interesse por incentivos coletivos associados a esse padrão de

ativismo nas bases de dez partidos paulistas. Com isso, o autor questiona a tese da ausência de sentido da filiação, pois um terço dos filiados dedica mais de vinte horas mensais a seus partidos, um valor superior ao relatado pelos estudos comparados sobre filiação na Europa.

Em um estudo sobre a filiação de alta intensidade no Partido dos Trabalhadores (PT), Paludo (2017) listou o tempo de filiação, os recursos materiais e as retribuições seletivas e coletivas associadas a esse padrão de ativismo. Além disso, o autor também identificou uma diferença geracional na retribuição buscada na participação partidária, na medida em que os “velhos petistas”, filiados entre 1980 e 2002, se engajam movidos pelo interesse em incentivos simbólicos e processuais, enquanto os “novos petistas”, filiados após 2003, com o PT no governo, participam pleiteando os incentivos seletivos, materiais e exclusivos.

Essa diferença nos incentivos almejados pelos velhos e novos petistas teria implicações na acomodação das bases organizacionais do PT. Com relação às atividades de organização do partido, Faeti & Gimenes (2025) encontraram que as modalidades centrais ao funcionamento partidário, ligadas às suas posições decisórias, como a coordenação de campanhas, seriam exercidas pelos velhos filiados, enquanto aquelas secundárias, mais auxiliares, como o trabalho em comícios políticos, a distribuição de abaixo-assinados e de petições, menos notórias, seriam desempenhadas especialmente pelos novos filiados.

Novamente sobre os partidos do Estado de São Paulo, Ribeiro & Amaral (2019) apontam a existência de semelhança entre o perfil sociodemográfico dos filiados e das lideranças médias desses partidos baseados em estudos anteriores sobre essas organizações. Segundo os autores, isso se daria pelo número de filiados previamente envolvidos e remunerados pelos partidos. Além disso, uma parte ainda pagaria taxas mensais e anuais de filiação e doaria dinheiro às campanhas eleitorais. Por fim, a maioria desses filiados é composta por homens, brancos, mais velhos, mais escolarizados, com elevada renda, mais interessados por política e temas relacionados, e com mais tempo mensal disponível para se dedicar às atividades de base organizacional dos partidos políticos aos quais são filiados.

Nesse sentido, a participação de alta intensidade nessas organizações partidárias se associaria ao interesse pelos incentivos coletivos, à posse de recursos cognitivos e materiais e ao sentimento de eficácia política dos filiados. Com a elevada taxa de filiação de alta intensidade nesse caso, os autores sugerem que, em vez do que é postulado pela literatura, há indícios de *party on the ground* no Brasil (Ribeiro & Amaral, 2019, p. 506).

Mas os próprios autores reconhecem os problemas com a generalização desse resultado, ao sugerirem que “*only a national survey can extrapolate this finding to the other*

*regions in Brazil*” (Ribeiro & Amaral, 2019, p. 504). Nesse sentido, com um material empírico com essa característica e fundamentado na discussão teórica precedente, a primeira hipótese desta tese postula:

**H1** - *a filiação de alta intensidade se associa à posse de recursos materiais, a retribuições coletivas e ao sentimento de influência política dos filiados.*

Contudo, a presença de participação de alta intensidade não implica a existência de “*party on the ground*” no Brasil. O tempo dedicado ao partido não atesta a relevância da filiação como recurso para organização dos partidos e tampouco garante que esses tenham uma estrutura permanente de relação com seus filiados (Braga, Ribeiro & Amaral, 2016). Assim, serão avaliadas as atividades (Faeti & Gimenes, 2025) e os incentivos ligados a esse padrão de ativismo (Ribeiro & Amaral, 2019). Desse modo, dada a centralidade social dos filiados intensamente engajados, argumento que o sentido desse tipo de ativismo não é puramente oportunista, mas também valorativo (Speck, 2013); ou seja, o interesse em influenciar os resultados políticos ocorre por meio de um processo de socialização dentro do grupo (intragrupo) reforçando as crenças e os valores compartilhados pelos seus membros.

Na teoria de partidos, independentemente do nível de análise, o conceito de valor é utilizado como um marcador atitudinal. Por um lado, alguns autores associam ideologia e participação ao convívio entre filiados com valores semelhantes (Scarrow, 2014). Esse seria um padrão encontrado em partidos de esquerda, devido à falta de incentivos seletivos para engajar filiados em sua fundação. Por isso, imputa-se mais ativismo aos seus filiados do que aos de partidos de direita (Panebianco, 2005). Por outro lado, outra vertente da literatura de partidos atribui o extremismo (May, 1973) e a incoerência (Van Haute & Carty, 2012) — e não necessariamente a posição ideológica — como fatores determinantes da participação dos filiados nas atividades de base partidária (Seyd & Whiteley, 1992).

As implicações dessas leituras para a dimensão valorativa da cultura política da filiação de alta intensidade serão retomadas a seguir.

## 2.2 PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E IDEOLOGIA DOS FILIADOS

Os filiados de partidos de esquerda são mais engajados do que os filiados de partidos de direita? No Brasil, poucos trabalhos são dedicados às organizações partidárias de direita e sem justificativa teórica e empírica, essa literatura imputa maior ativismo aos filiados de partidos de esquerda (Amaral, 2014). Assim, o objetivo desta seção é fundamentar esse

argumento com as teorias da organização partidária, que sugerem variáveis para distinguir o ativismo dos filiados a partir das diferenças normativas entre a direita e a esquerda, além das leituras derivadas da lei de May (1973), que associam o extremismo e a incoerência — e não propriamente a ideologia — à participação (Van Haute e Carty, 2012). Desse modo, serão identificados os preditores da dimensão valorativa da cultura política da filiação de alta intensidade, os quais serão posteriormente mensurados no capítulo empírico (Scarrow, 2014).

Na literatura de partidos políticos, os campos de estudo culturalista e institucionalista discutem a relação entre os valores e as atitudes políticas. Na primeira abordagem, a ideologia é vista como um incentivo político (Scarrow, 2014, p. 157). Já na segunda, a ideologia é responsável pela criação, ativação e reforço da identidade partidária (Scarrow, 2014, p. 43). Nesse sentido, a leitura culturalista moderada sugere que há coerência entre o sistema de crenças dos ativistas e o programa partidário durante a formalização da filiação, mas não necessariamente entre os próprios ativistas (Van Haute & Carty, 2012).

Defino a ideologia como um sistema de crenças, ideias e valores sobre uma determinada visão de mundo, no qual a maneira de alcançá-la orienta as ações dos indivíduos (Swigart et al., 2020). Portanto, se a ideologia condiciona as atitudes dos indivíduos, os ativistas de partidos de esquerda e de direita deveriam se distinguir no grau de ativismo, pois possuem diferentes percepções sobre a realidade política e sobre como transformá-la.

Assim, a defesa de valores igualitários à esquerda e de valores meritocráticos à direita implicaria distinções atitudinais e organizacionais entre os partidos (Swigart et al., 2020). Em teoria, a adesão a valores igualitários deveria orientar a igualdade nos processos partidários e na distribuição de incentivos para o ativismo de filiados, enquanto defender valores conservadores conduziria a uma estrutura decisória estratificada, na qual a distribuição de incentivos seria pautada no mérito e na manutenção do status quo partidário (Scarrow, 1996).

Por essa razão, a organização partidária e as motivações individuais para a participação política devem se diferenciar de acordo com a posição ideológica dos filiados e dos partidos políticos (Scarrow, 2014). Nessa leitura, é possível supor que essas diferenças se manifestem no perfil de recrutamento e de filiação partidária (Kitschelt, 1989), no grau de democracia interna dos partidos (Ignazi, 2020), na origem das organizações partidárias (Panebianco, 2005) e na intensidade de participação dos filiados (Whiteley & Seyd, 1992), devido aos padrões valorativos de cultura política, tanto organizacional quanto dos filiados.

A diferença entre partidos de esquerda e de direita é abordada na teoria da ordem organizativa. Panebianco (2005, p. 313) sugere que a ideologia afeta a estrutura partidária em

dois momentos: na origem e na consolidação. Inicialmente, ela molda a estrutura do partido, orientando as escolhas das lideranças em relação à base social e à identidade partidária. Na consolidação, “*fornece os recursos simbólicos ao sistema de incentivos [...] e à identidade do partido*”. Nesse sentido, como a ideologia não opera no vácuo, as divergências fundamentais nos sistemas de valores subjacentes à esquerda e à direita deveriam implicar diferenças nos padrões da cultura política partidária e, em teoria, orientar as elites partidárias na tomada de decisões distintas sobre as estratégias organizacionais, comportamentais e eleitorais.

Assim, a cultura política aliada à ideologia dá sentido à identidade partidária (Panebianco, 2005). No nível organizacional, sintetiza a posição pública do partido e é uma medida de coerência política (Mair, 2003). Desse modo, a ideologia, amalgamada na cultura política do partido, é um parâmetro avaliativo da congruência entre os princípios e o comportamento das elites (Aldrich, 2011). Portanto, a ideologia exerce um papel importante: os partidos mais fortes tendem a ser mais coerentes e a transferir credibilidade aos seus filiados, a direita pelo anseio de manter a ordem e a esquerda pelo desejo de transformá-la.

A origem partidária, interna ou externa ao parlamento, também orienta as escolhas da ideologia e do arranjo partidário (Duverger, 1954). Panebianco (2005, p.93) aponta que essa tese “não está em condições de dar conta das diferenças em partidos de mesma origem”, pois a condição histórica da sua fundação se altera com o tempo. Portanto, as elites de fora do parlamento tendem a fundar partidos de esquerda e a investir tempo e recursos organizacionais em um padrão de cultura política partidária participativa mobilizando seus filiados devido à ausência de recursos institucionais prévios, enquanto as elites parlamentares tendem a fundar partidos de direita sem mobilizar seus filiados, pois dispõem destes recursos.

Essa conexão entre a participação de ativistas, ideologia e organização é abordada apenas ocasionalmente pela literatura. O estudo de Scarrow (1996) sobre os partidos Conservador e Trabalhista da Inglaterra e da Alemanha é uma exceção e conclui:

Se as origens organizacionais impõem restrições rígidas, os quatro partidos devem continuar a se desenvolver de maneiras muito diferentes, porque todos experimentaram infâncias organizacionais muito distintas. Em ambos os países, os partidos de esquerda se formaram inicialmente fora do parlamento e tentaram mobilizar apoio destacando conflitos econômicos" (Scarrow, 1996, p. 23-24).

Em síntese, a ideologia, juntamente com a cultura política organizacional, orienta a escolha da base social, da identidade e da estratégia partidária (Panebianco, 2005). Assim, se as elites partidárias optam por incluir internamente os filiados, há maiores chances de se estabelecer um padrão de cultura política participativa contínua. Ao atuar sobre os arranjos de incentivos, o uso estratégico da ideologia pode estimular o ativismo ao reforçar a congruência ideológica e ocultar a distribuição desigual de bens seletivos entre os filiados (Scarrow, 2014).

A tese de que os filiados de esquerda são mais ativos é sustentada por um estudo com ativistas partidários de dez países ocidentais (Van Haute & Gauja, 2015). Independentemente dos casos analisados, observa-se um maior ativismo entre os filiados socialistas e liberais-democratas em relação aos conservadores, com exceção do caso holandês (Scarrow, 2014).

Outra leitura sobre a relação entre atitudes e valores deriva da Lei de May. Essa interpretação do referido modelo entende que a organização partidária não é unitária e que as opiniões divergem entre seus estratos (Kitschelt, 1989). Com isso, as lideranças, os filiados e as elites partidárias se distinguem em sua posição política devido às diferenças nos arranjos de incentivos ligados à militância e à disputa eleitoral (Norris, 1995). Assim, as lideranças seriam mais moderadas, os filiados mais extremos e as elites se posicionariam entre ambos. Portanto, independentemente de estarem à direita ou à esquerda, os ativistas mais extremistas tenderiam a ser mais engajados nos partidos (Whiteley & Seyd, 1992).

A longa tradição nos estudos de partidos políticos não resultou no desenvolvimento teórico e empírico da Lei de May, levando os analistas a tratá-la como uma regra, e não uma lei (Norris, 1995). Kitschelt (1989) listou três razões para isso: o viés de seleção de caso, a natureza da competição e a estratégia das elites partidárias. A maioria dos estudos aplicou esse modelo apenas nos contextos norte-americano e britânico, ambos sistemas bipartidários, competitivos e fechados, onde os ativistas mais extremistas tendem a moderar sua opinião. Isso ocorre devido ao número restrito de partidos para a filiação, ao filtro de recrutamento, que favorece ativistas com um perfil mais pragmático e à própria configuração da disputa eleitoral, moldada pelas estratégias das elites partidárias (Aldrich, 2011).

Assim, os estudos posteriores não encontraram suporte para a Lei de May nesses casos. Herrera & Taylor (1994) destacaram que os republicanos e os democratas não apresentaram posicionamentos compatíveis com a lei. Norris (1995) dividiu os partidos britânicos em quatro estratos (líderes, filiados, burocratas e eleitores) e não encontrou evidências que a sustentassem. Seus dados atribuíram o extremismo aos líderes, em vez dos ativistas. O mesmo ocorreu com Whiteley & Seyd (1992), que, ao separarem os filiados do Partido Trabalhista entre desengajados e intensamente engajados, não identificaram associação entre o extremismo e a participação de alta intensidade.

A Lei de May foi testada em outros contextos, incluindo sistemas multipartidários e fragmentados. Kitschelt (1989) avaliou sua adequação nos partidos verdes belgas, dividindo os membros do Ecolo e do Agalev entre ideólogos e pragmáticos em seis estratos: localistas, interessados, sublideranças, burocratas, parlamentares e demais membros. De acordo com

seus resultados, não houve diferença significativa de opinião entre esses níveis no partido Ecolo. Já no Agalev, os extremistas e os pragmáticos se diferenciavam conforme sua posição dentro da organização partidária, o que confirmaria a Lei de May. Narud & Skare (1999) aplicaram a Lei a seis partidos noruegueses. Ao dividirem seus filiados entre elites, elites médias e não elites, observaram que as elites eram mais extremas do que os demais estratos.

Ao analisar a Lei de May nos partidos suecos, Widfeldt (1999) obteve resultados diferentes. O autor argumenta que os deputados suecos se diferenciam dos eleitores em seus posicionamentos na escala direita-esquerda, mas que essa distinção não se intensificou com o passar do tempo. No entanto, tanto no partido Moderado quanto no Social-Democrata, os filiados tendem a ser mais extremistas em relação aos demais estratos organizacionais do partido. Já Kennedy, Lyons & Fitzgerald (2006) avaliaram a posição política dos ativistas do Partido Trabalhista Irlandês, dividindo-os entre pragmáticos e ideológicos. Seus resultados sugerem que há mais filiados ideológicos, que se distinguem tanto pelos incentivos buscados na filiação quanto pelo grau de extremismo em relação ao eleitorado em geral.

No caso dos partidos portugueses, Jalali (2006) investigou se o posicionamento político dos delegados do Partido Socialista era mais extremo em relação ao seu eleitorado. Seus dados confirmaram a Lei de May, ao apontarem que os estratos intermediários do partido são mais extremos do que os eleitores. Freire & Belchior (2012) propuseram a aplicação da lei aos casos do Partido Socialista e do Partido Social-Democrata. Seus modelos a sustentaram em ambos os casos, pois suas elites se mostraram mais extremas do que os eleitores identificados com o partido, tanto nas dimensões culturais quanto nas econômicas.

Em resumo, não há consenso na literatura sobre a capacidade explicativa da Lei de May (Norris, 1995). A ausência de evidências empíricas robustas e de critérios rigorosos para classificar os grupos partidários coloca em dúvida sua validade (Lisi & Garbunova, 2017).

Um desdobramento dessa agenda são os estudos sobre os *misfit members*, filiados incoerentes com os valores do partido (Van Haute & Carty, 2012). Seguindo o esquema de voz, saída e lealdade (Hirschman, 1970), os autores formularam três possíveis padrões de comportamento de filiados: (i) maior participação para alinhar seu partido à sua visão idealizada, (ii) menor participação, mas mantendo-se filiado, ou (iii) desfiliar-se do partido. Os resultados desses estudos indicam que a incoerência valorativa tende a levar à desfiliação (Kolln & Polk, 2017).

No Brasil, poucos trabalhos da literatura de partidos políticos discutem a relação entre as dimensões valorativa e atitudinal da filiação. Por isso, há menos análises ainda sobre a Lei

de May e nenhuma sobre os *misfits members*. Essa agenda pode ser dividida entre estudos sobre o PT (Amaral, 2011; Ribeiro, 2008; Keck, 1992; Meneguello, 1989; Telles, 2010) e sobre os demais partidos (Guarnieri, 2011; Roma, 2006; Melo, 2010). Dentro desse escopo, quatro linhas de pesquisa tangenciam a construção teórica desenvolvida no restante desta seção: os estudos sobre a origem do PT, suas mudanças organizacionais, as implicações dessas transformações para sua base de filiados e, por fim, os estudos sobre a Lei de May.

Dentre os argumentos da primeira agenda, mobiliza-se aquele segundo o qual a “anomalia” do PT decorre de sua origem e de sua ideologia de esquerda, típica do ideal do partido de massas. Nesse sentido, Keck (1991, p. 163-164) articula a ideologia e os bens coletivos como propulsores de uma identidade participativa ou, na leitura proposta por esta tese, de um padrão de cultura política participativa, que distingue o PT e seus filiados dos demais partidos brasileiros. Isso ocorre porque, na ausência de bens seletivos para investir na profissionalização da militância em sua origem, “a legitimidade da liderança decorria de sua capacidade de forjar uma visão de identidade do partido”.

Portanto, a novidade do PT em relação aos demais partidos fundados na redemocratização está em sua ideologia programática de esquerda. Para Meneguello (1989), a superioridade desse tipo partidário residiria no rigor ideológico, em uma organização complexa e burocrática e na constante mobilização dos filiados, viabilizada por uma cultura política organizacional participativa. Com base nisso, a autora sugere que o PT foi o primeiro partido de massa brasileiro, análogo a um partido de integração, pois envolvia seus filiados em atividades permanentes, nas quais a ideologia operava como reforço da identidade partidária (Meneguello, 1989, p. 36).

Com as transformações organizacionais sofridas pelo PT, vieram mudanças em seu padrão de cultura política partidária, em seu perfil de recrutamento e no engajamento de seus filiados. Segundo Ribeiro (2008), a transição do partido da sociedade para o Estado, ao assumir o governo, levou à sua atenuação ideológica e participativa em sua base. Esse processo decorreu da estratégia da coalizão dominante de controlar as zonas de incerteza e distensionar a política partidária por meio da cooptação de quadros opositores com recursos estatais. Além disso, houve uma mudança na lógica decisória, que antes era pautada em encontros descentralizados e democráticos em todos os níveis e passou a ser centralizada no Processo de Eleições Diretas (PED), tornando-se mais inclusiva, porém esvaziando os espaços decisórios do partido (Ribeiro, 2013). Como consequência, as lideranças ativas não cooptadas foram isoladas, expulsas, migraram ou fundaram novos partidos (Zucco & Power, 2021).

Em interpretação semelhante, Amaral (2011) defende que houve uma mudança na base social do PT, com a substituição de filiados participativos por filiados inativos. Isso ocorreu porque a implementação do Processo de Eleições Diretas (PED) exigiu o controle das taxas de filiação, levando as lideranças do partido a investirem em campanhas de recadastramento e filiação em massa, com o objetivo de expandir sua presença nacional e aumentar o número de filiados. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se tornou mais inclusivo para a participação direta dos filiados pelo PED, o partido acabou isolando os filiados mais ativos nos encontros partidários, reduzindo a intensidade de sua militância.

Não apenas menos participativos, os filiados petistas também se tornaram mais moderados. Em um estudo que aplica a Lei de May ao caso do PT na cidade de Belo Horizonte, Telles (2009) identifica que as lideranças municipais do partido, em média, adotam posicionamentos e opiniões mais extremados do que seus filiados na escala de ideologia. Segundo a autora, a diversificação da base social petista após o primeiro governo Lula e a diferença de origem social entre antigos e novos militantes explicam a assimetria e a incongruência de valores entre a base e a elite partidária, cabendo a futuras pesquisas avaliar seu impacto sobre a acomodação organizacional do partido em diferentes níveis de análise.

A maioria dos estudos organizacionais de partidos aborda o PT. No entanto, alguns analisam os partidos sob um ângulo sistêmico, adotando um institucionalismo formal, que propõe explicações gerais baseadas nas regras do jogo para as partes do sistema partidário. Essa abordagem estática, em vez de dinâmica, leva os autores a atribuírem fraquezas aos partidos, ancorando-se em variáveis do modelo do partido de massas. Esse é o caso de Mainwaring (1999), que sugere que os partidos de esquerda (PT, PDT e PCdoB) são programáticos, enquanto os partidos de direita (PSDB, PMDB e PFL-DEM) são eleitoreiros. Essa classificação se baseia em variáveis como critério de filiação, centralização política e ideologia, sem considerar as dinâmicas internas e as estratégias de suas lideranças.

Esse desajuste teórico — analisar partidos reais com parâmetros irreais — é responsável pela tese da fragilidade dos partidos no Brasil (Assis et al., 2023). Um dos argumentos que sustentam essa visão é o traço de personalidade presente na cultura política brasileira, potencializado pelo arranjo institucional do sistema político (Mainwaring, 2018). A partir dessa ideia, argumenta-se que, com exceção do PT, os partidos seriam descentralizados, não programáticos, ausentes de vida interna e dirigidos pessoalmente por seus parlamentares (Samuels & Zucco, 2016). Dessa forma, os órgãos partidários estariam submetidos ao controle dessas lideranças, que o exerceria por meio da posse de recursos políticos, o qual

garantiria a articulação dos interesses heterogêneos e divergentes das elites regionais, além da coesão necessária para a sobrevivência institucional do partido (Mainwaring, 1999).

Contudo, abordagens que não reduzem os partidos a suposições institucionais, como a proposta por essa tese, apresentam uma visão menos fragilizada dos partidos brasileiros. Um exemplo é o estudo de Melo (2010), que aplica a Lei de May ao MDB de Belo Horizonte e identifica coerência entre os valores dos filiados e suas elites municipais, desafiando, assim, a visão sistêmica segundo a qual o partido não seria articulado. Ribeiro (2013) chega a conclusões análogas ao analisar o grau de inclusão e centralização no PT, MDB, PSDB e DEM/PFL, com base em seus estatutos entre 1995 e 2011. O autor conclui que, nesse período, esses partidos demonstraram capacidade de resposta e adaptação às demandas sociais. Recentemente, Assis et al. (2023) contribui a esse debate ao questionar a tese de que as práticas personalistas prevalecem nos partidos nacionais. Seus resultados indicam que não há um padrão único, formal ou informal, e que esse processo varia de partido para partido.

Segundo a teoria dos partidos, existem diferenças originárias, doutrinárias e organizativas em como os partidos de direita e de esquerda mobilizam suas bases de filiados. Nesse contexto, será avaliado se essa distinção ideológica resulta em maior atuação dos filiados e se os filiados mais extremistas são mais ativos. As hipóteses a serem analisadas são:

**H2** - *os filiados a partidos de esquerda são mais engajados do que os filiados a partidos de direita;*

**H3** - *os filiados mais extremistas são mais engajados;*

**H4** - *a incoerência ideológica está associada à participação de baixa intensidade.*

Fundamentada teoricamente a relação entre as dimensões atitudinal e valorativa dos padrões de cultura política da filiação de alta intensidade, passamos agora à terceira: a conexão entre as dimensões atitudinal e sociológica. Aqui, exploramos como diferentes estágios, condições existenciais e experiências de vida dos filiados podem se relacionar com a intensidade de participação. Nesse sentido, discutiremos como a vivência em uma fase específica do ciclo de vida e o pertencimento a determinada unidade geracional podem influenciar – ou não – as propensões à participação de alta intensidade.

## 2.3 PARTICIPAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE E MARCADORES CRONOLÓGICOS

A última dimensão da cultura política da filiação de alta intensidade é a sociológica. As fases do ciclo de vida e o pertencimento geracional influenciam os padrões de participação

dos filiados? A partir de uma abordagem sociológica desses conceitos, discutem-se as razões pelas quais jovens, adultos e velhos filiados tendem a se diferenciar em seus padrões participativos, para, posteriormente, avaliar essas hipóteses no capítulo empírico.

Uma geração se constitui por vivências específicas que distinguem uma unidade geracional das demais. Segundo Mannheim (1970), quatro aspectos definem uma geração: a substituição de indivíduos, o limite temporal do processo histórico, a transmissão cultural e a mudança social. O conceito de geração combina, portanto, critérios cronológicos e sociais com os sentidos vividos por diferentes coortes em contexto específico (Weller, 2010). Parte-se, assim, da hipótese de que distintas gerações de filiados expressam níveis diferenciados de participação partidária (Whiteley & Seyd, 2002).

O ciclo de vida, por sua vez, representa o conjunto de experiências definidoras das fases da existência individual (Smets, 2016). Em sua leitura estática, crenças e valores adquiridos precocemente tendem a se cristalizar, sofrendo alterações residuais ao longo do tempo (Nie, Verba & Kim, 1974). Na leitura dinâmica, as condições contextuais da vida afetam a disponibilidade biográfica dos indivíduos, alterando suas disposições políticas em momentos distintos (Flanagan & Gallay, 2014). Em ambas as concepções, o ciclo de vida está associado à variação na propensão à participação política.

A relação entre geração, ciclo de vida e filiação é tratada por três campos da ciência política: a teoria da mobilização (Norris, 2002), do comportamento político (Easton, 1975), e da socialização política (Dahl, 1997). Embora compartilhem a premissa de um viés cronológico na participação, essas vertentes diferem quanto às justificativas, a operacionalização e os mecanismos envolvidos nessas associações.

A teoria da mobilização argumenta que há uma defasagem na filiação de jovens devido à dificuldade dos partidos em se adaptarem e responderem às mudanças sociais (Young, 2013). Ao não acompanharem o processo de individualização do ativismo, mantendo a filiação como um bem coletivo, os partidos atraem preferencialmente eleitores mais velhos (Weber, 2020). Com isso, haveria um viés de seleção geracional na filiação, promovendo o envelhecimento dos filiados em relação ao eleitorado (Bruter & Harrison, 2009).

Estudos comparados de filiação corroboram essa tese, ao relatarem a sub-representação juvenil nos partidos políticos (Weber, 2020). Whiteley (2007) aponta que a falta de renovação geracional acentua o envelhecimento médio da base partidária em 22 países. Van Haute & Gauja (2015) mostram que a proporção de filiados com mais de 65 anos

aumentou um terço, enquanto a de jovens filiados (abaixo de 33 anos) caiu para um quinto em 10 países, refletindo uma preferência dos jovens por formas alternativas de ativismo.

A teoria do comportamento político propõe duas explicações para a menor adesão juvenil à filiação. A primeira, otimista, enxerga esse fenômeno como resultado de uma transição entre valores materialistas e pós-materialistas, com jovens questionando as práticas tradicionais de ativismo (Welzel, 2021). A segunda, mais pessimista, relaciona esse afastamento à redução do capital social, afetando a confiança interpessoal, a cooperação e o engajamento coletivo (Putnam, 1993).

O aumento da competitividade no mercado político e a menor atratividade da filiação também contribuem para esse declínio (Bruter & Harrison, 2009). Jovens, por estarem em fases com menos recursos e maior dependência familiar, preferem atividades de menor custo (Brady, Schlozman & Brady, 1995). Assim, diferenciam-se dos adultos, que tendem a associar a participação política à cidadania, enquanto os jovens priorizam causas específicas.

A teoria da socialização política sustenta que fatores de longo prazo moldam os padrões de participação dos indivíduos (Almond & Verba, 1989). A socialização em instituições como escola, família, igreja e partidos durante a juventude, fase mais receptiva a crenças e valores, influencia tanto a formação democrática quanto a participação na vida adulta (Flanagan & Gallay, 2014). Além disso, grandes eventos sob contextos democráticos como eleições disruptivas, ciclos de protesto e crises institucionais, também condicionam de forma duradoura as disposições participativas, reforçando valores cívicos (Neveu, 2019).

Nesse sentido, o pertencimento familiar é outro fator relevante à filiação partidária (Weber, 2020). Cross e Young (2008) destacam que jovens filiados (entre 18 e 25 anos) com trajetória política familiar prévia têm duas vezes mais chances de se tornarem filiados. Entre os filiados mais velhos, um em cada cinco iniciou sua trajetória por incentivos familiares (Whiteley, 2007). Portanto, a filiação é compreendida como um processo sociológico condicionado pela trajetória e pelas transições do ciclo de vida (Bruter & Harrison, 2009).

Dessa forma, as três teorias explicam de maneira distinta a relação entre ciclo de vida, geração e participação de filiados. Por um lado, a leitura dinâmica sugere que, a cada fase do ciclo de vida — como o vínculo matrimonial e laboral — novas vivências são assimiladas, alterando as orientações políticas e a disposição biográfica para o ativismo (Smets, 2016). A dedicação de tempo ao partido, portanto, varia mais pelas circunstâncias existenciais do que pela idade em si (Weber, 2020).

Por outro lado, a leitura estática aponta que os valores assimilados nas primeiras décadas de vida se cristalizam, orientando as predisposições futuras de participação dos indivíduos (Flanagan & Gallay, 2014; Kinder, 2006). Assim, após esse período, conhecido como os “anos impressionáveis”, as mudanças resultantes do processo de socialização tornam-se apenas residuais e não alteram significativamente os padrões comportamentais dos indivíduos (Stoker & Jennings, 1995; Jennings & Stoker, 2004).

Finalmente, a leitura geracional combina o período de socialização política vivenciado por uma geração em relação a outra com a divisão temporal na qual esses valores foram assimilados, tomando como referência grandes acontecimentos políticos (Neveu, 2019). Dessa forma, gerações diferentes são moldadas por contextos políticos distintos, o que influencia seus padrões de participação e engajamento partidário (Mannheim, 1970).

No Brasil, o legado recente da ditadura militar permite contrastar gerações socializadas sob autoritarismo com aquelas formadas na democracia (Casalecchi, 2017). Estudos sugerem que eleitores socializados após a redemocratização são, em média, mais participativos (Moisés, 1995). Outros marcos relevantes foram a eleição do PT de 2002, que reconfigurou sua base eleitoral e a dos demais partidos, impulsionando uma nova dinâmica no sistema partidário nacional (Ribeiro & Alves, 2024), e a eleição de Bolsonaro em 2018, que rompeu a lógica de competição eleitoral bipartidária centrada entre PT e PSDB, predominante desde 1994, redefinindo o cenário político brasileiro nos anos seguintes (Melo, 2022).

Estudos nacionais também têm abordado a relação entre os marcadores das fases do ciclo de vida, a posse de recursos, e o ativismo de jovens eleitores (Okado & Ribeiro, 2015). Esses trabalhos defendem que a transição da juventude para a fase adulta e desta para a velhice tem sido tardia, devido às mudanças nas relações sociais, como o adiamento da saída da casa dos pais e na incorporação no mercado de trabalho (Settersten Jr & Ray, 2010). Com isso, a definição das fases do ciclo de vida deveria ser ampliada, e seus marcadores revistos à luz dessas transformações (Rocha, Faeti & Ribeiro, 2025, no prelo).

Na literatura sobre mobilização política, há uma produção razoável sobre a demanda e a oferta de filiação juvenil (Barros et al., 2019). O primeiro campo de estudos analisa as estratégias das elites para filiar jovens diante da ausência de diversidade e renovação nos quadros partidários brasileiros (Veiga & Braga, 2018). Assim, esses estudos convergem ao concluir que as respostas das organizações partidárias a esses desafios são tímidas, interpretando essa postura como uma crise com sérias consequências para a qualidade da representação política no Brasil (Peres & Machado, 2017).

O segundo campo de estudos aborda os incentivos envolvidos na filiação de jovens a partidos. Locatelli (2017) analisa os determinantes da filiação de jovens petistas e pessedebistas. Em seus resultados, destaca que o jovem filiado não é representativo do eleitorado e se engaja em busca de bens coletivos e seletivos, ou seja, pela convivência com indivíduos com crenças semelhantes e pela carreira política. Desse modo, embora constata-se que o envelhecimento das bases partidárias seja menor do que o encontrado no eleitorado e distinto entre os casos avaliados — sendo moderado no PSDB e elevado no PT —, observa-se um processo de duplo afastamento entre os jovens e ambos os partidos.

Barros et al. (2019) descrevem perfis de filiação a partir da influência da ideologia na trajetória política de jovens filiados. Segundo os autores, há dois caminhos comuns entre os jovens carreiristas: o jovem filiado de esquerda, que se filia após o ativismo no movimento estudantil, e o jovem filiado de direita, cuja filiação ocorre pela tradição familiar na política.

Os estudos sobre geração e filiação são mais escassos. Os trabalhos de Paludo (2017) e Paludo, Borba & Gimenes (2018) teorizam sobre a relação entre geração e a filiação de membros do PT. Os autores definiram o tempo de filiação, a idade e a posse de recursos como marcadores de diferentes gerações de petistas e, a partir disso, identificaram diferenças em seus padrões de recrutamento. O conceito de geração foi operacionalizado em medidas com três e quatro faixas etárias. A primeira divisão considerava o ciclo de vida do filiado em relação ao ano de fundação do PT (1980), enquanto a segunda utilizava o critério de ciclo de vida do jovem filiado, conforme definido pelo Conselho Nacional da Juventude (CNJ).

Os autores aplicaram a divisão em três faixas etárias devido ao ajuste dos dados e readequaram a distinção entre velhos e novos filiados, pois os fatores não se agruparam com base nas cargas fatoriais das variáveis faixa etária, tempo de filiação e participação dos filiados entre 1995 e 2002. Portanto, os velhos correspondem aos filiados da fundação do partido até o início da primeira gestão do PT no governo federal (1980–2002), com uma trajetória vinculada à identidade partidária, respondendo a incentivos ideológicos. Já os novos filiados ingressaram no partido institucionalizado na condição de governo (2003–2015), com experiência de militância em outros movimentos e interesse por incentivos seletivos, visualizando o partido como um atalho para ascender na carreira política. Essa lógica distinta de recrutamento e socialização entre os filiados impactaria os padrões de militância dos quadros partidários do PT (Faeti & Gimenes, 2025).

Faeti & Gimenes (2025) investigam se esses marcadores geracionais se aplicam ao comportamento dos filiados petistas. Segundo os autores, os velhos petistas formariam um

núcleo duro partidário, controlando as atividades internas, mais custosas, centrais e frequentemente remuneradas. Já os novos petistas se engajariam em atividades não formais, de menor custo e demanda, como panfletagem e comícios, indicando diferentes padrões de participação entre as gerações. Nesse sentido, sugerem a existência de uma lógica de socialização probatória, em que os novos filiados iniciam sua trajetória nessas tarefas como forma de conquistar reconhecimento e ascender dentro da estrutura partidária petista.

Nesta tese, as categorias de geração e ciclo de vida serão operacionalizadas conforme esses estudos sobre comportamento político e filiação partidária. O objetivo é investigar a relação entre participação de alta intensidade e ciclo de vida (Okado & Ribeiro, 2015), bem como o pertencimento geracional dos filiados (Paludo, 2017). Além disso, considerando que a análise não se restringe ao PT, levando em conta os demais partidos do sistema partidário, adotam-se outros critérios cronológicos para classificação geracional dos filiados.

Com base no conceito dinâmico de ciclo de vida — que inclui não apenas a idade, mas sobretudo marcos representativos das condições existenciais dos indivíduos, como o matrimônio e a inserção no mercado de trabalho, eventos diretamente associados à participação política —, entende-se que jovens-adultos com mais recursos materiais, por estarem vivenciando essas transições, tendem a apresentar níveis mais elevados de engajamento partidário. Assim, a quinta hipótese desta tese postula:

**H5** – *A participação de alta intensidade é mais comum entre filiados jovens-adultos do que aqueles que se encontram em outras fases do ciclo de vida.*

A partir da ideia de geração — combinando a socialização política de uma coorte com marcos históricos de assimilação desses valores — esta tese propõe quatro gerações de filiados: (i) redemocratização (até 1988); (ii) ascensão do PT ao governo federal (1989–2002); (iii) governos petistas (2003–2017); e (iv) eleição de Bolsonaro (2018–2020). À medida que as gerações se tornam mais recentes, espera-se um nível maior de participação, pois esses filiados foram socializados em contextos democráticos estáveis e vivenciaram eventos disruptivos — como eleições polarizadas, ciclos de protesto e crises institucionais — que tendem a ativar o seu engajamento. Além disso, a lógica de socialização probatória — na qual novos filiados se envolvem em atividades não remuneradas para ganhar visibilidade e ascender internamente — contribui para explicar esse padrão. Assim, a sexta hipótese desta tese postula:

**H6** – *Gerações mais velhas de filiados tendem a ser menos intensamente engajados do que as gerações mais novas.*

A partir desses testes de hipóteses, será investigada a associação entre ciclo de vida, geração e os níveis de participação dos filiados. Com isso, serão discutidos com detalhes os marcadores cronológicos da cultura política da filiação de alta intensidade.

## 2.4 DISCUSSÃO

Essas seis hipóteses apresentam uma crítica à ideia da inexistência de *party on the ground* nos partidos políticos brasileiros (Mainwaring, 2018). Como alternativa, propõem uma interpretação moderada, baseada na constatação da participação de alta intensidade dos filiados nessas organizações (Ribeiro & Amaral, 2019). A taxa relativamente alta de filiados com esse padrão de ativismo sugere que os partidos possuem estruturas de recrutamento que não apenas atraem, mas também mantêm esses filiados por meio da distribuição de incentivos voltados à filiação partidária (Braga, Ribeiro & Amaral, 2016).

Portanto, a análise dos padrões dessas retribuições, ao considerar os partidos como atores não unitários e com dinâmicas internas distintas, implica uma mudança no foco da investigação (Assis et al., 2023). Isso nos leva a explorar dimensões da filiação que, até o momento, não têm sido devidamente abordadas na agenda de estudos sobre partidos no Brasil (Ribeiro & Amaral, 2019). Especificamente, refere-se aos interesses, valores e características pessoais dos filiados, elementos essenciais para compreender a natureza do engajamento partidário (Faeti & Gimenes, 2025). A partir dessa perspectiva, a avaliação da existência de vida intrapartidária será fundamentada na leitura culturalista moderada proposta nesta tese, que busca oferecer uma nova visão sobre esse fenômeno.

A adequação da interpretação culturalista moderada ao contexto brasileiro será testada nos capítulos empíricos. Antes disso, o capítulo metodológico apresenta o desenho da pesquisa, com o material empírico e as variáveis utilizadas nos modelos estatísticos. Esses modelos buscam avaliar as seis hipóteses propostas, relacionadas às três dimensões da filiação de alta intensidade analisadas nesta tese: atitudinal, valorativa e sociológica. A análise dessas dimensões é central para compreender o comportamento dos filiados e a dinâmica de participação nas organizações partidárias do sistema político brasileiro e propor uma explicação alternativa a tese da debilidade orgânica dessas bases partidárias.

O quadro a seguir resume o desenho de pesquisa desta tese. Nele são descritas as origens, as hipóteses, as variáveis dependentes e independentes discutidas no capítulo teórico.

**Quadro 1. Resumo da tese: dimensões analíticas, hipóteses e indicadores de avaliação**

Origem da hipótese	Unidade de análise	Hipóteses	Indicadores	Resultado
Whiteley e Seyd (2002) Ribeiro e Amaral (2019)	Os filiados: os determinantes individuais da participação de alta intensidade.	H1 - <i>a participação de alta intensidade se associa a posse de recursos materiais, a incentivos coletivos e ao senso de eficácia política.</i>	Tempo mensal dedicado ao partido, escolaridade, renda, incentivos seletivos, coletivos e psicológicos.	Apoiado
Amaral (2014) Ribeiro (2015) Ribeiro e Amaral (2019)	Os filiados: a posição ideológica do indivíduo e do partido segundo o indivíduo.	H2- <i>Os filiados a partidos de esquerda são mais ativos do que os filiados a partidos de direita.</i>	Tempo mensal dedicado ao partido, a posição ideológica e a posição ideológica relativa e às variáveis significativas do modelo anterior.	Apoiado
May (1973) Norris (1995) Whiteley e Seyd (1992)	Os filiados: posicionados no ponto 0 e 10 na escala ideológica.	H3 – <i>Os filiados mais extremistas são mais ativos do que os moderados.</i>	Tempo mensal dedicado ao partido, o extremismo ideológico e relativo.	Rejeitada
Van Haute e Carty (2012)	Os filiados: a subtração entre a sua posição e a posição do partido.	H4 – <i>Os filiados incoerentes são menos ativos em seus partidos.</i>	Tempo mensal dedicado ao partido, a diferença entre a posição individual e relativa.	Apoiado
Bruter e Harrison (2009) Smets (2016)	Os filiados: a versão dinâmica do conceito de ciclo de vida.	H5 – <i>Filiados jovens-adultos são mais ativos em seus partidos.</i>	Tempo mensal dedicado ao partido e ciclo de vida dinâmico com idade, estado civil e laboral.	Apoiado
Mannheim (1927) Weber (2020) Okado e Ribeiro (2015)	Os filiados: pertencimento a uma determinada unidade geracional.	H6 – <i>Filiados socializados na democracia são mais ativos em seus partidos do que filiados socializados em outros contextos.</i>	Tempo mensal dedicado ao partido e as unidades geracionais recortadas pelo ano de nascimento dos filiados.	Apoiado

Autor (2025)

Primeiramente, são listadas as referências que fundamentam as questões teóricas a serem respondidas nos capítulos empíricos da tese. Em seguida, são descritas as unidades de análise de cada hipótese, ou seja, os filiados brasileiros respondentes do *Survey* CEPP. Depois, apresentam-se cada uma das hipóteses, juntamente com sua fundamentação teórica e as variáveis utilizadas nas análises empíricas. Todas essas dimensões serão retomadas e operacionalizadas conforme a discussão teórica anterior no próximo capítulo, o metodológico, cuja estrutura segue a lógica expositiva deste quadro resumo.

### 3. DADOS E MÉTODOS

#### 3.1 O SURVEY CEPP

A ausência de dados sobre filiação e filiados é a principal justificativa para a baixa produção de estudos sobre esse grupo, em comparação com outras agendas dos estudos partidários no Brasil (Speck, 2013). Por um lado, os dados fornecidos pelas organizações não são transparentes, e os registros oficiais do TSE apresentam inconsistências. Por outro, as pesquisas de opinião enfrentam desafios como o baixo número de respostas de filiados, a falta de questões específicas sobre filiação e o viés de deseabilidade social, o que limita sua utilidade (Ribeiro & Amaral, 2019). Para a análise das dinâmicas internas dos partidos, o desenho de pesquisa mais adequado é o uso de *surveys* com os filiados (Scarrow, 2014). Esta tese adota essa técnica de coleta de dados para mensurar três dimensões da cultura política da filiação de alta intensidade nos partidos brasileiros: atitudinal, valorativa e sociológica.

Embora cada vez mais comum, o uso de *surveys* para analisar as dinâmicas internas dos partidos é raro, mesmo internacionalmente (Assis et al., 2023). Eldersveld (1989) foi pioneiro ao aplicar essa técnica no estudo do ativismo de lideranças partidárias em 13 países. Nas décadas seguintes, Whiteley & Seyd (1992), Whiteley, Seyd & Richardson (1994), Whiteley & Seyd (2002) e Whiteley, Seyd & Antony (2006) utilizaram essa técnica para investigar os fatores que influenciam a participação de alta intensidade entre os eleitores e filiados britânicos. Recentemente, Van Haute & Gauja (2015), Ribeiro & Amaral (2019), Scarrow (2014), Lisi & Espírito Santo (2017), Webb & Bale (2021) e Gauja (2016) empregaram essa técnica para estudar participação de filiados em perspectiva comparada.

Atualmente, a literatura sobre partidos, com foco no comportamento de filiados, tem adotado esse tipo de desenho de pesquisa, com coleta de dados realizada de forma mista, remotamente e online, por meio de plataformas especializadas como SurveyMonkey, Qualtrics, Google Forms e Typeform (Bale, Webb & Poletti, 2019). De acordo com Ansolabehere & Scheffner (2014), a representatividade desse material é semelhante à dos meios tradicionais de obtenção de dados, como entrevistas em profundidade, pontos de fluxo, ligações telefônicas e amostragem por bola de neve (Castorena et al., 2023).

A base de dados desta tese é um trabalho coletivo do Centro de Estudos de Partidos Políticos da Universidade Federal de São Carlos (Alves & Ribeiro, 2020). O *Survey* CEPP é a primeira base de dados sobre os filiados de todas as legendas brasileiras. Sua coleta ocorreu

pelo *SurveyMonkey* nos meses de março e abril de 2020, período de pandemia. Ao todo, foram enviados 78.417 e-mails encontrados na base de dados de lideranças municipais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), junto a um questionário com 52 perguntas, sendo 3.266 respondidas, resultando em uma taxa de resposta de 4,16%. Após a seleção dos documentos corretamente preenchidos, restaram 2.421, definindo o tamanho amostral com grau de confiança de 95% e margem de erro de 2%, próximo ao valor de 2.428 calculado previamente e submetido no plano de gestão de dados do projeto FAPESP 2020/11888-6.

A base de dados contém respostas de filiados a 25 partidos, após a exclusão de casos com menos de 0,5% do total de respostas. Mesmo assim, conforme a Tabela 2, a amostra leva em conta os maiores e mais tradicionais partidos políticos do sistema partidário em 2020, parcialmente distribuídos de acordo com a taxa de filiados por partido, disponível no repositório online do TSE e utilizado para a criação de uma variável de ponderação amostral.

**Tabela 2. Distribuição de respondentes por partido político (%)**

	Survey CEPP	TSE
AVANTE	1,7	1,13
CIDADANIA	3,6	2,82
PMN	0,6	1,39
PSDB	6,7	8,70
SOLIDARIEDADE	2,7	1,39
PODEMOS	3,3	2,32
PSL	3,3	2,21
DEM	4,6	6,23
PP	6,5	8,14
PSOL	2,3	1,17
MDB	8,6	13,59
PROS	2,1	0,65
PT	9,5	9,41
PATRIOTA	2,0	1,98
PRTB	1,4	0,84
PTB	4,0	6,81
PCdoB	3,7	2,64
PSB	7,2	3,94
PDT	5,8	7,18
PSC	2,5	2,50
PV	3,8	2,29
PL	3,9	4,66
PSD	4,9	2,10
REPUBLICANOS	3,3	2,71

Survey CEPP, 2020.

Apesar dos problemas de natureza amostral, as taxas de resposta por partidos se assemelham às da base de dados do TSE e o total de respondentes é próximo às pesquisas de opinião. Assim, a originalidade, o ineditismo e a dificuldade na coleta desse tipo de dado compensam sua natureza não probabilística. Embora essa limitação reduza seu potencial empírico e exija cautela na extrapolação dos resultados para toda a população do objeto estudado, não inviabiliza a discussão de achados válidos sobre a amostra do *Survey CEPP*.

Por sua vez, a Tabela 3 apresenta as características sociais desses respondentes. Com base na discussão teórica, espera-se que sua posição de centralidade social em relação ao eleitorado seja ampliada pelo viés de seleção decorrente da coleta de dados. Além disso, seu perfil será comparado àquele descrito por Ribeiro & Amaral (2019), avaliando se esses respondentes se aproximam mais dos filiados ou das lideranças intermediárias dos partidos.

**Tabela 3. Características sociodemográficas dos respondentes do Survey CEPP (%)**

Variáveis (N)	Categorias	%
Gênero (2419)	Masculino	87
	Feminino	13
Idade (2400)	18 a 29 anos	2
	30 a 39 anos	22
	40 a 49 anos	29
	50 a 59 anos	28
	60 a 85 anos	19
Etnia (2410)	Branco	59
	Preto	7
	Pardo	34
	NR/NS	1
Religião (2411)	Evangélica	20
	Católica	64
	Outra	16
Renda (1034)	<= 2 Salários-Mínimos	7
	> 2 a 5 Salários-Mínimos	15
	> 5 a 10 Salários-Mínimos	13
	> 10 Salários-Mínimos	8
	NR/NS	57
Escolaridade (2413)	Ensino Superior	64
	Ensino Básico e Médio	36
Filhos (2400)	Sim	85
	Não	15
Estado Civil (2025)	Solteiro	26
	Casado	74
Ocupação (2428)	Comércio e Serviço	13
	Profissional Liberal	14
	Cargo Comissionado	14
	Cargo Eletivo	8
	Funcionário Público	27
	Outros	24
Cargo Eletivo (268)	Vereador	69
	Prefeito	25
	Outros	6
Cargo Público (659)	Professor	38
	Profissional da Saúde	11
	Outros	51
Cargo Partidário (2338)	Presidente da Executiva Municipal	46
	Militante	15
	Outros	39

Survey CEPP, 2020.

De acordo com os dados da Tabela 3, os respondentes desta pesquisa são, em sua maioria, homens (87%), com idades entre 40 e 59 anos (57%), identificados como brancos (59%), católicos (64%), com rendimentos mensais entre 2 e 10 salários mínimos (30%) e com escolaridade de nível superior (63%). Em contraste, os respondentes do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018 apresentam características distintas: a maioria são mulheres (53%), com idades entre 60 e 85 anos (62%), identificadas como pardas (47%), católicas (50%), sem graduação (89%) e com rendimentos inferiores a 2 salários mínimos (42%). Essas diferenças confirmam a expectativa da discussão apresentada no capítulo teórico. Ao não corresponderem ao perfil do eleitorado, os respondentes filiados analisados nesta tese ocupam uma posição de maior centralidade social, especialmente devido a seus níveis mais altos de renda e escolaridade (Speck, Braga & Costa, 2015; Faeti & Gimenes, 2025).

Com relação à ocupação e à profissão dos respondentes os dados indicam que se trata de filiados e não de lideranças médias. Por um lado, não há indícios de que os respondentes se constituam como elites políticas, uma vez que apenas uma minoria respondeu à questão sobre o desempenho de cargos representativos e, dentre esses, a maioria exerceu apenas mandatos de vereador (69%) e de prefeito (25%). Por outro lado, tampouco podem ser classificados como elites partidárias, já que a maioria ocupa cargos não remunerados, como a presidência da executiva municipal (46%) ou atua apenas na militância (15%). Finalmente, entre os funcionários públicos, há um predomínio de professores (38%) e de profissionais da saúde (11%), setores que não integram a elite do setor público. Portanto, o perfil sociodemográfico dos respondentes da base de dados utilizada nesta tese se aproxima do perfil dos filiados, posicionando-se acima dos eleitores, mas abaixo das elites políticas e das elites médias dos partidos políticos (Ribeiro & Amaral, 2019).

A partir desse material empírico, serão avaliadas três dimensões da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil: a dimensão atitudinal, com a aplicação do GIM a este caso (Ribeiro & Amaral, 2019); a valorativa; e a sociológica, respectivamente, com a adoção de três variáveis com potencial explicativo e que não foram devidamente investigadas pela literatura de partidos políticos: a ideologia (Scarow, 2014), o ciclo de vida (Smets, 2016) e a geração (Weber, 2020) dos filiados e suas implicações para a participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). Portanto, nas próximas seções deste capítulo, serão apresentadas a operacionalização das variáveis utilizadas nos testes de hipóteses, justificando, por meio de suas distribuições, as escolhas das técnicas de estimação estatística dos modelos de regressão.

### 3.2 A DIMENSÃO ATITUDINAL DA FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE

Nesta seção, será operacionalizado o *General Incentives Model* (GIM) para o teste de hipótese da dimensão atitudinal da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil (Whiteley & Seyd, 2002). Devido ao caráter multidimensional da participação de alta intensidade, esse modelo reúne variáveis de três campos teóricos da ciência política: a teoria da escolha racional, a teoria dos recursos cívicos e a teoria da psicologia social. A variável dependente é o tempo mensal dedicado aos partidos. As variáveis independentes são os incentivos de natureza coletiva, seletiva e processual, enquanto as variáveis de controle referem-se às características sociodemográficas dos filiados (Ribeiro & Amaral, 2019).

A distribuição da variável dependente e ordenada do GIM, o tempo mensal dedicado a um partido, está descrita na Tabela 4. Embora a literatura frequentemente atribua a ausência de vida interna aos partidos brasileiros, adotando o critério de Van Haute e Gauja (2015), mais de dois terços dos respondentes demonstram alto engajamento, dedicando mais de onze horas mensais às atividades partidárias. Isso torna este caso, sob o ângulo comparado, positivo e desviante (Lisi & Espírito Santo, 2017; Van Haute & Ribeiro, 2022). Esse desajuste entre teoria e empiria fundamenta a leitura culturalista moderada sugerida anteriormente na discussão teórica, segundo a qual a mudança do foco de análise para o nível individual conduz a um viés ponderado, em vez de pessimista, sobre o funcionamento organizacional das bases partidárias, como descrito pelos estudiosos de partidos no Brasil (Ribeiro & Amaral, 2019).

**Tabela 4. Tempo mensal dedicado ao partido (%)**

< 5 horas	47
6 a 10 horas	15
11 a 15 horas	7
16 a 20 horas	7
21 a 25 horas	2
26 a 30 horas	3
> 31 horas	19

Survey CEPP, 2020. Pensando no seu atual partido, quantas horas mensais você dedica às suas atividades?

As variáveis independentes do GIM são os incentivos para a filiação, os quais remetem à teoria do voluntarismo cívico, à teoria sociopsicológica e à teoria da escolha racional. No *Survey* CEPP, os respondentes deveriam indicar o nível de importância – nada, pouco ou muito – de onze fatores para sua filiação: tradição familiar, convicção política, candidatura, emprego, crença em uma causa, interesse por cargos partidários, laços de amizade, laços religiosos, laços associativos e oposição a um partido político. Devido à

multidimensionalidade da participação de alta intensidade, espera-se que o filiado com esse padrão de ativismo responda a mais de um incentivo partidário (Whiteley & Seyd, 2002).

A relevância de cada incentivo do GIM para a filiação dos respondentes está listada na Tabela 5. Para os respondentes, as principais motivações para a filiação são a crença em uma causa específica (71%), a convivência partidária (67%), a convicção política (63%) e a oportunidade de candidatura (53%). Dessa forma, os interesses dos filiados respondentes se assemelham aos de outros contextos, ao se filiarem a partidos buscando, preferencialmente, retribuições de natureza coletiva, processual e seletiva (Gauja & Van Haute, 2015).

**Tabela 5. Incentivos envolvidos na filiação partidária (%)**

Importância	Nada	Pouco	Muito
Tradição familiar	39	28	33
Convicção política	11	24	65
Candidatura	21	22	57
Convivência partidária	9	24	67
Emprego partidário	66	24	10
Crença em uma causa	9	20	71
Ocupar cargos políticos	52	30	18
Laços de amizade	33	37	30
Participação religiosa	53	28	19
Participação em ONG	33	29	38
Oposição partidária	30	31	39

Survey CEPP, 2020. Há diferentes motivações para se filiar a um partido político. Pensando na sua decisão, indique abaixo o grau de importância que os seguintes fatores tiveram na sua atual filiação.

Outro conjunto de variáveis independentes do GIM refere-se às percepções dos respondentes sobre a influência de seu ativismo. No *Survey CEPP*, avaliam-se o senso de influência nos processos partidários, a influência do partido no sistema partidário e do próprio voto nas eleições (Whiteley & Seyd, 2002). Se a participação política é uma ação direcionada a influenciar a política, em teoria, o filiado mais ativo deve apresentar um elevado senso de influência sobre suas atitudes perante a objetos políticos (Almond & Verba, 1989).

O senso de influência dos respondentes do *Survey CEPP* em três processos está descrito na Tabela 6. A soma de suas respostas a partir do ponto médio da escala de sete pontos indica um elevado sentimento de eficácia política entre esses indivíduos: 70% afirmam influenciar as eleições, 64% dizem influenciar as decisões de seus partidos e 53% destacam a influência do partido no sistema partidário. Mantendo todas as variáveis em suas escalas originais, a média da percepção dos respondentes sobre a influência em seu partido é de 4,86, a influência do partido no sistema partidário é de 4,58 e a influência do próprio voto é de 5,33.

**Tabela 6. Sentimento de influência política dos filiados brasileiros (%)**

Influência	Pouca (1)	2	3	4	5	6	Muita (7)	Média
Intrapartidária	14	4	6	12	20	15	29	4.84
Sistema partidário	9	7	13	18	17	12	24	4.58
Eleitoral	10	5	5	10	12	10	48	5.33

Survey, CEPP, 2020. Em uma escala de 1 a 7, em que 1 é "influencia pouco" e 7 "influencia muito", o quanto o sr.(a) influencia individualmente nas decisões do seu partido, o quanto o seu partido influencia no sistema partidário e o quanto seu voto influencia nas decisões eleitorais?

O último bloco de variáveis independentes da dimensão atitudinal da filiação de alta intensidade corresponde às atividades partidárias. Espera-se que os filiados que dedicam mais horas a seus partidos o façam desempenhando funções partidárias. A Tabela 7 descreve a participação dos respondentes em onze tarefas organizacionais: administração partidária, reuniões partidárias, comícios, convenções partidárias, eleições de diretórios, distribuição de panfletos, recrutamento partidário, trabalho em candidaturas e engajamento político online e offline (Heidar, 2006).

**Tabela 7. Atividades desempenhadas pelos filiados (%)**

	Sim	Não
Administração	28	72
Reunião	63	37
Comício	46	54
Convenção	58	42
Eleição diretório	49	51
Panfletagem	37	63
Recrutamento	55	45
Delegado	31	69
Candidatura	46	54
Participação online	29	71
Participação offline	34	66

Survey CEPP, 2020.

Os dados revelam que a maioria dos respondentes do *Survey* CEPP frequenta reuniões partidárias, convenções partidárias e participa do recrutamento intrapartidário. Quase metade se envolve em comícios, trabalhos eleitorais e candidaturas partidárias, enquanto a minoria exerce o papel de delegado partidário, atua na administração da organização partidária e participa de atividades online e remotas (Heidar, 2006).

As variáveis de controle no GIM envolvem o impacto dos recursos na filiação, ou seja, recursos materiais, cognitivos, disponibilidade de tempo e características sociais dos filiados (Whiteley & Seyd, 2002). A justificativa para seu uso advém da teoria dos recursos cívicos, segundo a qual os indivíduos participam porque podem, querem ou foram convidados. Nesse sentido, escolaridade, renda, sexo, status ocupacional, interesse por política, idade e etnia são

variáveis associadas a uma maior ou menor propensão à participação política dos indivíduos (Verba, Schlozman & Brady, 1995).

A comparação entre os perfis sociodemográficos dos respondentes do *Survey* CEPP e dos eleitores brasileiros, apresentada na discussão dos resultados da Tabela 3, confirma o pressuposto da teoria dos recursos. Embora não se constituam como uma elite política ou partidária, os respondentes também não são representativos do eleitorado, assemelhando-se, assim, a uma elite social. Esse perfil é semelhante à descrição dos filiados em estudos comparativos sobre filiação na Europa, caracterizando-se por uma maioria de homens, brancos, mais velhos, mais instruídos, com maiores rendimentos mensais e tempo disponível para se dedicar à participação política (Gauja & Van Haute, 2015; Hooghe & Kolln, 2018).

Apresentadas as variáveis do GIM, resta descrever sua operacionalização para justificar a técnica estatística utilizada no teste da primeira hipótese (H1), que trata dos padrões atitudinais da cultura política da filiação de alta intensidade nos partidos brasileiros. Portanto, no restante desta seção, esses procedimentos serão detalhados.

A variável dependente tempo dedicado ao partido, apresentada na Tabela 2, tem uma distribuição de respostas entre a primeira e a última faixa de horas. Assim, devido à sua natureza ordenada, com sete faixas de horas mensais, sua versão original será utilizada em um modelo de regressão linear múltipla. Para comparar a consistência e a confiabilidade de seus resultados, será estimado um modelo de regressão logística binária. Para isso, as sete faixas de horas serão dicotomizadas: de 0 a 19 horas como (0) “baixa intensidade” e mais de 20 horas como (1) “alta intensidade”. Embora sejam formas distintas de estimação da ligação entre a variável dependente e a independente, espera-se, se houver, o mantimento da direção e da significância entre as variáveis dos modelos (Wooldridge, 2019).

O primeiro bloco de variáveis independentes são os onze incentivos envolvidos na filiação partidária e apresentados na Tabela 3. Originalmente ordenados em faixas de importância, nada, pouco e muito importante, para os modelos, foram todos ordenados em variáveis binárias, onde (0) é “nada importante” e (1) “pouco ou muito importante”.

O segundo bloco de variáveis independentes são os preditores do sentimento de eficácia política, contidas na Tabela 4. Inicialmente, se tratava de medidas escalares de sete pontos, onde (1) representa “pouco importante” e (7) representa “muito importante”. Para os modelos estimados no capítulo empírico, foram recodificadas em variáveis dicotômicas, sendo (0) para os valores de 1 a 4 (sem importância) e (1) para os valores 5, 6 e 7 (importante).

O terceiro bloco de variáveis são as atividades desempenhadas pelos respondentes. Todas foram mantidas em sua versão original, onde (1) representa “participa” e (0) representa “não participa”.

As últimas variáveis do GIM são seus controles estatísticos. Fazem parte desse grupo: presidente da executiva municipal, a posse de cargo eletivo, o grau de escolaridade, a renda mensal familiar, a faixa etária e a autodeclaração da cor de pele e do sexo dos respondentes.

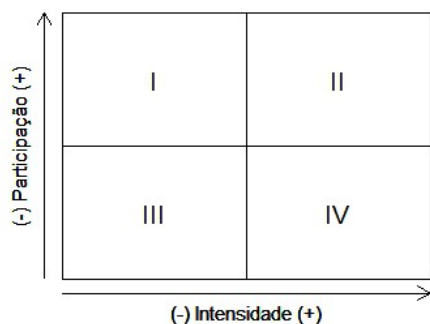
A variável presidente da executiva municipal é uma *dummy*, sendo (1) presidente e (0) demais cargos partidários. A variável cargo eletivo é uma *dummy*, onde (1) possui e (0) não possui cargos. A escolaridade, originalmente, era uma variável escalar ordenada com os seguintes níveis de instrução: analfabeto, ensino fundamental, ginásio incompleto, ginásio completo, colegial incompleto, colegial, universitário incompleto e universitário completo. Para os modelos de regressão, foi codificada entre (1) graduados e (0) restante.

A renda familiar mensal dos respondentes, no questionário, era uma variável ordenada com as seguintes faixas de salário-mínimo (SM): (1) até 1 SM, (2) de 1 a 2 SM, (3) de 2 a 5 SM, (4) de 5 a 10 SM, (5) de 10 a 15 SM, (6) de 15 a 20 SM, (7) mais de 20 SM e (8) NS/NR. Para a estimação do GIM, foi reescrita como (1) até 2 SM, (2) de 2 a 5 SM, (3) de 5 a 10 SM e (4) mais de 10 SM.

Os anos de vida, originalmente uma variável contínua, variavam de 22 a 83 anos. Para a estimação do GIM, foram codificados em cinco faixas etárias: (1) até 29 anos, (2) de 30 a 39 anos, (3) de 40 a 49 anos, (4) de 50 a 59 anos e (5) de 60 a 83 anos. A autoidentificação da cor da pele, inicialmente com cinco categorias (branco, amarelo, indígena, preto e pardo), foi recodificada para (1) branco e (2) preto. A variável de autoidentificação do sexo foi mantida conforme a versão original do *Survey* CEPP: (1) masculino e (0) feminino.

Com as operacionalizações baseadas na discussão teórica precedente e na presente análise descritiva, a primeira hipótese desta tese será mensurada no próximo capítulo. A **Figura 1** é um esquema analítico que representa a intuição por trás de seu desenvolvimento.

**Figura 1. Padrões atitudinais da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil**



Fonte: o autor (2025)

O referido esquema analítico condensa quatro possíveis combinações entre o comportamento e as atitudes dos respondentes. Na vertical, a seta ascendente indica o total de atividades demandadas dos respondentes. Na horizontal, a seta à direita indica o tempo dedicado ao partido. Os sinais indicam as quantidades — alta e baixa — dessas medidas. Embora rudimentar, o quadro representa sinteticamente a intuição envolvida na elaboração da hipótese e na construção de um argumento alternativo e mais ponderado, em oposição à visão pessimista de ausência de vida interna nas organizações partidárias brasileiras.

O perfil (I) é o filiado com baixa intensidade de participação e alta quantidade de atividades, ou seja, dedica poucas horas e se engaja em mais de uma atividade partidária. O perfil (II) é o filiado com alta intensidade de participação, ou seja, dedica muitas horas a mais de uma atividade. O perfil (III) é o filiado com baixa intensidade de participação e sem engajamento, dedicando poucas horas e não se envolvendo em atividades. O perfil (IV) é o filiado com alta intensidade de participação e engajado em poucas atividades, dedicando mais horas a apenas uma delas.

Conforme a discussão no capítulo teórico, a validação da hipótese 1 passa pela descoberta de um padrão de ativismo semelhante ao descrito no perfil IV, enquanto a adequação da leitura culturalista e moderada sobre as bases das organizações partidárias no Brasil advém da preponderância de um padrão de ativismo semelhante ao perfil II. A verificação dessa hipótese e as implicações de seus resultados serão retomadas e discutidas de maneira detalhada no primeiro capítulo empírico desta tese.

### 3.3 A DIMENSÃO VALORATIVA DA FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE

Nesta seção, serão operacionalizadas três hipóteses sobre a dimensão valorativa da cultura política da filiação de alta intensidade. A primeira sugere que filiados a partidos de esquerda são mais intensamente engajados do que aqueles vinculados a partidos de direita (Amaral, 2014). Já as demais postulam que o extremismo (May, 1973) e a incoerência ideológica (Van Haute & Carty, 2012) influenciam os padrões participativos da filiação. Embora amplamente difundidas, nenhuma dessas hipóteses foi empiricamente testada na agenda de estudos sobre partidos políticos no Brasil. Para compreender a relação entre os valores e as atitudes dos filiados, essas premissas serão avaliadas por meio da inclusão de duas variáveis no modelo geral dos incentivos (GIM) (Whiteley & Seyd, 2002): a posição ideológica subjetiva e a posição ideológica percebida dos respondentes do *Survey* CEPP.

Inicialmente, é importante ressaltar a originalidade da base de dados utilizada nessa tese. Uma maneira de fazer isso é contextualizá-la no campo de pesquisa na qual essa seção estabelece diálogo: os estudos de ideologia. Apesar de vasta, a produção desta área tem se concentrado na classificação dos partidos brasileiros baseada, predominantemente, na visão de parlamentares (Zucco & Power, 2012), especialistas (Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2023) e dos programas partidários (Tarouco & Madeira, 2015), mas não na percepção dos filiados.

A partir da percepção dos filiados, é possível avaliar a validade do *Survey* CEPP perante as demais bases de dados, supondo que a classificação dos partidos pela visão dos filiados não deve se diferenciar substancialmente de pesquisas com metodologias já consolidadas deste campo de estudos. Assim, o Quadro 2 compara essa medida com classificações partidárias anteriores. Por integrarem a organização de seus partidos, supõem-se que esses indivíduos sejam capazes de posicioná-las adequadamente na escala ideológica.

**Quadro 2. Classificação das organizações partidárias brasileiras segundo seus filiados**

<b>Partidos Políticos</b>	<b>Zucco &amp; Power (2012)</b>	<b>Tarouco &amp; Madeira (2015)</b>	<b>Bolognesi, Ribeiro &amp; Codato (2023)</b>	<b>Survey CEPP (2020)</b>
<b>Siglas</b>	<b>Parlamentares</b>	<b>Programas</b>	<b>Experts</b>	<b>Filiados</b>
PT	3,08	2,09	2,97	2,05
PSDB	5,65	4,06	7,11	7,06
PSB	3,25	3,0	4,05	4,61
PR	6,65	5,04	7,78	6,75
DEM	7,89	6,06	8,57	7,61
PTB	6,43	5,0	6,01	7,01
PPS	4,49	4,0	4,93	6,16
PMDB	5,56	4,02	7,01	6,30
PP	7,48	6,0	8,20	7,18
PDT	3,70	3,3	3,97	4,27

Autor (2025)

Os dados apresentados no Quadro 2 confirmam as suposições teóricas anteriores. Por um lado, em relação com outras metodologias de classificação dos partidos brasileiros, a percepção dos filiados sobre a classificação dos partidos aos quais pertencem revela-se uma técnica consistente, na medida em que não se diferencia muito de pesquisas que utilizam outros métodos para classificá-los. Por outro, essa medida apresenta variações pontuais relativo aos diferentes tipos de classificação, sustentando sua originalidade em relação a esses trabalhos, uma vez que tem como objeto de análise os filiados respondentes do *Survey* CEPP.

Assim, ao fundamentar uma medida próxima das classificações partidárias tal como outros materiais empíricos, como surveys com parlamentares (Zucco & Power, 2012), *experts* (Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2023) e programas partidários (Madeira & Tarouco, 2015), o *Survey* CEPP reafirma sua robustez. Portanto, trata-se de um material válido para avaliar os padrões valorativos da cultura política da filiação de alta intensidade nos partidos brasileiros.

Nesse contexto, a Tabela 8 apresenta a opinião dos respondentes do *Survey* CEPP sobre seis questões políticas concretas: a redução da desigualdade de renda, o casamento de casais homoafetivos, a igualdade de gênero na política, a intervenção estatal na economia, a proibição do aborto e o porte de armas de fogo. A partir dessas respostas, será delineado um perfil valorativo dos respondentes. Dada a diversidade dos temas abordados, espera-se maior concordância em questões econômicas, uma vez que estas geralmente seguem alinhamentos ideológicos mais bem definidos (Bobbio, 2012). Em contrapartida, questões morais e culturais tendem a gerar maior dispersão, pois são atravessadas por valores religiosos, culturais e históricos, que nem sempre seguem a clivagem esquerda-direita tradicional (Inglehart, 1997).

**Tabela 8. Avaliações dos filiados brasileiros sobre as seguintes frases e temas políticos (%)**

Issues	Concordo (1)	2	3	Indiferente (4)	5	6	Discordo (7)
Redução da desigualdade de renda	65	9	8	5	3	1	5
Casamento de casais homoafetivos	38	5	4	25	3	3	22
Igualdade de gênero na política	53	6	7	16	4	2	11
Intervenção estatal na economia	59	12	11	4	5	3	7
Proibição do aborto	26	9	9	12	7	6	32
Porte de arma de fogo	24	6	8	10	7	6	40

Survey CEPP (2020)

A distribuição das opiniões sugere um perfil estatista na economia e ambíguo na cultura. Há consenso sobre o papel do governo na redução da desigualdade e na igualdade de gênero, mas oposição ao porte de armas e ao aborto, enquanto o matrimônio LGBTQQICAPF2K+ divide opiniões. Esse padrão corrobora a literatura sobre ideologia, que aponta maior coesão nas preferências econômicas, associadas a clivagens tradicionais de esquerda e direita (Bobbio, 2012), e maior dispersão nas pautas morais, influenciadas por fatores religiosos, culturais e históricos (Inglehart, 1997).

Já a posição ideológica subjetiva e percebida dos respondentes é apresentada na Tabela 9. Devido à posse de recursos materiais e cognitivos por esses indivíduos, supõe-se que saibam se posicionar e posicionar seus partidos ideologicamente (Converse, 1964).

**Tabela 9. Auto posicionamento ideológico e posicionamento ideológico relativo do partido (%)**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	(Esquerda)					(Direita)				
Filiados	15	6	7	7	18	8	7	7	6	19
Partidos	15	3	7	8	22	10	9	9	3	14

Survey CEPP, 2020.

Quanto ao posicionamento na escala ideológica de dez pontos, os respondentes estão distribuídos da seguinte forma: 15% à esquerda, 18% ao centro e 19% à direita. Na escala de cinco pontos, onde: (1) 1 e 2 representam a extrema-esquerda, (2) 3 e 4 a centro-esquerda, (3) 5 e 6 o centro, (4) 7 e 8 a centro-direita, e (5) 9 e 10 a extrema-direita, 21% estão na extrema-esquerda, 14% na centro-esquerda, 26% no centro, 14% na centro-direita e 25% na extrema-direita. Já na escala de três pontos, onde: (1) 1 a 4 é esquerda, (2) 5 a 6 é centro, e (3) 7 a 10 é direita, 39% se posicionam à direita, 35% à esquerda e 26% no centro. Portanto, embora as porcentagens variem conforme a codificação, as respostas mostram uma tendência à direita.

Quanto ao posicionamento percebido dos filiados, os respondentes distribuem-nos da seguinte forma: 14% à direita, 22% ao centro e 15% à esquerda. Na escala de cinco pontos, na qual (1) os pontos 1 e 2 representam a extrema-esquerda, (2) 3 e 4, a centro-esquerda, (3) 5 e 6, o centro, (4) 7 e 8, a centro-direita, e (5) 9 e 10, a extrema-direita, os respondentes estão distribuídos da seguinte forma: 18% na extrema-esquerda, 15% na centro-esquerda, 32% no centro, 18% na centro-direita e 17% na extrema-direita. Já na escala de três pontos, na qual (1) os pontos de 1 a 4 correspondem à esquerda, (2) 5 e 6 ao centro e (3) de 7 a 10 à direita, a distribuição é de 35% à direita, 32% no centro e 33% à esquerda. Nesse último caso, as respostas estão uniformemente distribuídas entre as três posições da escala ideológica.

A comparação entre a posição individual e a posição percebida dos respondentes na escala de ideologia pode ser utilizada como uma medida de coerência de seu sistema de crenças (Swigart et al., 2020). Por um lado, conforme escrito na Seção 1 do capítulo teórico e descrito com dados na Seção 1 deste capítulo, espera-se uma maior coerência na posição dos respondentes em relação a seus partidos, devido ao acúmulo de recursos (Converse, 1964). Os dados apontam nessa direção, como ilustrado pela similaridade na distribuição das respostas. Por outro lado, a teorização também considera a possibilidade de divergências entre a posição dos filiados e a dos partidos (Van Haute & Carty, 2012). Os dados sustentam essa hipótese, pois uma parcela minoritária dos indivíduos se posiciona mais à direita de seus partidos, deslocando levemente a distribuição das respostas nessa direção no espectro ideológico.

Esse resultado corrobora a ideia de que a ideologia não opera no vácuo, mas está imersa em uma cultura política organizacional (Scarrow, 1996). No caso dos partidos de esquerda, devido à ausência de incentivos prévios para estimular o ativismo dos filiados em sua origem, a congruência ideológica tende a ser fortalecida pelo contato face a face direto e contínuo dos filiados (Achurry et al., 2020). Por isso, em princípio, os filiados de partidos de esquerda são mais ativos do que aqueles vinculados a partidos de direita (Scarrow, 2014).

Outra interpretação sugere que não é a ideologia, mas o extremismo que impulsiona um maior ativismo (Kitschelt, 1989). Essa ideia, derivada da Lei de May (1973), parte da premissa de que os partidos não são unitários e, portanto, atores em diferentes posições dentro dessas organizações possuem incentivos e restrições distintos para expressar suas atitudes e valores em relação a objetos políticos (Norris, 1995).

Outra explicação refere-se à incoerência entre o posicionamento dos filiados e o de seus partidos em relação à propensão à participação partidária (Van Haute & Carty, 2012). Não apenas a posição dos filiados dentro da organização, mas também suas características e interesses influenciam a percepção de como se veem e de como posicionam seus partidos na escala ideológica. Assim, um filiado insatisfeito pode adotar um posicionamento distinto do de seu partido (Kolln & Polk, 2017). Dessa incoerência valorativa decorrem, ao menos, três padrões comportamentais relacionados ao esquema de voz, lealdade e saída dos filiados (Hirschman, 1973): (i) maior ativismo para tentar recolocar o partido em sua posição anterior; (ii) menor ativismo devido à percepção de insuficiência para tanto; e (iii) desfiliação, caso os custos da incoerência superem os benefícios da filiação.

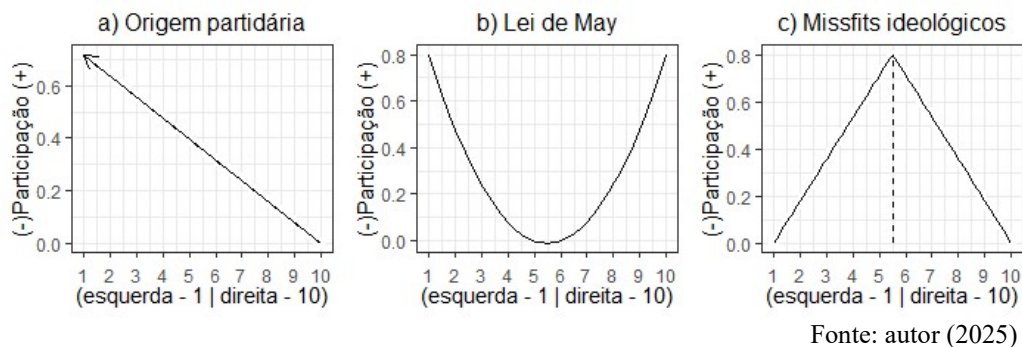
Essas leituras não foram devidamente fundamentadas teoricamente nem colocadas à prova empiricamente pelos estudiosos da agenda partidária brasileira. Com relação à teoria de partidos, um exercício nesse sentido foi realizado por Amaral (2014), que inseriu uma medida de ideologia no *General Incentives Model*, dividindo os filiados entre a esquerda (aqueles posicionados entre os pontos 0 e 2 da escala) e o restante (aqueles nos demais pontos). No capítulo empírico, essa codificação será replicada, juntamente com as escalas de dez, cinco e três pontos, em modelos de regressão para a estimação da segunda hipótese desta tese.

O posicionamento extremista será avaliado em duas etapas complementares. Na primeira, a escala ideológica será dividida entre os pontos 1 e 2 (extrema-esquerda) e 9 e 10 (extrema-direita) (Whiteley & Seyd, 1992). Na segunda, esses pontos serão somados para criar a variável *extremista*, sem distinção ideológica (May, 1973). Por fim, a variável de posicionamento incoerente será calculada pela diferença entre a posição ideológica individual e a percebida. Devido à escala ideológica, os respondentes podem se posicionar entre +9 e -9 pontos em relação ao seu partido. Assim, essa variável será convertida em um valor absoluto, variando de 0 a 9, e depois dicotomizada: os pontos de 0 a 2 representarão os filiados coerentes (1), enquanto os demais serão incoerentes (0) (Van Haute & Carty, 2012).

Baseado nessas operacionalizações, serão mensuradas as **H2**, **H3** e **H4** relativas à dimensão valorativa dos padrões de cultura política da filiação de alta intensidade. A Figura 2,

intitulada “*Padrões valorativos da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil*” é a representação gráfica da intuição envolvida em cada modelo de regressão discutido nesta seção, destacando as possíveis relações esperadas entre o comportamento político e o posicionamento ideológico dos respondentes do *Survey* CEPP.

**Figura 2. Padrões valorativos da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil**



O primeiro esquema simplifica a compreensão da tese de que os respondentes de partidos de esquerda são mais engajados do que os respondentes de partidos de direita (Amaral, 2014). No eixo vertical (ordenada), está o nível de participação dos ativistas, medido pelo tempo mensal dedicado ao partido, variando de baixa a alta intensidade. No eixo horizontal (abscissa), apresenta-se a ideologia em uma escala de 1 a 10. Se a tese da literatura sobre partidos estiver correta, espera-se que essas variáveis se associem de forma linear, iniciando na extremidade direita (mínimo) e, à medida que a intensidade de participação aumenta, atingindo a extremidade esquerda (máximo).

O segundo esquema apresenta um modelo derivado da Lei de May (1973). Na representação dessa figura, os ativistas com posições ideológicas mais extremistas, tanto à direita quanto à esquerda, são mais intensamente engajados. Considerando que a ordenada e a abscissa são idênticas às do outro esquema, o que distingue essa teoria é o padrão esperado da relação entre ideologia e participação, com os extremos (à esquerda e à direita) sendo mais ativos em relação ao centro moderado.

O terceiro esquema sintetiza a ideia de que a participação partidária tende a ser maior quando a posição dos filiados está alinhada à posição média e central da organização partidária (Van Haute & Carty, 2012). À medida que a distância ideológica aumenta, a participação diminui gradualmente, independentemente da direção.

O teste dessas hipóteses e a análise de seus resultados serão apresentados na segunda seção do capítulo empírico. Nesse capítulo, também serão discutidas suas implicações para os padrões valorativos da cultura política da filiação de alta intensidade dos filiados brasileiros.

### 3.4 A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DA FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE

Esta seção operacionaliza a relação entre o ciclo de vida, a geração e a participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). Ao adotar essas categorias como marcadores desse padrão de ativismo, serão descritas medidas para avaliar a distinção no nível de ativismo dos filiados, com base no período de vida em que se encontram (Smets, 2016) e na geração à qual pertencem (Weber, 2020). Essas leituras se fundamentam na ideia de que as mudanças decorrentes do processo de socialização e o pertencimento a um determinado período histórico se associam à participação desses filiados (Faeti & Gimenes, 2025).

No capítulo teórico, foram discutidas três teorias sobre a relação entre um marcador cronológico e a participação política. A teoria estática entende que a fase mais suscetível à assimilação de novas vivências ocorre nas duas primeiras décadas de vida. Passado esse período, as crenças se cristalizam e as mudanças tornam-se residuais (Easton, 1975). Por outro lado, a teoria dinâmica sustenta que, a cada nova fase do ciclo de vida, as vivências são assimiladas, alterando os padrões de orientação política dos indivíduos (Smets, 2016). Finalmente, a teoria de unidade geracional afirma que diferentes gerações são moldadas por contextos políticos distintos, o que, por sua vez, influencia os padrões atitudinais dos filiados (Weber, 2020). Portanto, as três vertentes convergem ao atribuírem marcadores temporais ao ativismo, mas divergem na explicação dos mecanismos pelos quais esses processos ocorrem.

Pela leitura estática, Paludo (2017) operacionalizou o conceito de geração e ciclo de vida pelo critério da idade, dividindo-a em três e quatro faixas etárias. A primeira considerou a idade a partir do ano de fundação do PT: [1] os filiados de 18 a 34 anos, [2] os filiados de 35 a 49 anos e [3] os filiados com mais de 50 anos. A segunda seguiu as diretrizes do Conselho Nacional da Juventude: [1] os filiados com até 29 anos, [2] os filiados de 30 a 44 anos, [3] os filiados de 45 a 59 anos e [4] os filiados com mais de 60 anos. Segundo o autor, o ativismo de alta intensidade varia conforme o tempo de filiação, a idade e os recursos dos indivíduos. Assim, conclui que, devido a fatores como o pertencimento geracional e as fases do ciclo de vida, os velhos filiados, perante os novos, dispõem de mais recursos e são mais participativos.

Inicialmente, na Tabela 3, a variável idade foi operacionalizada com o critério do IBGE: (1) 16 a 29 anos, (2) 30 a 39 anos, (3) 40 a 49 anos, (4) 50 a 59 anos e (5) 60 a 85 anos. Nessa versão, 3% dos respondentes estão distribuídos nas faixas de 18 a 29 anos, 21% entre 30 e 39 anos, 28% entre 40 e 49 anos, 28% entre 50 e 59 anos e 21% entre 60 e 85 anos. Deste modo, esses dados não se diferem daqueles descritos em outras pesquisas, no que se

refere ao baixo número de jovens filiados. Em estudo sobre as juventudes do PT e do PSDB no estado de São Paulo, Locatelli (2017) chega à conclusão semelhante, ao identificar um processo de envelhecimento em curso nas bases organizacionais desses partidos políticos.

Devido ao baixo número de jovens respondentes, para atingir uma taxa razoável de respostas, alteraram-se os critérios de classificação das categorias da variável faixa-etária: (1) 18 a 35 anos, (2) 35 a 49 anos, (3) 50 a 59 anos e (4) 60 a 85 anos. Essa operacionalização é justificada por dois motivos: primeiro, pela transição entre a fase jovem e adulta dos eleitores ter se alterado devido às mudanças sociais (Rocha, Faeti & Ribeiro, 2025), e, segundo, por esse processo ser ainda mais lento nos partidos políticos, onde a experiência, o capital político e o próprio recrutamento partidário são barreiras à renovação partidária (Guedes-Neto, 2022). Isso implica que um jovem filiado pode ser mais velho do que um eleitor adulto.

As frequências relativas da variável idade com quatro faixas etárias estão descritas na Tabela 10. Com a transformação das duas faixas iniciais em uma, os dados ficam mais uniformemente distribuídos, com 23% dos respondentes entre 18 e 39 anos, 30% entre 40 e 49 anos, 29% entre 50 e 59 anos e 18% entre 60 e 85 anos. Esses dados reforçam a dificuldade do processo de renovação partidária e justificam a tentativa de adoção desta medida de idade para os estudos partidários, conforme proposto por esta tese.

**Tabela 10. Idade recodificada em quatro faixas-etárias**

Faixa-etária	%
18 a 35 anos	14%
36 a 49 anos	39%
50 a 59 anos	28%
60 a 81 anos	19%

Survey CEPP, 2020.

Às duas distribuições de faixas etárias adicionam-se os marcadores do ciclo de vida, que estão associados às circunstâncias existenciais dos filiados (Smets, 2016). O estado civil é codificado como (1) solteiros e (0) para os demais, enquanto o vínculo empregatício é codificado como (1) empregados e (0) para os demais. Assim, têm-se três matrizes:

1 = [jovens, jovens-adultos, adultos e velhos]

2 = [solteiros, não solteiros]

3 = [trabalha, não trabalha]

Os perfis do ciclo de vida são definidos pela combinação dessas variáveis, que representam características marcadoras de circunstâncias existenciais, dispostas nas matrizes (Rocha, Faeti & Ribeiro, 2025). Nesse sentido, têm-se as seguintes combinações:

Jovens = jovens, solteiros e sem trabalho.

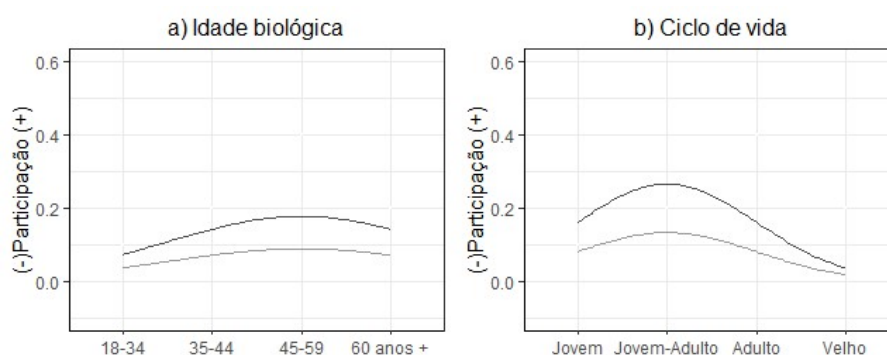
Jovens-adultos = jovens, não solteiros e não trabalham + jovens, não solteiros e trabalham + jovens, solteiros e trabalham + adultos, solteiros e trabalham + adultos, solteiros e não trabalham + adultos, não solteiros e não trabalham.

Adultos = adulto, não solteiros e trabalham.

Velhos = velhos, não solteiros e trabalham.

A partir dessas operacionalizações, utilizo modelos de regressão logística para determinar a relação entre participação de alta intensidade e o ciclo de vida dos respondentes. A Figura 3 ilustra a intuição envolvida na leitura estática e dinâmica do ciclo de vida.

**Figura 3. Padrões sociológicos da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil**



Fonte: autor (2020)

O esquema a) da Figura 3 apresenta a relação entre a idade e a intensidade de participação conforme o viés estático do conceito de ciclo de vida (Easton, 1975). Na ordenada, está o grau de intensidade da participação dos respondentes. Na abscissa, está a sua faixa de idade. A linha inferior representa indivíduos com baixa intensidade de participação, enquanto a linha superior representa os indivíduos com alta intensidade de participação.

De acordo com essa teoria, as crenças, valores e atitudes vividos nos anos impressionáveis se associam as estruturas de oportunidades políticas nas fases seguintes da vida dos indivíduos, servindo de guia para sua orientação comportamental (Weber, 2020). Com isso, a associação entre a idade e o tempo dedicado ao partido é similar a uma reta, saindo do ponto mínimo (fase inicial de ativismo, ainda com baixos recursos), aumentando na fase adulta devido à maior disponibilidade de recursos e caindo novamente durante a velhice.

O esquema b) da Figura 3 ilustra o nexos entre a idade e a participação de alta intensidade pelo viés dinâmico do conceito de ciclo de vida (Smets, 2016). As diferenças em relação ao quadro anterior incluem a inserção dos ciclos de vida e o comportamento da variável independente em formato de curva, em vez de uma reta. Essa expectativa decorre do argumento da referida teoria, segundo o qual as crenças e os valores são dinâmicos e se modificam a cada nova fase do ciclo de vida, reorientando o sistema de crenças e o grau de

participação dos indivíduos. Nesse sentido, o estado civil e o vínculo laboral alteram suas propensões a dedicar parte de seu tempo ao partido. Em outras palavras, nesse modelo, a relação entre as variáveis não é linear, mas oscilante, devido às circunstâncias existenciais que se impõem aos indivíduos, alterando seus padrões atitudinais (Stoker & Jennings, 1995).

Além disso, será analisado se o pertencimento a uma geração, em vez de outra, se correlaciona à participação de alta intensidade (Mannheim, 1970). Diferentemente da abordagem centrada exclusivamente no nascimento durante os “anos impressionáveis” (Jennings, 1987), esta tese adota como critério de unidade geracional o momento da filiação política, associado a eventos que circunscrevem os indivíduos a contextos históricos distintos (Neveu, 2019). Assim, a redemocratização, a vitória do PT em 2002 e a eleição de Bolsonaro em 2018 são considerados marcos que delimitam gerações de filiados socializados sob diferentes regimes e conjunturas político-institucionais.

Conforme a discussão da terceira seção teórica, no caso do Brasil, os marcos que definem o pertencimento geracional estão associados a eventos políticos que reconfiguraram o sistema partidário e o contexto de atuação dos filiados (Neveu, 2019). A Tabela 11 descreve a distribuição dos respondentes com base no momento da filiação em quatro contextos históricos distintos: (i) filiados da redemocratização, com ingresso até a Constituição de 1988; (ii) filiados do período de ascensão do PT, entre 1989 e 2002; (iii) filiados dos governos petistas, entre 2003 e 2017; e (iv) filiados do novo sistema partidário, após a eleição de Bolsonaro em 2018.

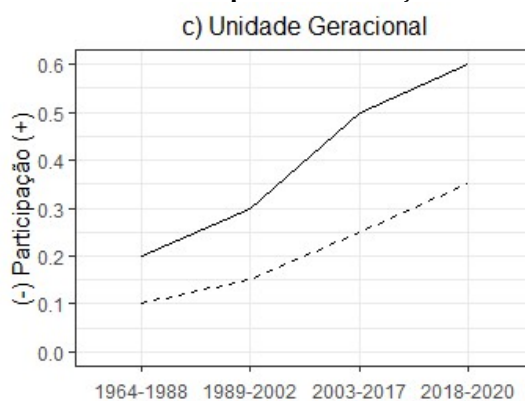
**Tabela 11. Faixas geracionais dos filiados brasileiros**

Período	Geração	%
1966-1988	Redemocratização	5
1989-2002	Ascensão do PT	15
2003-2017	Governo petistas	54
2018-2020	Novo sistema partidário	26

Survey CEPP, 2020.

Os dados da Tabela 11 demonstram que somente 5% dos respondentes do *Survey* CEPP foram socializados em partidos durante a ditadura militar e o processo de redemocratização do sistema partidário. Os demais se distribuem da seguinte forma: 15% foram socializados na primeira década de existência do sistema partidário, 54% durante os governos petistas e 26% no contexto do novo sistema partidário, após a vitória de Bolsonaro. Conforme a discussão do capítulo teórico, espera-se maior propensão a participação de alta intensidade entre as gerações mais novas de filiados, tanto pela lógica da socialização probatória no partido (Faeti & Gimenes, 2025) quanto pela socialização partidária em um período de abertura política e eventos estimuladores da participação política (Neveu, 2019).

**Figura 4. Padrões geracionais da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil**



Fonte: autor (2025)

O esquema anterior resume a intuição teórica que fundamenta a discussão sobre as unidades geracionais adotadas nesta tese. Assim como no caso do ciclo de vida, a linha contínua representa os respondentes intensamente engajados, enquanto a linha tracejada indica aqueles com baixa intensidade de participação. Na abscissa, estão dispostos os padrões de participação dos respondentes, e na ordenada, os anos correspondentes às gerações definidas pelo momento da filiação. Conforme argumentado ao longo do capítulo, espera-se que os filiados das gerações mais recentes — especialmente aqueles que ingressaram durante os governos petistas (2003–2017) e no novo sistema partidário pós-2018 — apresentem maior intensidade de ativismo (linha contínua), em comparação com os filiados da redemocratização (até 1988) e do período de ascensão do PT (1989–2002), cuja participação tenderia a ser menos intensa (linha tracejada).

Além disso, na estimação do modelo de regressão com idade e ciclo de vida, o tempo de filiação será incluído como uma variável *dummy* que distingue entre velhos e novos filiados, conforme critérios da literatura que identificam mudanças nos padrões participativos a partir desse marcador cronológico (Paludo, 2017). Contudo, como este trabalho não se restringe ao PT e considera a recorrente migração partidária no Brasil, será adotado outro critério, classificando como velho filiado aquele com ao menos cinco anos de filiação ao mesmo partido, isto é, filiado há mais de duas eleições consecutivas (Speck, 2013).

A estimação dos modelos de regressão correspondentes a essas hipóteses complementares, bem como a discussão de seus resultados à luz da literatura sobre comportamento político e organização partidária, será desenvolvida com mais detalhes no capítulo final desta tese. Nele, serão analisadas as implicações empíricas para a compreensão da dimensão sociológica da cultura política da filiação de alta intensidade no Brasil.

## **4. PARTICIPAÇÃO E FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE NOS PARTIDOS BRASILEIROS: ABRINDO A CAIXA PRETA**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

Quais são os determinantes da filiação de alta intensidade nos partidos brasileiros? Embora o Brasil tenha uma das taxas de filiação partidária por eleitor mais altas do mundo, não há um correspondente interesse dos estudiosos pelo tema (Speck, 2013). Portanto, não são plenamente conhecidas as motivações que levam os indivíduos a dedicarem mais horas às atividades de seus partidos (Ribeiro & Amaral, 2019). Por se tratarem dos operadores organizacionais dos partidos (Bale, Webb & Poletti, 2019) e, muitas vezes, de suas próprias lideranças médias e locais (Katz & Mair, 2018), entender os padrões de cultura política da filiação de alta intensidade, i.e., as características sociais, atitudinais e valorativas desses filiados, é relevante. Afinal, esses indivíduos possivelmente serão os futuros competidores a cargos eleitorais, lideranças e elites políticas responsáveis pela gestão das instituições representativas do regime democrático (Scarrow, 2014).

Como discutido anteriormente, esse desinteresse pela análise dos filiados tem suas raízes nos estudos comparados dos campos comportamentais e organizacionais, que identificam a crise das instituições representativas e da participação tradicional em democracias seculares (Biezen, Mair & Poguntke, 2012). Nesse cenário, estudiosos de ambas as agendas apontam o declínio do engajamento em modalidades de ativismo convencional e a estabilidade das contestatórias, o que dificultaria o recrutamento de filiados, limitaria as atividades de base e comprometeria o funcionamento dos canais representativos das organizações partidárias (Poguntke, Scarrow & Webb, 2016). Para ambos os campos, o filiado e a filiação são tanto categorias de análise disfuncionais quanto modalidades de ativismo em vias de extinção.

Na América Latina, a organização partidária é a “caixa-preta” dos estudos partidários na região (Levitsky et al., 2016). No Brasil, há um acúmulo de conhecimento sobre sua centralidade nas arenas legislativas (Limongi, 2017), governamentais (Santos, 2001) e eleitorais (Braga & Pimentel Jr., 2010). No entanto, a organização partidária com foco na filiação e na base de filiados é pouco estudada (Ribeiro, 2013). Mesmo sem validação, ainda é corrente a tese de que, à exceção do PT, essas estruturas seriam desconectadas da sociedade,

amorfos, ficções legais, não programáticas e ausentes de ativismo e de vida em seus interiores (Ribeiro & Amaral, 2019; Samuels & Zucco, 2018; Faeti & Gimenes, 2025).

Considerando que os dados individuais sobre os filiados a partidos brasileiros são escassos (Speck, 2013) e que não há uma agenda dedicada ao estudo do filiado e da filiação partidária (Cervi, Terron & Soares, 2021), conforme apontado anteriormente nos capítulos teórico e metodológico desta tese, tanto a interpretação da inexistência de vida interna nos partidos (Mainwaring, 2018) quanto a da sua existência (Ribeiro & Amaral, 2019) carecem de evidências empíricas. Nesse sentido, o objetivo central deste capítulo é avaliar os padrões atitudinais da cultura política da filiação de alta intensidade para, com isso, estabelecer um parâmetro comparativo com outros casos e validar, ou não, essas duas explicações rivais sobre o funcionamento organizacional das bases partidárias brasileiras (Ribeiro, 2013).

A partir de dados originais coletados junto aos filiados dos vinte e cinco maiores e mais tradicionais partidos do sistema partidário brasileiro em 2020, argumento que há vida no interior dessas organizações (Ribeiro & Amaral, 2019). Essa, por sua vez, não se restringiria apenas ao período eleitoral nem estaria pautada somente em incentivos seletivos, diferindo, em parte, da visão tradicional de que essas estruturas seriam meras fachadas cartoriais e não programáticas (Mainwaring, 2018). Além disso, o filiado intensamente engajado é demandado para desempenhar, em média, três atividades de organização partidária (Scarrow, 2014).

Portanto, do ponto de vista dos filiados, o caso dos partidos brasileiros se assemelha àqueles em que a prevalência da face pública ou burocrática não implica, necessariamente, na inexistência de bases partidárias (Mair, 2003). De certa forma, isso o aproxima de outros sistemas partidários redemocratizados tardiamente, nos quais partidos de natureza *catch-all* têm como característica elevadas taxas de filiação e ativismo de filiados (Daalder, 2002).

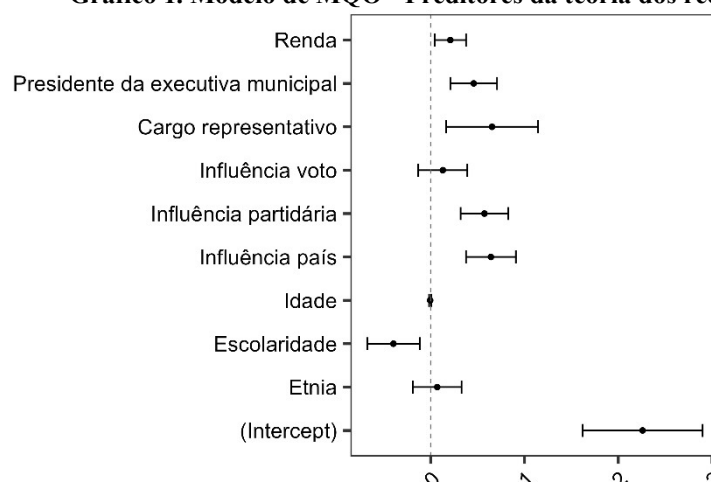
O restante deste capítulo está estruturado em formato de artigo e da seguinte maneira: inicialmente, na próxima seção, serão apresentados, analisados e discutidos os resultados dos modelos empíricos sobre as características da participação de alta intensidade dos filiados em partidos políticos brasileiros. Em seguida, será desenvolvida, brevemente, uma reflexão teórica acerca da dimensão atitudinal dos padrões de cultura política associada à filiação de alta intensidade nesse contexto. Finalmente, nas considerações finais, serão sistematizadas as principais implicações dos resultados encontrados para as agendas de pesquisa sobre organização partidária, comportamento político e partidos políticos no Brasil.

## 4.2 RESULTADOS

Nessa seção, será colocada à prova a hipótese **H1** — a participação de alta intensidade está associada à posse de bens materiais, ao interesse por bens coletivos e ao senso de influência dos filiados — e o ajuste teórico do culturalismo moderado sugerido por esta tese. A validade de ambas será avaliada a partir da discussão do conjunto de modelos de análise correspondentes aos blocos de variáveis de cada dimensão do modelo geral dos incentivos (GIM) (Whiteley & Seyd, 2002). Primeiro, será analisado o modelo da teoria dos recursos cívicos (Verba, Schlozman & Brady, 1995), seguido pelo modelo da teoria da escolha racional (Whiteley, 2022), pelo modelo sociopsicológico (Renström & Bäck, 2022) e pelo próprio GIM (Whiteley & Seyd, 2002). Após isso, serão descritas a quantidade e as características das atividades demandadas pela filiação de alta intensidade (Seyd, 2021).

O primeiro modelo investigado é o do Recurso Cívico. Conforme discutido no capítulo teórico, espera-se uma relação positiva entre a posse de recursos materiais e a participação de alta intensidade, dado o custo associado à disponibilidade de tempo dos filiados (Verba, Schlozman & Brady, 1995). Além disso, no capítulo empírico, ao comparar os filiados com eleitores e lideranças médias dos partidos brasileiros, concluiu-se que esses filiados ocupam maior centralidade social em relação ao primeiro grupo, por conta de suas características sociodemográficas, mas são menos centrais quando comparados ao segundo, devido aos cargos ocupados em seus partidos. Portanto, o tempo mensal dedicado ao partido deve estar associado à posse de recursos materiais dos filiados (Whiteley & Seyd, 2002).

**Gráfico 1. Modelo de MQO - Preditores da teoria dos recursos cívicos**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo.

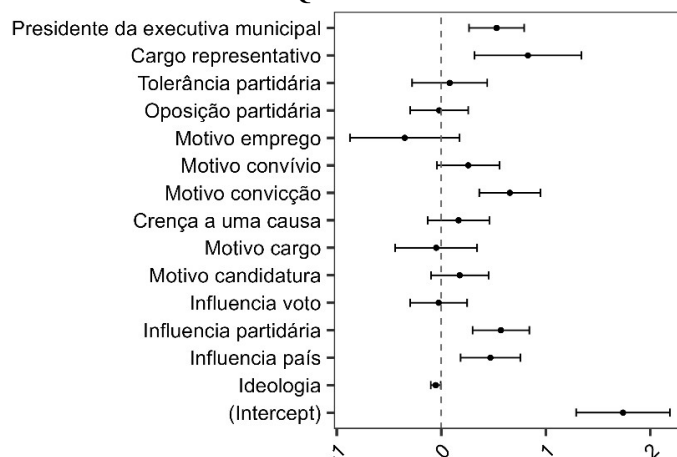
A renda familiar mensal confirma o pressuposto teórico defendido pelo modelo dos recursos cívicos. Os filiados com mais rendimentos mensais tendem a ser, em média, mais

engajados em seus partidos (Verba, Schlozman & Brady, 1995). A mesma explicação cabe para as variáveis utilizadas como controle, a presidência da executiva municipal e o desempenho de cargo eletivo. Ocupar esses postos, em média, demanda mais tempo dos filiados. Por outro lado, a escolaridade contraria a discussão teórica. Em média, a maior instrução se associa à menor participação (Evans & Hepplewhite, 2022). Por último, a etnia (Young, 2013) e a idade (Smets, 2016) não são estatisticamente significativas e atributos explicativos da filiação de alta intensidade no caso brasileiro (Ribeiro & Amaral, 2019).

O sentimento de influência do voto no processo eleitoral valida a expectativa teórica. Assim, a sua não significância estatística ( $p > 0,05$ ) sugere que o filiado intensamente engajado entende que o voto, por si só, durante os períodos eleitorais, não é uma modalidade participativa suficiente para influenciar os resultados políticos, levando-o a recorrer à filiação partidária (Whiteley & Seyd, 2002). Em sentido oposto, estão a influência nas decisões intrapartidárias e a influência do partido ao qual o filiado pertence no sistema partidário. Essas variáveis são estatisticamente significativas ( $p < 0,05$ ) e correspondem à discussão teórica precedente. Portanto, filiados que sentem maior influência nesses dois processos partidários tendem, em média, a ser mais participativos em seus partidos (Ribeiro & Amaral, 2019).

O segundo modelo abordado é o da teoria da escolha racional. Como descrito no capítulo teórico, espera-se que os filiados participem em busca de bens seletivos, coletivos e processuais (Whiteley, 2022). A partir dessas variáveis, será avaliada a adequação de duas explicações concorrente sobre as bases organizacionais dos partidos brasileiros. A primeira, de viés pessimista, atribui seu funcionamento apenas aos períodos eleitorais, pautando-se em retribuições oportunistas (Mainwaring, 2018). A segunda, mais ponderada, considera que sua operação não é restrita às eleições, mas se mantém ao longo do tempo, sustentada também por incentivos de outras natureza como os coletivos e os processuais (Ribeiro & Amaral, 2019).

**Gráfico 2. Modelo de MQO - Preditores da teoria da escolha racional**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo.

Inicialmente, cabe destacar que as duas variáveis de controle utilizadas no modelo da teoria da escolha racional, a presidência da executiva municipal e mandato eletivo, estão, em média, associadas à participação de alta intensidade dos filiados (Whiteley, 2022). Esse padrão é esperado, uma vez que são atividades complexas e demandam maior disponibilidade de tempo dos filiados para serem executadas (Whiteley & Seyd, 2002).

O único bem com significância estatística ( $p < 0,05$ ) no modelo da teoria da escolha racional é a convicção política (Whiteley, 2022). Esse incentivo coletivo e processual está relacionado à participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). Esse resultado sustenta uma perspectiva mais ponderada sobre o funcionamento das bases partidárias brasileiras sob o ponto de vista dos filiados (Ribeiro & Amaral, 2019). Dessa forma, se a formalização da filiação não se pauta apenas em retribuições oportunistas (Speck, 2013), tampouco é possível atribuir exclusivamente a essa motivação a dedicação de mais tempo mensal dos filiados às atividades de base nos partidos brasileiros (Ribeiro & Amaral, 2019).

Os incentivos seletivos materiais, como a busca por emprego partidário, e os incentivos seletivos processuais, como a crença em uma causa específica, não são estatisticamente significativos ( $p > 0,05$ ) (Whiteley, 2022). Embora o viés pessimista da literatura de partidos atribua a esse primeiro incentivo o que há de vida nas bases das organizações dos partidos políticos brasileiros, não há indícios de que o filiado intensamente engajado se interesse apenas por retribuições desse tipo (Speck, 2013).

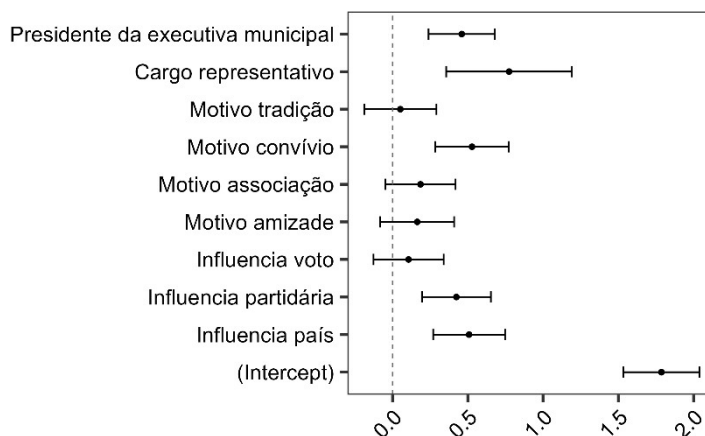
A candidatura a um cargo partidário, um incentivo seletivo e processual, não se correlaciona com a participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). Não gostar de um partido não tem significância estatística (Torcal, Gunther & Montero, 2002). Portanto, a rejeição a um determinado partido não acarreta a dedicação de mais tempo médio mensal dos filiados às atividades de base organizacional de seus partidos (Whiteley & Seyd, 2002).

A variável de posição ideológica é estatisticamente significativa ( $p < 0,05$ ) e apresenta uma relação inversa com o tempo mensal dedicado ao partido (Whiteley & Seyd, 2002). Nesse sentido, os filiados posicionados à esquerda, em comparação com aqueles à direita, são, em média, mais propensos a participar intensamente das atividades de base partidária nos partidos dos quais são membros (Ribeiro & Amaral, 2019). Esse resultado contrapõe o viés mais pessimista sobre a natureza oportunista da filiação partidária (Speck, 2013), ao identificar um sentido valorativo e, conseqüentemente, programático (Mainwaring, 2018) na participação de alta intensidade dos filiados em seus partidos políticos (Amaral 2014).

Os incentivos de influência política que apresentam significância estatística ( $p < 0,05$ ) no modelo dos recursos se mantêm no modelo da teoria da escolha racional (Whiteley, 2022). Deste modo, o senso de influência do voto não é estatisticamente significativo, enquanto o senso de influência interna no partido ao qual é membro e o senso de influência do partido no sistema partidário permanecem estatisticamente significativos (Ribeiro & Amaral, 2019).

O terceiro modelo analisado é o sociopsicológico (Whiteley & Seyd, 2002). Para essa corrente teórica, as normas sociais moldam as atitudes e o comportamento coletivo, influenciando as ações individuais e as interações sociais na construção de hábitos partilhados (Klandermans & Stekelenburg, 2022). Nessa perspectiva, os filiados tendem a ser mais participativos quando estão inseridos em redes nas quais suas atitudes voltadas à influência política são reforçadas normativamente por outros filiados que compartilham valores, perfis sociodemográficos e interesses semelhantes. Esse ambiente favorece a militância partidária, a legitimação de suas ações e a formação de conexões políticas consistentes e duradouras (Renström & Bäck, 2022).

**Gráfico 3. Modelo de MQO - Preditores da teoria da psicologia social**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo.

Novamente, as variáveis de controle são estatisticamente significativas ( $p < 0,05$ ). Assim, devido à sua natureza onerosa, ocupar a presidência da executiva municipal e um cargo eletivo está associado à participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002).

Apenas três variáveis do modelo sociopsicológico são estatisticamente significativas ( $p < 0,05$ ): o incentivo de convívio partidário e aqueles de influência do partido no sistema partidário e de influência intrapartidária (Whiteley & Seyd, 2002). Esse é mais um indício que fortalece a visão ponderada sobre os partidos brasileiros (Ribeiro & Amaral, 2019). Para o filiado intensamente engajado, a filiação também é uma atividade voltada à socialização com

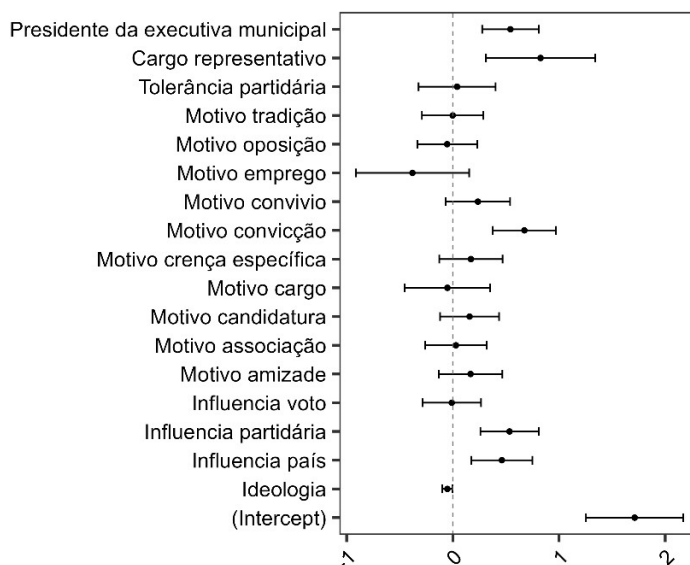
indivíduos com valores, atitudes e interesses semelhantes aos seus (Renström & Bäck, 2022). Ou seja, um processo de socialização intragrupo (Klandermans & Stekelenburg, 2022).

A tradição familiar, o associativismo e os laços de amizade não são estatisticamente significativos ( $p > 0,05$ ) (Renström & Bäck, 2022). Para o filiado com esse padrão atitudinal, as relações pessoais não são meios relevantes para sua participação (Ribeiro & Amaral, 2019).

Além disso, como no modelo da teoria da escolha racional, os incentivos de influência política continuam estatisticamente significativos ( $p < 0,05$ ) (Whiteley & Seyd, 2002). Especificamente, o sentimento de influência do partido no sistema partidário recupera o nível de significância estatística observados no modelo de regressão da teoria dos recursos cívicos. Assim, o sentimento de influência partidária e a percepção de influência do partido no sistema partidário estão, em média, correlacionados com a participação de alta intensidade dos filiados na base organizacional dos partidos políticos brasileiros (Ribeiro & Amaral, 2019).

O quarto modelo é o *General Incentives Model* (Whiteley & Seyd, 2002). Semelhante ao modelo da teoria da escolha racional, essa abordagem se diferencia pela ampliação do escopo de utilidade (Whiteley & Seyd, 1998). Apontado pela literatura sobre filiação partidária como o modelo empírico mais adequado para avaliar a participação de alta intensidade no interior das organizações partidárias, sua robustez reside justamente em reconhecer a multidimensionalidade desse padrão de ativismo (Scarrow, 2014). Isso ocorre ao aferir, em conjunto, uma gama de incentivos de diferentes naturezas ofertados pelos partidos políticos — seletivos, coletivos e processuais — e ao considerar que as características sociodemográficas, valorativas e atitudinais dos filiados condicionam suas respostas a esses estímulos, materializando-se em seu engajamento partidário (Whiteley & Seyd, 1992).

**Gráfico 4. Modelo de MQO - Preditores do modelo geral dos incentivos (GIM)**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo.

As variáveis estatisticamente significativas ( $p < 0,05$ ) nos modelos empíricos anteriores se mantiveram no General Incentives Model (GIM). Destacam-se, em primeiro lugar, os controles estatísticos: pertencer à categoria de presidente da executiva municipal ou desempenhar um cargo eletivo estão, em média, associados à dedicação de mais tempo mensal aos partidos devido à natureza dessas atividades políticas (Whiteley & Seyd, 2002).

Em segundo lugar, destaca-se a convicção política, um incentivo coletivo, processual e inclusivo (Whiteley & Seyd, 2002). Para esse perfil de filiado, os incentivos seletivos, sejam exclusivos ou materiais, não explicam seu padrão de engajamento partidário. Novamente, esse resultado sustenta uma interpretação mais ponderada sobre o funcionamento das bases organizacionais dos partidos brasileiros (Ribeiro & Amaral, 2019). Isso ocorre porque há indícios de que os responsáveis pela operação e gestão organizacional dos partidos nesse nível não buscam apenas retribuições de natureza oportunista (Speck, 2013).

As variáveis de sentimento de influência política reproduzem, no modelo geral dos incentivos, os resultados do modelo da teoria dos recursos cívicos, do modelo da teoria da escolha racional e do modelo da teoria sociopsicológica. Deste modo, o sentimento de influência intrapartidária e o sentimento de influência do partido no sistema partidário estão associados em média à participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002).

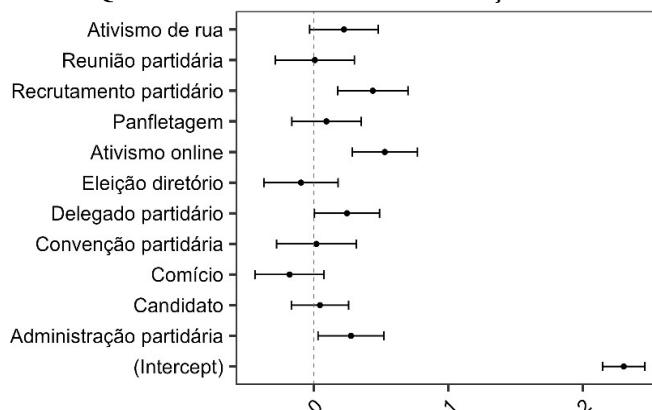
Outra variável que segue esse padrão de resultado é a ideologia. Assim como no modelo da teoria da escolha racional, em média, o filiado que se posiciona mais à esquerda dedica mais horas mensais às atividades de seu partido do que aquele que se posiciona à direita (Amaral, 2014). Novamente, esse achado reforça o viés mais ponderado sobre o funcionamento das bases organizacionais dos partidos brasileiros, ao identificar um sentido valorativo também na filiação e nos padrões de interação entre os filiados e suas legendas (Ribeiro & Amaral, 2019), em contraste com uma perspectiva exclusivamente particularista (Speck, 2013) e não programática (Mainwaring, 2018) desses vínculos.

Por outro lado, os incentivos ao emprego, à tolerância, à tradição familiar, ao convívio, à crença em uma causa específica, ao associativismo e à amizade não são estatisticamente significativos ( $p > 0,05$ ) (Whiteley & Seyd, 2002). Dessa forma, não desempenham um papel relevante na explicação dos condicionantes da participação de alta intensidade nas organizações dos partidos brasileiros (Ribeiro & Amaral, 2019).

O quinto modelo descreve a interação entre os filiados e seus partidos por meio das atividades internas e externas à organização partidária, às quais ocupam seu tempo durante a participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). As modalidades externas são

aquelas relativas ao período eleitoral, como manifestações de rua, ativismo na internet, distribuição de panfletos, participação em comícios e campanhas de candidatos do partido. Já as modalidades internas são aquelas voltadas à organização partidária, como a gestão do partido, as reuniões do partido, o recrutamento partidário, as eleições de diretórios e ocupar a posição de delegado partidário (Heidar, 2006). Todas essas modalidades são avaliadas em relação ao tempo mensal dedicado pelos filiados aos seus partidos (Gimenes & Faeti, 2025).

**Gráfico 5. Modelo de MQO - Atividades envolvidas na filiação de alta intensidade**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo.

A participação de alta intensidade se associa, em média, ao ativismo em três modalidades participativas, internas e externas à organização dos partidos, que exigem distintos graus de complexidade, disposição de tempo e recursos materiais para sua execução (Verba, Schlozman & Brady, 1995): o processo de recrutamento partidário, o processo de administração partidária e o processo de ativismo partidário online (Whiteley & Seyd, 2002).

Essas atividades correspondem às funções relativas às três faces partidárias, i.e., à gestão partidária (*party in public office*), à seleção de lideranças (*party in central office*) e à participação online (*party on the ground*) (Katz & Mair, 2018). Portanto, sob a perspectiva do individualismo metodológico, os filiados intensamente participativos em seus partidos são valiosos recursos para a manutenção eleitoral, social e administrativa de seus partidos políticos, ao se constituírem como parte integrante e fundamental para o funcionamento interativo, conflituoso e dinâmico dessas três faces da organização partidária (Mair, 2003).

Em síntese, no Brasil, a participação de alta intensidade se associa ao acúmulo de recursos materiais, às retribuições de natureza coletiva e processual (Whiteley & Seyd, 2002) e ao desempenho de três modalidades participativas (Heidar, 2006). Além disso, duas dessas atividades, o trabalho na administração partidária e no recrutamento partidário, são fundamentais para a manutenção do funcionamento organizacional desses partidos políticos (Katz & Mair, 2018). A terceira, o ativismo na internet é central para o mantimento dos canais

de interação entre os partidos e o eleitorado, além de representar um sinal de adaptação, ainda que tardia, dessas organizações às mudanças ambientais, como o advento da participação online (Scarrow, 2014; Van Haute & Gauja, 2015; Gomez et al., 2019).

### 4.3 DISCUSSÃO

Na seção metodológica, no primeiro esquema analítico, foram descritos quatro possíveis tipos e perfis ideais de filiados de base nas organizações dos partidos políticos. Como discutido anteriormente, a validação da hipótese **H1** estaria associada ao tipo ideal IV, definido por filiados com alta intensidade de participação e envolvimento em poucas ou apenas uma atividade, dedicando, assim, muitas horas a uma única atividade. Já a validação da perspectiva culturalista moderada passaria pelo tipo ideal II, caracterizado por filiados com alta intensidade de participação e ativos em algumas atividades, dedicando muitas horas a diferentes formas de participação internas e externas à organização de seus partidos políticos. Por outro lado, se os resultados apoiassem os tipos ideais I e III, validando a hipótese nula, seriam rejeitadas a existência da participação de alta intensidade e a adequação da teoria culturalista moderada sobre os filiados brasileiros proposta por esta tese.

As discussões dos modelos empíricos validam a **H1** desta tese. No Brasil, a participação de alta intensidade está associada à posse de recursos materiais, ao interesse por incentivos de natureza coletiva e processual e ao sentimento de influência política dos filiados (Ribeiro & Amaral, 2019). Em nenhum dos modelos estimados nesse capítulo, as variáveis de sentimento de influência do partido no sistema partidário e do filiado em seu partido perderam seus níveis de significância estatística (Whiteley & Seyd, 2002).

Outra variável estatisticamente significativa foi o posicionamento ideológico. Em todos os modelos estimados com a ideologia, em média, os filiados posicionados mais à esquerda tendem a ser mais intensamente participativos em relação àqueles posicionados mais à direita (Amaral, 2014). Esse resultado não é trivial. Trata-se de mais um indício de que a filiação partidária não é apenas “oportunista”, mas também “valorativa” para uma parcela dos filiados (Speck, 2013). Consequentemente, sugere que os vínculos entre os partidos e os filiados são, em parte, programáticos, à medida que esse ativismo reflete compromissos ideológicos, reforçando também o papel da ideologia na mobilização dos filiados nas bases partidárias brasileiras (Ribeiro & Amaral, 2019).

Além disso, a participação de alta intensidade gira em torno de três modalidades de ativismo interno e externo às organizações dos partidos políticos, cada uma com distintos graus de complexidade, disponibilidade de tempo e de recursos para o seu desempenho: o recrutamento partidário, o ativismo online e a administração partidária (Heidar, 2006). Nesse sentido, o filiado intensamente engajado se caracteriza pela posse de elevada renda mensal (Verba, Schlozman & Brady, 1995), pelo interesse em retribuições de natureza coletiva, processual e valorativa e por sua importância como recurso para o funcionamento das organizações partidárias as quais fazem parte (Scarow, 2014).

Deste modo, esse resultado ampara a teoria culturalista moderada, segundo a qual há vida no interior das legendas do sistema partidário brasileiro. Portanto, o filiado intensamente engajado não busca apenas retribuições seletivas, materiais e exclusivas, ou, nas palavras da literatura nacional, “oportunistas”, mas também incentivos de caráter coletivo, processual e valorativo (Ribeiro & Amaral, 2019).

Nesse sentido, embora esse estudo não seja comparativo por uma leitura sistêmica, é possível situar o Brasil internacionalmente (Sartori, 1970). Justifico isso pelo fato dos países e casos se distinguirem sob o ponto de vista das especificidades contextuais que moldam seus sistemas de governo, as suas instituições e as suas partes operantes, os partidos políticos e as organizações partidárias, mas compartilharem determinados aspectos funcionais inerentes ao processo democrático, i.e., a participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). Logo, mesmo um exercício comparativo e não rigoroso evidencia as características mais gerais do comportamento dos filiados válidos para todos os casos que operam sob a égide do modelo representativo de democracia (Caramani, 2023).

Por essa perspectiva, o caso do Brasil seria positivamente desviante em três sentidos. Primeiro, pela quantidade de filiados em relação ao número de eleitores partidários. Em média, os partidos brasileiros possuem mais filiados do que os partidos de outros 25 países incluídos nas bases do ISSP e do *Party Politics Data Base* (Van Biezen & Poguntke, 2014). Segundo, como esses dados são gerais, uma medida mais rigorosa deve considerar apenas os filiados ativos nas organizações partidárias. A comparação entre o tempo mensal dedicado ao partido e os dados do *Project MAPP* novamente coloca o Brasil em destaque em relação aos partidos de outros 11 países (Van Haute & Gauja, 2015). Terceiro, os filiados brasileiros atuam em pelo menos uma dentre três funções vitais à organização partidária, sendo especialmente duas delas essenciais para seu funcionamento: o recrutamento e a gestão

partidária (Scarrow, 2014). Assim, é necessário repensar a tese corrente não há militância e vida interna na organização desses partidos políticos (Mainwaring, 2018).

Isso porque os incentivos e as retribuições envolvidos na filiação e na participação de alta intensidade não permitem atribuir uma conotação apenas oportunista a esse vínculo (Speck, Costa & Braga, 2015). Ao definir a cultura política desse padrão de ativismo como orientações direcionadas a objetos políticos, a análise das motivações da filiação de alta intensidade torna-se um parâmetro avaliativo dos padrões e atitudes em torno dessa modalidade participativa (Almond & Verba, 1989). Os resultados empíricos deste capítulo sugerem que o interesse em influenciar os resultados políticos está relacionado à convicção política, à ideologia e no sentimento de influência política, e não a incentivos não programáticos ou exclusivamente seletivos, exclusivos e materiais (Whiteley & Seyd, 2002).

Esse resultado subsidia uma explicação alternativa sobre as motivações da filiação partidária no Brasil. Assim, adiciona um sentido “processual e valorativo” às demais interpretações feitas pelos estudiosos de partidos políticos e destacadas no capítulo teórico, como a “oportunista” (Speck, 2013), a “robusta” (Speck, Costa & Braga, 2015) e a “instrumental” (Cervi, Terron & Soares, 2020).

O sentido “processual e valorativo” decorre do fato de que as retribuições da filiação de alta intensidade se pautam em incentivos dessas naturezas (Scarrow, 2014). Uma possível explicação para esse padrão atitudinal é que o acúmulo de recursos materiais por parte desses filiados desloca o sentido da filiação de um vínculo seletivo, material e exclusivo, caracterizado como “oportunista”, para um processo coletivo, inclusivo, processual e valorativo de militância partidária (Verba, Schlozman & Brady, 1995).

#### 4.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O quadro geral dos resultados deste capítulo aponta para a existência de vida nos partidos brasileiros (Ribeiro & Amaral, 2019). A partir do conceito de participação de alta intensidade afirma-se também que esse ativismo interno nessas organizações é estruturado e motivado por fatores como as características sociais dos filiados, incentivos coletivos e processuais e de aspectos institucionais dos próprios partidos (Whiteley & Seyd, 2002). Essa combinação de elementos reforça a ideia de que o ativismo partidário não é espontâneo, mas condicionado pela interação entre fatores institucionais e individuais como proposto pela interpretação teórica culturalista e moderada proposta nessa tese (Scarrow, 2014).

Por um lado, o fato de cargos da estrutura partidária, especialmente a presidência da executiva municipal, se associarem à participação de alta intensidade sugere que esse padrão de ativismo está vinculado à ocupação de funções partidárias (Ribeiro & Amaral, 2019). Como essa posição não é remunerada, isso significa que a filiação não se pauta apenas em retribuições financeiras diretas e “oportunistas”, mas também ao acesso às redes organizacionais e às oportunidades políticas no interior dessas organizações (Speck, 2013).

Nesse sentido, os resultados sugerem que a participação de alta intensidade não é desprovida de significado (Speck, 2013), mas sim um processo estruturado de socialização dos filiados dentro das estruturas organizacionais partidárias (Whiteley & Seyd, 2002). Portanto, indiretamente, esses achados reforçam a tese de que há vida interna nos partidos políticos no Brasil e que essa dinâmica é mediada por instituições que incentivam e restringem a participação dos filiados por meio da distribuição de incentivos. Esses, por sua vez, respondem a tais constrangimentos institucionais com base suas características individuais, como recursos materiais e seus próprios interesses. Essa lógica sustenta a leitura culturalista moderada desta tese, uma vez que a participação de alta intensidade se relaciona tanto a fatores institucionais quanto a fatores individuais (Ribeiro & Amaral, 2019).

Por outro lado, a associação entre a convicção política e a participação de alta intensidade atribui um sentido processual a filiação partidária. Em nosso caso, relativo à identificação com os objetivos políticos e valores do partido (Whiteley & Seyd, 2002). Novamente, esse resultado é um indício de que a participação partidária no Brasil não é puramente “oportunista”, mas também “processual e valorativa” para parte dos filiados que dedicam mais tempo mensal às atividades de seus partidos (Ribeiro & Amaral, 2019).

Contudo, a variável de ideologia, isoladamente, apresentou uma associação significativa ( $p < 0,05$ ) mas com baixo poder explicativo da participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). Deste modo, parece existir uma dimensão valorativa da filiação de alta intensidade, não captada pela variável de posicionamento ideológico em sua versão contínua, mas que pode ser identificada pela operacionalização mais minuciosa do posicionamento ideológico dos filiados (Swigart et al., 2020; Van Haute & Carty, 2012).

O próximo capítulo será dedicado justamente à compreensão mais detalhada dessa relação (Achurry et al., 2020). Especificamente, serão discutidas as implicações do posicionamento ideológico sobre a participação de alta intensidade dos filiados de base das principais organizações partidárias do sistema partidário brasileiro (Swigart et al., 2020).

Vejamos isso mais detalhadamente a seguir.

## 5. IDEOLOGIA E FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE: IMPLICAÇÕES DOS VALORES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS FILIADOS BRASILEIROS

### 5.1 INTRODUÇÃO

A ideologia incentiva a participação de alta intensidade dos filiados? Estudos comparados de filiação indicam que ela é um dos principais fatores de filiação partidária (Scarrow, 2014), mas no Brasil, até recentemente, pouco se investigou sua relação com a participação política intrapartidária (Bolognesi, 2021). Embora sem fundamentação teórica e empírica robusta, a literatura tende a associar maior engajamento a filiados de partidos de esquerda (Amaral, 2014). Nesse sentido, esta seção busca analisar se a intensidade do ativismo partidário varia conforme o posicionamento ideológico individual e percebido dos filiados brasileiros (Whiteley & Seyd, 2002).

Nos estudos sobre partidos políticos, há pelo menos três teorias que discutem a relação entre ideologia e participação política. Na teoria da organização partidária, a ideologia é vista como um sistema de crenças que orienta atitudes, valores e comportamentos individuais (Panebianco, 2005). Assim, ao possuírem visões distintas sobre a ordem social, econômica e política, filiados a partidos de direita e de esquerda, teoricamente, deveriam diferir quanto à intensidade de sua participação intrapartidária (Swigart et al., 2020).

Por outro lado, uma versão da teoria de May (1973) trata os partidos como atores não unitários, e afirma que a posição política dos filiados varia conforme seu papel na organização. Devido às diferenças nos arranjos de incentivos e às restrições institucionais ligadas à militância partidária e à disputa por candidaturas, teoricamente, os filiados tenderiam a ser mais extremistas, enquanto as elites e lideranças partidárias seriam mais moderadas (Norris, 1995). Ou seja, independentemente de estarem à esquerda ou à direita, os filiados mais extremistas seriam mais intensamente participativos (Kitschelt, 1989).

Finalmente, na teoria dos desajustados ideológicos (Hooghe & Kolln, 2017), a discrepância entre o posicionamento dos filiados e de seus partidos levaria a distintos padrões de participação partidária. Nessa perspectiva, tanto a posição dos filiados na organização quanto seus interesses influenciam a percepção sobre seu próprio posicionamento e a forma como enxergam ideologicamente seus partidos (Hirschman, 1970). Assim, um filiado insatisfeito pode adotar um posicionamento diferente do de seu partido. Esse desajuste pode levar a três tipos de comportamento: (i) maior participação, na tentativa de alinhar o partido à

posição que considera ideal; (ii) menor participação, por acreditar que seu ativismo não será suficiente para promover mudanças; e (iii) desfiliação, quando os custos do desalinhamento ideológico superam os benefícios da filiação (Van Haute & Carty, 2012).

Embora comum nos estudos comparativos sobre partidos políticos e filiação, a relação entre organização, ideologia e ativismo partidário é tratada de forma secundária por essa literatura (Scarrow, 2014). Seus achados, ainda que descritivos, indicam que os filiados a partidos de esquerda e sociais-democratas são mais participativos do que os filiados a partidos conservadores (Van Haute & Gauja, 2015).

Por outro lado, os estudos sobre a Lei de May (1973) são inconclusivos quanto à sua aplicação, adequação e validação empírica. Atualmente, a literatura rebaixou seu status a uma regra, em vez de uma lei, devido às especificações necessárias para avaliá-la (Norris, 1995), especialmente no que se refere à disponibilidade de dados, sobretudo àqueles que correspondam às posições organizacionais dos filiados, o que restringe seu avanço empírico (Kitschelt, 1989). Nesse sentido, sua robustez varia entre os sistemas bipartidários, como o britânico e o norte-americano, onde tem sido baixa, e os sistemas multipartidários, como o português e o belga, onde tem sido mais consistente, com evidências empíricas que sustentam sua validade (Lisi & Garbunova, 2017).

Finalmente, os trabalhos sobre filiados desajustados são ainda menos frequentes (Kolln & Polk, 2017). Os resultados indicam que o desalinhamento ideológico reduz o ativismo e pode levar à desfiliação (Van Haute & Carty, 2012).

A maioria dos estudos de teoria dos partidos, que relacionam ideologia e participação de filiados, foi conduzida em democracias seculares, um contexto diferente do brasileiro. Considerando as diferenças teóricas, empíricas e metodológicas entre os casos, serão avaliadas, a seguir, três questões centrais: se os filiados a partidos de esquerda são mais participativos do que os de direita (Swigart et al., 2020), se os filiados extremistas são mais engajados do que os moderados (May, 1973) e se os filiados ideologicamente desalinhados são menos participativos nas atividades de seus partidos políticos (Van Haute & Carty, 2012).

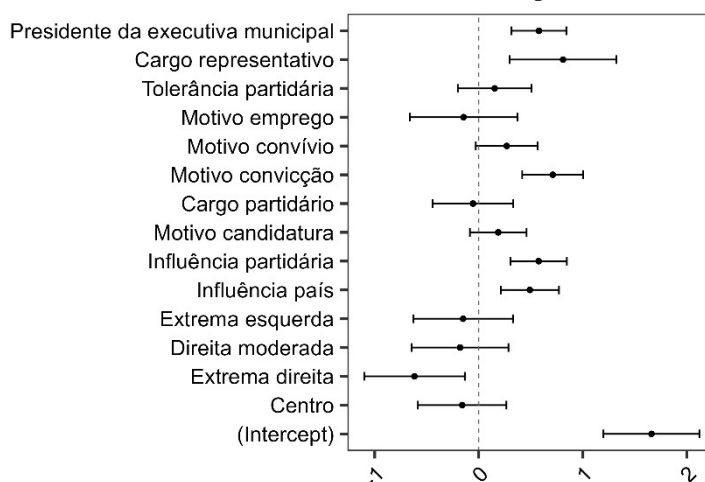
No restante deste capítulo, em formato de artigo, serão apresentados os modelos de regressão linear múltipla e seus resultados, amparados nas perspectivas teóricas anteriores. Em seguida, na seção de discussão dos resultados e considerações finais, serão analisadas suas implicações para as interpretações sobre a relação entre ideologia, organização e participação de alta intensidade nas atividades de base dos partidos brasileiros.

## 5.2 RESULTADOS

Essa seção coloca à prova as hipóteses **H2** – os filiados de partidos de esquerda são mais engajados do que os de direita, **H3** – os filiados mais extremistas são mais engajados – e **H4** – os filiados incoerentes são menos participativos, propostas no capítulo teórico desta tese. A exposição dos resultados segue a seguinte ordem: inicialmente, analisa-se a relação entre participação de alta intensidade e o posicionamento dos filiados, codificada em cinco, três e duas faixas (Amaral, 2014). Em seguida, avalia-se esse padrão de ativismo entre extremistas (May, 1973) e desajustados (Kolln & Polk, 2017). A partir desses resultados, será validada, ou não, a adequação dessas hipóteses ao caso brasileiro (Ribeiro & Amaral, 2019).

Primeiramente, mensura-se a relação entre a ideologia, operacionalizada em cinco faixas; extrema-esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e extrema-direita, e a participação de alta intensidade dos filiados. A esquerda é utilizada como categoria de referência, pois a literatura atribui maior participação a seus filiados (Scarrow, 2014). Como discutido nas seções teórica e metodológica, essa codificação permite descrever diferenças e similaridades entre essas posições ideológicas, com base nos padrões comportamentais dos filiados intensamente engajados nos partidos políticos (Swigart et al., 2020).

**Gráfico 6. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e posicionamento ideológico**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo. A categoria de referência da variável posicionamento ideológico com cinco faixas é “esquerda”.

Os controles mantêm a significância estatística no modelo estimado, indicando a sua relevância para a análise ( $p < 0,05$ ). Portanto, o desempenho de cargos partidários e eletivos, em média, está diretamente associado à participação de alta intensidade, mesmo com a inclusão da posição ideológica dos filiados (Whiteley & Seyd, 2002).

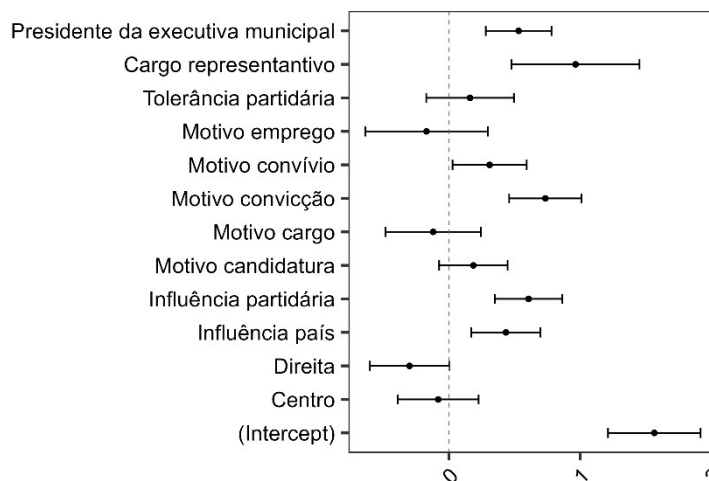
A tolerância partidária não apresenta significância estatística no referido modelo ( $p > 0,05$ ) (Poguntke, 1996). O incentivo do emprego partidário segue sem associação com a participação de alta intensidade dos filiados brasileiros, assim como os incentivos ao convívio dentro do partido e à candidatura para um cargo representativo, reforçando a ausência de impacto dessas variáveis nesse padrão de ativismo (Whiteley & Seyd, 2002).

A convicção política continua, em média, associada à participação de alta intensidade, sendo o principal incentivo destacado pelos filiados (Renström & Bäck, 2022). O sentimento de influência intrapartidária e o de influência do partido no sistema partidário também são significativos nos dois modelos ( $p < 0,05$ ), associando-se, em média, à participação de alta intensidade dos filiados (Klandermans & Stekelenburg, 2022).

Quanto ao posicionamento ideológico individual dos filiados, apenas uma medida é estatisticamente significativa e inversamente relacionada à variável dependente do modelo ( $p < 0,05$ ) (Scarrow, 2014). Posicionar-se na extrema-direita está, em média, correlacionado à participação de baixa intensidade em relação aos filiados que se posicionam mais à esquerda no espectro ideológico (Whiteley & Seyd, 2002). Esse resultado detalha o padrão descrito no capítulo anterior. Precisamente, não é o filiado à direita, mas aquele posicionado na extrema-direita que dedica menos tempo mensal às atividades partidárias, embora, também ali haja participação e a esquerda não se distinga dos demais grupos ideológicos, o que relativiza a tese da excepcionalidade da esquerda (Ribeiro & Amaral, 2019; Zucco & Samuels, 2017).

O segundo modelo estima estatisticamente a relação entre o posicionamento ideológico individual, dividido em três faixas, ou seja, à esquerda, à direita e ao centro, e a participação de alta intensidade dos filiados brasileiros, mantendo o posicionamento à esquerda como categoria de referência (Scarrow, 2014).

**Gráfico 7. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e posicionamento ideológico**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo. A categoria de referência da variável tricotômica de posicionamento ideológico é “esquerda”.

Os controles estatísticos do modelo estimado acima continuam, em média, significativos ( $p < 0,05$ ). Portanto, pertencer às categorias de presidente da executiva municipal e de cargo eletivo associa-se à dedicação de mais tempo mensal ao partido (Whiteley & Seyd, 2002).

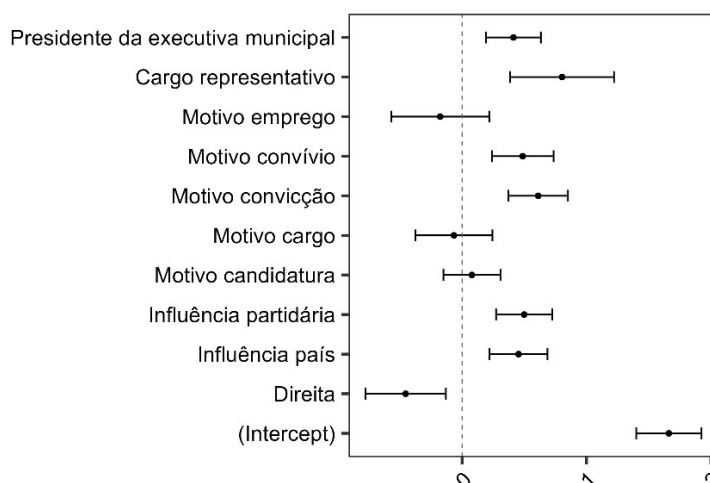
A tolerância partidária e os incentivos de emprego, cargo e convívio partidário não têm significância estatística ( $p > 0,05$ ). Portanto, não estão, em média, correlacionados com a participação de alta intensidade dos filiados (Whiteley & Seyd, 2002).

As variáveis de influência política continuam, em média, associadas à participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). Independentemente da forma de codificação da ideologia, o senso de influência política partidária e o senso de influência do partido no sistema partidário se relacionam à participação de alta intensidade (Renström & Bäck, 2022). O mesmo tipo de explicação se aplica à variável convicção política: sem exceção, em todos os modelos desta seção, esse incentivo se correlaciona a esse padrão de ativismo no interior das organizações dos partidos políticos brasileiros (Ribeiro & Amaral, 2019).

A única variável de ideologia significativa, no limite estatístico, é o posicionamento à direita, que está, em média, associado à participação de baixa intensidade dos filiados (Whiteley & Seyd, 2002). O resultado confirma maior ativismo à esquerda, mas sem indicar padrão exclusivo ou excepcionalidade apontada pela literatura, já que o centro não difere estatisticamente e há participação também à direita (Ribeiro & Amaral, 2019).

O terceiro modelo mensura uma variável binária de posicionamento ideológico, à esquerda e à direita, e sua relação com a participação de alta intensidade. Novamente, a esquerda sendo utilizada como a categoria de referência (Whiteley & Seyd, 2002).

**Gráfico 8. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e posicionamento ideológico**



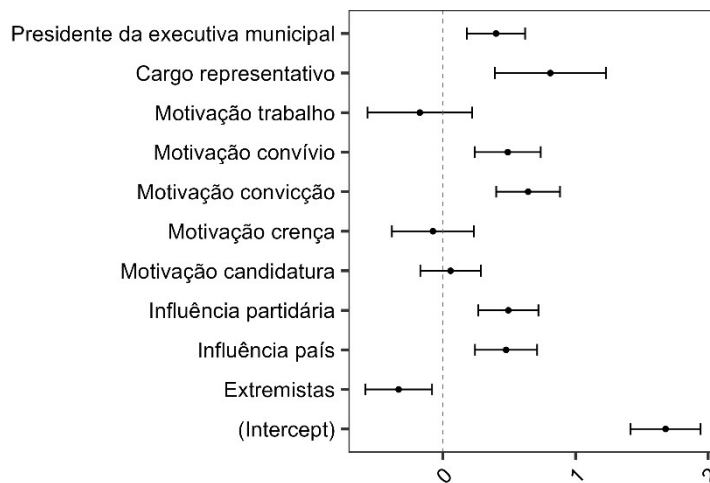
Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo. A categoria de referência da variável binária de posicionamento ideológico é “esquerda”.

Os resultados dos modelos anteriores se repetem neste, mantendo o padrão. Portanto, as variáveis significativas e não significativas se assemelham (Whiteley & Seyd, 2002). A rejeição a um partido, o emprego partidário, a convivência partidária, a influência do voto nas eleições não se relacionam à participação de alta intensidade dos filiados nas organizações partidárias brasileiras (Ribeiro & Amaral, 2019).

Por outro lado, o principal resultado do modelo diz respeito à posição ideológica dos filiados (Scarrow, 2014). Os resultados confirmam a hipótese da literatura sobre partidos políticos com um adendo (Amaral, 2014). Filiados à esquerda tendem a participar mais, embora não exista excepcionalidade: filiados de direita também participam, com padrões distintos (Ribeiro & Amaral, 2019).

O quarto modelo do capítulo avança na avaliação mais detalhada dessa relação, ao analisar se os filiados extremistas são mais engajados em seus partidos políticos (May, 1973). Para tanto, como discutido no capítulo teórico e no metodológico, foram somados os pontos extremos à esquerda e à direita da escala ideológica, operacionalizando-se a variável “extremistas ideológicos” (Seyd & Whiteley, 1991). Por se constituírem em uma maioria numérica, os moderados são a categoria de referência dessa medida (Kitschelt, 1989).

**Gráfico 9. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e extremismo ideológico**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo. A categoria de referência da variável “extremistas” corresponde aos filiados ideologicamente “moderados”.

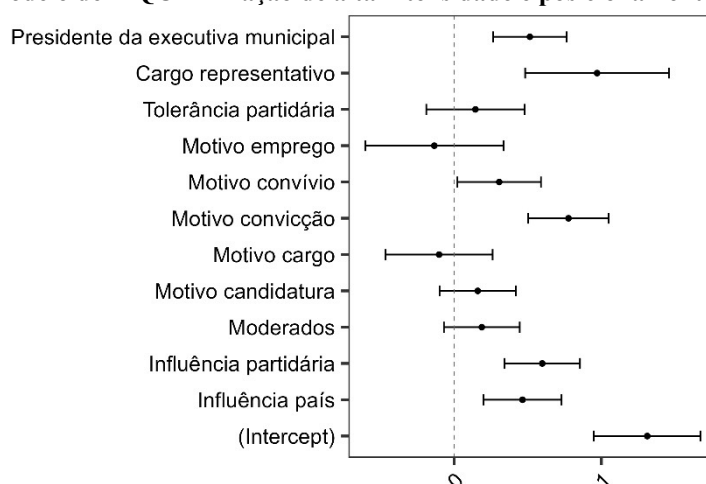
Os resultados deste modelo empírico são iguais aos de modelos anteriores. A rejeição a um partido político, os incentivos de emprego partidário, o convívio partidário, o cargo partidário e a candidatura partidária são variáveis sem significância estatística ( $p > 0,05$ ) (Whiteley & Seyd, 2002). Contudo, pertencer à categoria de titular de cargo representativo ou de presidente da executiva municipal, sentir que seu partido tem influência política no sistema partidário e que exerce influência no interior do partido, além da convicção política e do

convívio partidário, em média, associa-se à participação de alta intensidade no interior das organizações partidárias brasileiras (Ribeiro & Amaral, 2019).

A variável de extremismo ideológico corresponde à expectativa teórica da Lei da Disparidade Curvilínea de May (Kitschelt, 1989). No modelo com o posicionamento ideológico do filiado, há significância estatística entre a variável dependente e a independente. Contudo, os filiados que posicionam seu partido nos dois extremos, em média, dedicam menos, e não mais, horas mensais às atividades de base de sua organização partidária (Whiteley & Seyd, 2002). Ou seja, os filiados extremistas são menos engajados (May, 1973).

Nesse sentido, o quinto modelo analisa se os filiados moderados são mais participativos na organização de seus partidos políticos do que os filiados extremistas (Scarrow, 2014). Conforme as discussões dos resultados empíricos anteriores, trata-se de todos aqueles filiados posicionados em nenhum dos pontos extremos da escala ideológica.

**Gráfico 10. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e posicionamento moderado**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo. A categoria de referência da variável “moderados” é composta por filiados ideologicamente “extremistas”.

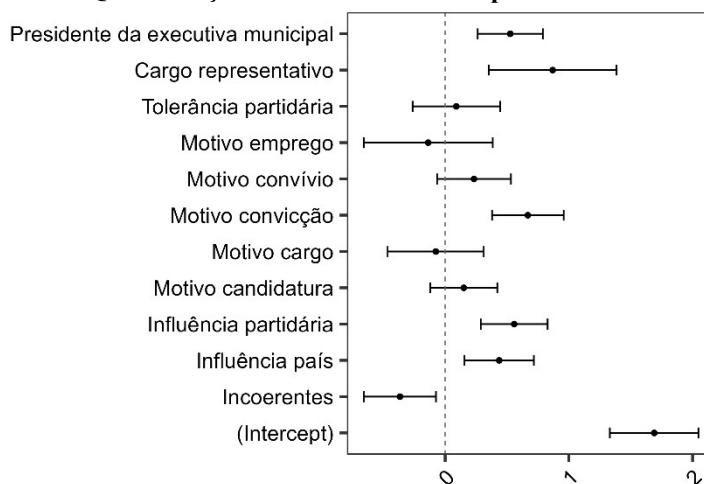
Novamente, os resultados apresentados nesse modelo reiteram, em partes, os encontrados modelos anteriores (Whiteley & Seyd, 2002). Por um lado, a rejeição a um partido político, os incentivos de emprego partidário, de convívio partidário, de assumir um cargo partidário e de candidatura a eleições não são significativos ( $p > 0,05$ ) e não se correlacionam com a participação de alta intensidade (Scarrow, 2014). Por outro lado, as variáveis de controle estatístico, a convicção política, o convívio intrapartidário, o sentimento de influência do partido no sistema partidário e o sentimento de influência partidária se correlacionam em média com o engajamento de alta intensidade desses filiados nas atividades de bases nas organizações partidárias (Ribeiro & Amaral, 2019).

Além disso, a variável moderados não tem significância estatística ( $p > 0,05$ ). Assim, em média, ser um filiado que não se posiciona nos extremos não se associa com a participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). Esse resultado sugere que os filiados moderados não tendem a ser mais participativos do que os filiados extremistas (Kitschelt, 1989).

Os resultados apresentados nesta seção sugerem a existência de uma associação entre a ideologia e a participação de alta intensidade dos filiados brasileiros, mas indicam que essa relação varia conforme a operacionalização da medida de posicionamento ideológico e que não necessariamente resulta em um mesmo padrão de correlação entre os modelos analisados (Van Haute & Carty, 2012). Isso implica considerar um desajuste de valores entre o posicionamento percebido e individual dos filiados (Hooghe & Kolln, 2017).

Nesse sentido, no próximo modelo empírico, será analisada a relação entre a participação de alta intensidade e uma variável de posicionamento ideológico desajustado, calculada pela diferença entre as medidas de ideologia individual e de ideologia percebida dos filiados (Hooghe & Kolln, 2017). Portanto, os desajustados ideológicos ou, ainda, nos termos da literatura sobre filiação, os *misfits members*, são todos aqueles filiados que se posicionam a dois ou mais pontos de distância da posição que atribuíram ao próprio partido na escala ideológica (Van Haute & Carty, 2012).

**Gráfico 11. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e posicionamento incoerente**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controles: presidência da executiva municipal e cargo representativo. A categoria de referência da variável “misfit members” — também chamados de incoerentes — é “coerentes”.

Os resultados dos modelos anteriores se repetem neste, com exceção do incentivo de convívio partidário, que agora não é significativo (Klandermans & Stekelenburg, 2022). Portanto, as variáveis de controle, a convicção política, o sentimento de influência intrapartidária e o sentimento de influência do partido no sistema partidário estão, em média,

associados à participação de alta intensidade, enquanto os incentivos de tolerância a um partido, emprego partidário e candidatura não estão (Whiteley & Seyd, 2002).

Mas o principal resultado deste modelo refere-se à variável “incoerentes ideológicos” (Hooghe & Kolln, 2017). Em média, pertencer à categoria de desajustado ideológico está correlacionado com a participação de baixa, e não de alta, intensidade nas organizações dos partidos políticos brasileiros (Whiteley & Seyd, 2002). Portanto, a incoerência de valores percebida pelos filiados em relação ao programa de seu partido, ao posicionamento de uma liderança partidária ou política e aos demais membros do partido ao qual pertencem reflete no enfraquecimento não apenas de seus laços valorativos, mas também de seus vínculos atitudinais e comportamentais com a organização partidária. Esse desajuste se manifesta na dedicação de menos horas mensais às atividades de base e à organização do partido ao qual o filiado pertence (Van Haute & Carty, 2012).

Resumidamente, nesta seção, foram avaliadas três explicações teóricas sobre a relação entre ideologia e o comportamento político dos filiados. A primeira, derivada da teoria de organização partidária, confirmou as expectativas teóricas com um adendo: filiados à esquerda tendem a participar mais, embora também haja engajamento entre filiados de direita, relativizando a tese de excepcionalidade da esquerda (Swigart et al., 2020).

A segunda, derivada da Lei de May, não correspondeu aos padrões esperados. Os filiados extremistas são menos, e não mais, participativos em seus partidos (May, 1973).

A terceira confirmou a sua teoria. Os filiados incoerentes ideológicos, em média, são menos engajados em seus partidos (Van Haute & Carty, 2012).

### 5.3 DISCUSSÃO

Os resultados desta seção, referentes aos filiados brasileiros, são, em alguma medida, compatíveis com aqueles descritos pelos estudos comparados sobre o comportamento de filiados e partidos políticos em outros contextos (Scarrow, 2014). Os filiados a partidos de esquerda são mais intensamente participativos do que os filiados a partidos de direita nas organizações partidárias (Whiteley & Seyd, 2002). Duas explicações para essa relação foram levantadas na seção teórica: (i) a ausência de recursos institucionais prévios para incentivar a participação de filiados em partidos de esquerda, devido à sua origem fora do parlamento no momento de sua fundação (Panebianco, 2005), e (ii) a diferenciação entre os sistemas de crenças dos indivíduos e das organizações partidárias de direita e de esquerda, que, de certa

forma, se reflete em distintos padrões comportamentais não apenas dos filiados, mas também das lideranças e elites políticas dessas organizações (Swigart et al., 2020).

Por outro lado, os resultados deste capítulo não confirmam a leitura derivada da Lei de May (May, 1970). A expectativa de que, em sistemas multipartidários fragmentados e polarizados como Bélgica, França ou Portugal, filiados ideologicamente extremistas tendam a ser mais participativos (Kitschelt, 1989; Lisi & Garbunova, 2017) não se verifica no caso brasileiro. Tampouco se observam padrões semelhantes aos identificados em sistemas bipartidários como o inglês e o norte-americano, onde, apesar das tensões recentes, não há diferença significativa entre filiados moderados e extremistas (Seyd & Whiteley, 1991). No Brasil, o padrão é o oposto: filiados mais extremistas participam menos, e não se observa associação estatisticamente significativa entre posicionamento moderado e intensidade de engajamento (Ribeiro & Amaral, 2019).

Outra explicação avaliada seria a de que os filiados desajustados, ou seja, aqueles que se posicionam de maneira diferente em relação ao seu partido, teriam padrões distintos de ativismo devido a esse desajuste valorativo (Carty & Van Haute, 2012). Assim, o filiado interessado em retornar o partido à posição por ele idealizada dedicaria mais tempo mensalmente ao partido. Ou ainda, ao perceber que essa incompatibilidade não poderia ser resolvida apenas por meio da participação, o filiado tenderia a dedicar menos tempo ao partido, o que, finalmente, poderia levar a uma baixa intensidade de participação e até mesmo à desfiliação (Hirschman, 1970). Os resultados empíricos da seção anterior corroboram o segundo cenário. No Brasil, os filiados que se percebem incoerentes com os valores de seus partidos políticos, seja pelo comportamento de suas elites, seja pelo comportamento dos demais filiados, são menos participativos (Ribeiro & Amaral, 2019).

Portanto, os dados apresentados nesta seção confirmam as hipóteses H2 e H4 e refutam a H3. Embora os filiados a partidos de esquerda apresentem maior intensidade de participação, os resultados sugerem que esse padrão não configura uma exceção, mas uma entre diversas formas organizativas existentes no sistema partidário brasileiro. Em contextos multipartidários competitivos, diferentes estratégias de ativismo podem coexistir, estruturando padrões de filiação compatíveis com a abordagem *multi-speed membership* (Scarrow, 2014).

Além disso, não ratificam a leitura derivada da Lei de May. Os filiados mais participativos não tendem a ser extremistas (May, 1970).

Finalmente, os dados indicam a presença de um perfil específico de filiados nas organizações partidárias brasileiras: os ideologicamente desajustados, que percebem

desalinhamento entre suas convicções e os valores partidários (Van Haute & Carty, 2012). Esses filiados tendem a dedicar menos tempo às atividades de base, muitas vezes em razão de sua percepção de distanciamento em relação ao programa partidário (Hooghe & Kolln, 2018).

Quanto ao primeiro resultado, dependendo da forma de medição da ideologia, filiados de partidos de esquerda tendem a participar mais do que os de direita e extrema-direita com distinção significativa nos modelos com cinco e duas categorias (Whiteley & Seyd, 2002). A diferença, porém, não se estende às demais famílias ideológicas, o que sugere padrões distintos de engajamento, não ausência de participação ao centro e à direita (Scarrow, 2014).

Nos modelos empíricos, identificou-se que filiados posicionados à extrema-direita tendem a dedicar menos tempo às atividades partidárias. Entre os que se colocam à direita, o padrão é semelhante, ainda que menos acentuado. Trata-se de uma participação mais limitada, mas ainda presente, o que indica estilos organizativos distintos, não inexistência de militância.

A respeito dos extremistas, os resultados apontam, em primeiro lugar, uma relação inversa com a participação dos filiados (May, 1973). Dessa forma, os filiados que se posicionam nos dois extremos da escala ideológica tendem a ser menos intensamente participativos do que aqueles posicionados em outras áreas (Whiteley & Seyd, 2002).

Finalmente, os resultados dos modelos sobre os filiados desajustados confirmam a existência de uma significância estatística, mas com uma relação inversa entre a participação de alta intensidade e a incoerência valorativa (Whiteley & Seyd, 2002). Assim, em média, os filiados incoerentes são menos intensamente participativos do que aqueles mais coerentes nas atividades de base organizacional de seus partidos políticos (Carty & Van Haute, 2012).

#### 5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os modelos analisados neste capítulo detalham a relação entre a participação de alta intensidade e os valores dos filiados (Whiteley & Seyd, 2002). Três perfis se destacam: o coerente, o extremista e o desajustado. Esses padrões são explicados por fatores institucionais dos partidos e por características individuais dos filiados. Enquanto os coerentes tendem a associar a filiação a valores compartilhados e se engajam mais intensamente, extremistas e desajustados demonstram níveis mais baixos de participação, refletindo motivações estratégicas, percepções de desalinhamento e diferentes vínculos com a organização.

Os dados confirmam que filiados a partidos de esquerda tendem a apresentar maior engajamento do que os filiados a partidos de direita (Ribeiro & Amaral, 2019). Esse padrão

está associado à combinação entre estruturas organizacionais voltadas à base e incentivos coletivos focados no ativismo (Scarrow, 2014). Já os partidos de direita, com maior ênfase na mobilização eleitoral do que no ativismo contínuo, operam com outra lógica organizativa, também funcional, mas menos orientada à filiação de alta intensidade (Swigart et al., 2020).

O modelo em anexo, que relaciona os incentivos e o posicionamento ideológico dos filiados, indica padrões distintos de motivação: a filiação à direita associa-se mais à busca por cargos eletivos, enquanto a filiação à esquerda tende a estar ligada à convicção política e ao associativismo (Ribeiro & Amaral, 2019). Essa diferenciação se reflete nas formas de participação (Scarrow, 2014): filiados de direita são mais presentes em atividades eleitorais, como reuniões e recrutamento, ao passo que os de esquerda se destacam em ações externas, como panfletagem e manifestações públicas (Heidar, 2006). Trata-se, portanto, de modalidades diferentes de engajamento, adaptadas a estratégias partidárias distintas.

Por outro lado, a tese derivada da Lei de May (1973) não se confirmou, uma vez que os filiados extremistas são menos engajados (Seyd & Whiteley, 1992). Uma explicação para esse comportamento é que esses filiados demonstram maior desconfiança em partidos, optando por atuar em atividades de natureza informal, digital ou associativa (Heidar, 2006). Portanto, essa filiação “laranja” seria “estratégica” e funcionaria como um canal de influência indireta no partido (Ponce & Scarrow, 2016). Em vista disso, mesmo sem envolvimento contínuo, sua finalidade seria pleitear disputas para cargos eleitorais e exercer influência em momentos-chave, como convenções, eleições e reuniões partidárias (Speck, 2013).

Finalmente, os dados confirmam a presença de *misfits members* nas bases partidárias brasileiras (Van Haute & Carty, 2012). A associação negativa entre incoerência ideológica e participação de alta intensidade sugere que a congruência desempenha papel importante no engajamento dos filiados (Whiteley & Seyd, 2002). Indivíduos desajustados tendem a ser menos participativos, o que reforça a ideia de que a militância está ligada à identificação com os valores do partido (Scarrow, 2014), ainda que a presença desses filiados reflita também a natureza agregadora e difusa dos partidos em sistemas multipartidários e competitivos.

Contudo, cerca de 30% dos filiados da base de dados são desajustados, percentual superior ao observado em contextos como Canadá e Bélgica, onde Van Haute & Carty (2012) identificaram aproximadamente 16,5%. Embora sistemas multipartidários tendam a ampliar as opções ideológicas disponíveis, o padrão brasileiro pode refletir uma lógica organizativa distinta, em que os partidos operam como estruturas amplas e agregadoras (Scarrow, 2014). A presença de perfis desajustados, longe de representar uma disfunção, expressa estratégias de

capilaridade e flexibilidade organizacional, necessárias para manter a competitividade em um sistema multipartidário e eleitoralmente competitivo (Carreirão, 2014; Zucco & Power, 2021).

Outras características como alianças ideológicas contraditórias (Carreirão, 2014), baixa identificação dos filiados com os partidos (Speck, Braga & Costa, 2015) e filiações com fins estratégicos, como acesso ao Estado e controle eleitoral (Cervi, Terron & Soares, 2021), não devem ser lidas apenas como fragilidades do sistema, mas como respostas organizativas ao ambiente institucional. Assim como a presença de perfis incoerentes, elas compõem uma estratégia partidária voltada a manter a competitividade em um sistema multipartidário.

O elevado número de filiados incoerentes teria consequências ambivalentes para a acomodação organizacional desses partidos (Van Haute & Carty, 2012). Por um lado, podem gerar desafios à coesão interna, resistência à moderação eleitoral e problemas de representação. Por outro, ampliam o repertório de agendas, renovação programática e recrutamento de perfis e futuras candidaturas, fortalecendo a competitividade eleitoral.

Assim, a taxa de *misfits* pode indicar os partidos mais suscetíveis a essas implicações organizacionais (Kolln & Polk, 2017). Os dados revelam alta proporção (*misfits* > 30%) em Cidadania, DEM, MDB, Patriota, PP, PROS, PRTB, PTB, PV, Republicanos e Solidariedade; baixa (*misfits* < 20%) em PT, PCdoB, PSOL, PSD, PSC e Avante; e níveis intermediários em PL, Podemos, PSB, PSL e PSD, com taxas moderadas de incoerência.

Já a distribuição dos *misfits* é uma medida de simetria de valores partidários e um teste alternativo à Lei de May (1973) (Van Haute & Carty, 2012). Se os *misfits* são, em sua maioria, extremistas, posicionados à esquerda nos partidos de esquerda e à direita nos partidos de direita, há uma assimetria de valores e suporte para a Lei de May. Os dados indicam esse padrão valorativo entre DEM, PCdoB, PROS, Podemos, PSB, PSC, PSL e Solidariedade. Em alguma medida, nesses partidos com altas taxas de filiados extremistas, esse perfil de ativista possa ser mais intensamente engajado, cabendo a futuras pesquisas avaliarem esses casos.

Esse capítulo comprovou a existência de um padrão valorativo na cultura política da filiação de alta intensidade, detalhando a relação entre atitudes e valores dos filiados. Assim, enquanto para os filiados intensamente engajados a esquerda a filiação é “valorativa”, para os filiados extremistas e *misfits*, ela tem um traço “estratégico” e “oportunista” (Speck, 2013).

O próximo capítulo aborda o padrão sociológico da filiação de alta intensidade, avaliando sua relação com marcadores cronológicos. Ou seja, será analisado se pertencer a uma geração ou fase do ciclo de vida aumenta as propensões deste padrão de ativismo.

## 6. CICLO DE VIDA, GERAÇÃO E FILIAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE: IMPLICAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS FILIADOS BRASILEIROS

### 6.1 INTRODUÇÃO

A não substituição geracional e o envelhecimento partidário são críticas recorrentes aos partidos contemporâneos (Weber, 2020). No Brasil, a dificuldade em recrutar jovens e a baixa diversidade partidária são apontadas como fatores que afetam negativamente a qualidade da representação democrática (Peres & Machado, 2017). Diante disso, a fase do ciclo de vida e o pertencimento geracional podem ser marcadores da participação de alta intensidade? Com base em uma leitura sociológica desses conceitos, esse capítulo investiga se a dedicação às atividades partidárias varia conforme a fase da vida — juventude, vida adulta ou velhice — ou em função da geração a que pertence o filiado (Whiteley & Seyd, 2002).

Nos estudos sobre partidos e comportamento político, três teorias explicam como marcadores cronológicos se relacionam com a participação política dos indivíduos. A discussão sobre geração parte da ideia de que o contexto histórico em que o sujeito se filia e compartilha experiências políticas molda sua disposição a participação (Neveu, 2019). Esta tese adota como marcos geracionais eventos como a redemocratização, a primeira década do sistema partidário, os governos petistas e a eleição de Bolsonaro, por configurarem ambientes distintos de filiação. Filiados socializados mais recentemente tendem a ser mais engajados, tanto por se formarem em contextos democráticos mobilizadores quanto por entenderem o ativismo como etapa probatória para ascensão interna nos partidos (Faeti & Gimenes, 2025).

Por outro lado, os estudos com viés estático sobre o conceito de ciclo de vida apontam que a vivência nos anos impressionáveis — os quinze anos iniciais de vida, período de maior suscetibilidade e assimilação de novas crenças — explicaria os futuros padrões participativos e comportamentais dos indivíduos (Easton, 1975). Uma vez passado esse período, o sistema de crenças se cristalizaria, e suas mudanças seriam apenas residuais e lentas.

Por sua vez, os estudos com um viés mais dinâmico do conceito de ciclo de vida arguem que as prioridades existenciais dos indivíduos se alteram junto à sua disposição biográfica para a participação política a cada novo ciclo de vida que se apresenta a ele (Hooghe & Stolle, 2003). Nesse sentido, a participação se sujeitaria às condições materiais e as prioridades existenciais dos indivíduos (Smets, 2016).

Portanto, as três interpretações discutidas ao longo do capítulo sugerem a existência de um viés de seleção cronológica na filiação partidária (Weber, 2020). Esse processo seria condicionado, por um lado, pelos recursos exigidos para a participação, como renda e escolaridade (Verba, Schlozman & Brady, 1995), e, por outro, pela socialização anterior e posterior dos filiados — incluindo fatores como grau de parentesco, estado civil, inserção no mercado de trabalho e dependência financeira (Bruter & Harrison, 2009). À medida que essas experiências se acumulam, as prioridades existenciais dos indivíduos se transformam ao longo da vida, o que repercute diretamente em seus padrões de participação (Smets, 2016).

Poucos estudos partidários abordaram essa discussão no Brasil. Paludo (2017) identifica um viés geracional nas motivações da filiação de alta intensidade no PT: filiados antigos, com mais tempo de partido, valorizam retribuições coletivas; os mais novos, com menos tempo, priorizam retribuições materiais. Faeti e Gimenes (2025) ampliam esse argumento ao mostrar que novos petistas se engajam sobretudo em atividades externas — como comícios e panfletagem — como parte de um processo probatório de socialização e ascensão partidária, enquanto os antigos concentram-se nas tarefas organizacionais internas, como recrutamento e administração, em função de seu prestígio e reconhecimento partidário.

Já os estudos sobre ciclo de vida concentram-se, sobretudo, na filiação de jovens. Locatelli (2017) aponta que a juventude tucana e petista paulista, pouco representativa do eleitorado estadual, se filia por interesse no convívio partidário e de carreira política. Barros et al. (2021) observam que, enquanto jovens de esquerda tendem ao ativismo social, os de direita se vinculam mais por laços de parentesco.

Em resumo, as teorias sobre geração e ciclo de vida convergem ao apontar a existência de uma correlação entre marcadores cronológicos e participação política, mas divergem quanto aos mecanismos que explicam essa relação. Este capítulo tem como objetivo avaliar a influência dos marcadores temporais na participação de alta intensidade, investigando se ela é mais provável em determinadas fases do ciclo de vida (Smets, 2016) ou entre filiados de diferentes gerações (Weber, 2020). Conforme discutido, espera-se maior engajamento entre jovens-adultos perante às demais faixas etárias, assim como entre filiados de gerações mais recentes em comparação às mais antigas.

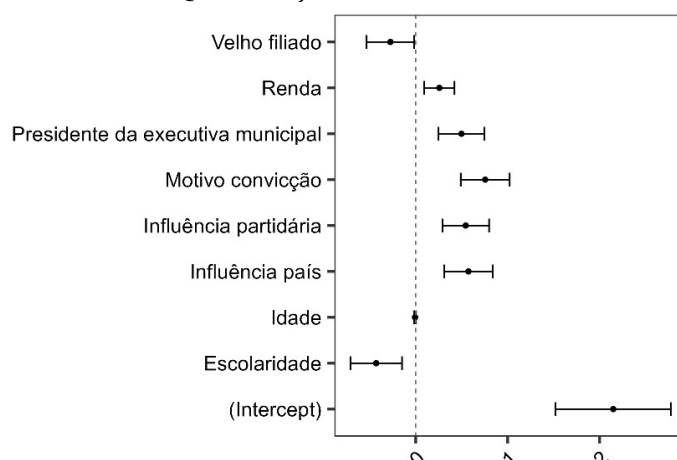
No restante deste capítulo serão apresentados os modelos de regressão e seus resultados à luz das perspectivas teóricas destacadas nesta introdução. Em seguida, nas considerações finais, discutem-se as implicações dos achados para a compreensão da relação entre ciclo de vida, geração e participação de alta intensidade.

## 6.2 RESULTADOS

Esta seção submete à validação as hipóteses **H5** – a participação de alta intensidade é mais comum entre filiados jovens-adultos do que entre aqueles em outras fases do ciclo de vida – e **H6** – gerações mais velhas tendem a ser menos intensamente engajadas do que as mais novas –, ambas fundamentadas anteriormente por esta tese. Serão apresentados três modelos de regressão, com variáveis associadas à participação de alta intensidade e marcadores temporais como a idade cronológica, o ciclo de vida e a unidade geracional. A análise conjunta dos resultados subsidiará a avaliação sistemática das hipóteses formuladas.

Inicialmente, analisa-se a relação entre participação de alta intensidade e a idade cronológica dos filiados (Whiteley & Seyd, 2002). Conforme discutido no capítulo teórico, especialmente sob a perspectiva da teoria dos recursos cívicos, espera-se uma associação positiva entre maior idade e ativismo partidário, uma vez que o acúmulo de recursos materiais e cognitivos tende a aumentar não apenas a disposição para assumir compromissos com o partido, mas também a dedicação às suas atividades (Verba, Schlozman & Brady, 1995).

**Gráfico 12. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e idade dos filiados**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controle: presidência da executiva municipal. A categoria de referência da variável “tempo de filiação” é “novo filiado”. O controle “cargo representativo” foi excluído devido à sua elevada correlação com a variável idade, o uso simultâneo dessas variáveis compromete a robustez do modelo.

Os resultados deste primeiro modelo repetem o padrão observado nos capítulos empíricos anteriores. Em síntese, um aumento de um ponto na renda mensal está associado, em média, a uma maior dedicação de tempo ao partido e, portanto, à participação de alta intensidade (Verba, Schlozman & Brady, 1995). O mesmo ocorre com filiados que demonstram interesse por incentivos coletivos, ocupam o cargo de presidente da executiva municipal e percebem elevada eficácia política subjetiva — tanto em relação à sua influência nas decisões do partido quanto à influência do partido no sistema partidário nacional —, além

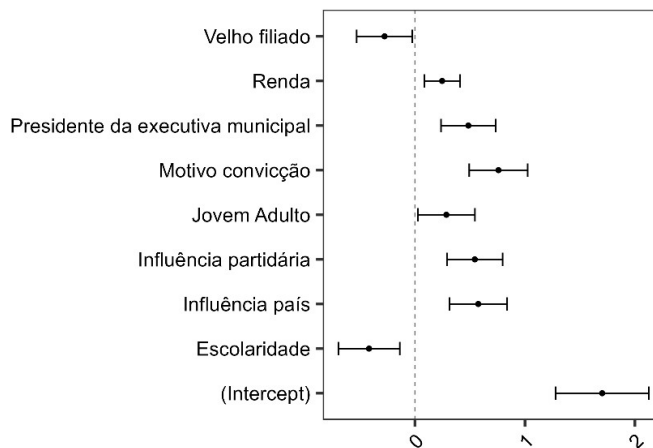
daqueles com menor nível de escolaridade, quando comparados aos filiados mais escolarizados (Whiteley & Seyd, 2002). Já as variáveis tempo de filiação e idade em anos não apresentam são estatisticamente significativas (Verba, Schlozman & Brady, 1995). Portanto, ambas contrariam as expectativas teóricas que sustentavam suas hipóteses explicativas.

Em relação à primeira variável, esperava-se alguma associação com a participação de alta intensidade. Uma relação positiva indicaria que a presidência da executiva municipal funciona como reconhecimento da militância prévia, sendo ocupada por filiados com trajetória intensa de engajamento partidário (Gaxie, 1977). Já uma associação negativa sugeriria que esse cargo atua como um “pedágio” institucional — uma função estratégica ocupada por filiados mais novos como etapa inicial para ganhar visibilidade e ascender na estrutura partidária, independentemente de um histórico de ativismo (Faeti & Gimenes, 2025).

Quanto à segunda variável, postulou-se uma associação positiva entre mais anos de vida e participação de alta intensidade, em razão do acúmulo de recursos materiais por parte desse tipo específico de filiado (Weber, 2020). Assim, é provável que não apenas a idade biológica, mas também fatores relacionados às condições existenciais dos filiados ajudem a explicar seus padrões de participação ao longo do ciclo de vida (Bruter & Harrison, 2009).

Deste modo, o segundo modelo avalia a relação entre o ciclo de vida, com base em sua abordagem dinâmica, e a participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). Essa variável busca qualificar a análise da idade biológica por meio de marcadores existenciais relativos a cada fase da vida, como o status laboral e matrimonial (Bruter & Harrison, 2009). Conforme a discussão teórica, espera-se maior intensidade de participação entre os filiados jovens-adultos, em comparação aos jovens, adultos e mais velhos, em razão das condições existenciais específicas dessa etapa da vida (Smets, 2016).

**Gráfico 13. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e ciclo de vida dos filiados**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controle: presidência da executiva municipal. Categoria de referência: velhos da variável ciclo de vida e não tempo de filiação, pelo fato de a literatura apontar a preponderância desses indivíduos nos partidos políticos. Adultos e jovens foram omitidos por não serem estatisticamente significativos.

Nesse modelo, todas as variáveis são estatisticamente significantes ( $p < 0.05$ ) (Whiteley & Seyd, 2002). Deste modo, o acréscimo de uma faixa de renda familiar mensal e de um ponto de ano a mais de escolaridade, bem como possuir o sentimento de que tem influência nas decisões internas do partido de que é membro e que este tem poder de influência no sistema partidário nacional estão correlacionados em média com a dedicação de mais tempo mensal aos partidos e, diretamente, a participação de alta intensidade nas bases organizacionais dos partidos brasileiros (Ribeiro & Amaral, 2019).

Por outro lado, ser um filiado mais antigo reduz, em média, as chances de dedicar mais horas à organização do partido (Whiteley & Seyd, 2002). Esse resultado está alinhado com parte da literatura sobre partidos políticos, que aponta que, na falta de remuneração ou ocupação de cargos relevantes, filiados mais velhos tendem a se afastar das atividades de base e organização partidária (Gaxie, 1977). No que se refere ao caso dos filiados mais novos, a maior intensidade de participação pode refletir uma lógica de inserção partidária baseada no “pedágio”: ocupar cargos em instâncias locais, como a executiva municipal, funciona como etapa inicial para ascensão na estrutura partidária, ainda que sem histórico consolidado de militância (Faeti & Gimenes, 2025).

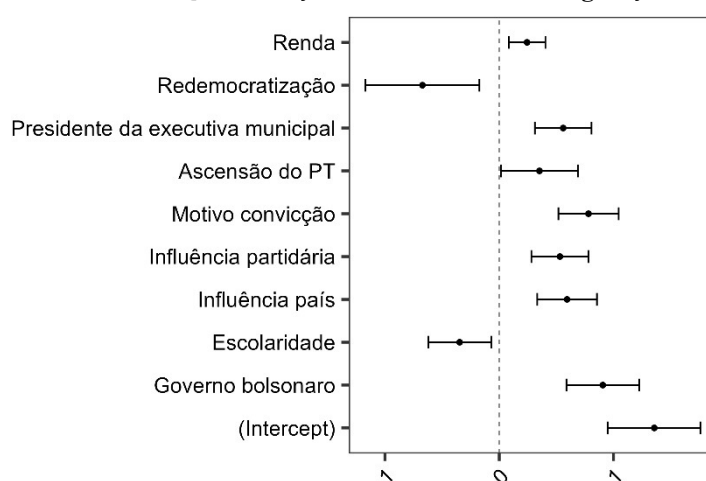
A variável de ciclo de vida também se comporta conforme o esperado, alinhando-se à abordagem mais dinâmica discutida nos capítulos teórico desta tese (Smets, 2016). Ao incorporar marcadores existenciais — como estado civil e vínculo empregatício — representativos de cada fase da vida, o indicador de tempo passou a apresentar significância estatística, ainda que próxima do limite inferior do intervalo de confiança adotado no modelo de regressão linear múltiplo ( $p < 0.05$ ) (Flanagan, 2004; Weber, 2020). Isso sugere que fatores adicionais interagem com a idade cronológica e biológica, influenciando a dedicação de tempo ao partido e, conseqüentemente, a participação de alta intensidade dos filiados de base (Whiteley & Seyd, 2002).

O nível de significância estatística ( $p < 0.05$ ) e o sentido positivo da relação entre a variável dependente e independente, autoriza argumentar que aqueles filiados que se encontram na fase transitória do seu ciclo de vida tendem em média a empenhar-se mais em seus partidos políticos (Ribeiro & Amaral, 2019). Portanto, as condições existenciais dos filiados, nesse caso, resumido pelo seu estado civil “casado” e seu status laboral “empregado”, além da posse média de maiores rendimentos mensais e de interesse em retribuições de natureza coletiva e de processo condicionam sua dedicação de mais tempo às atividades de base nas organizações partidárias que fazem parte (Whiteley & Seyd, 2002).

Outro marcador temporal discutido no capítulo teórico é o pertencimento a uma geração, definida não apenas pela idade biológica (Easton, 1975) e pelas fases do ciclo de vida (Smets, 2016), mas também pelo momento em que o indivíduo se filia ao partido, entendido como seu período de socialização política ativa (Weber, 2020). Assim, os anos impressionáveis são codificados pelo tempo de filiação, combinado com eventos políticos de grande magnitude que reconfiguraram o sistema partidário brasileiro (Neveu, 2019). Devido a isso, os filiados foram agrupados pelo contexto político em que se filiaram a partidos: (i) redemocratização (até 1988), (ii) primeira década do novo sistema partidário (1989–2002), (iii) governos petistas (2003–2017) e (iv) após a eleição de Bolsonaro (2018-2020), cada qual refletindo diferentes conjunturas institucionais e padrões de mobilização.

Nesse sentido, o terceiro modelo desta seção analisa a associação entre o pertencimento dos filiados a uma unidade geracional específica e a participação de alta intensidade no interior de seus partidos (Whiteley & Seyd, 2002). A expectativa teórica ao utilizar esse marcador é identificar padrões distintos de participação entre filiados que se engajaram politicamente em contextos históricos diversos, marcados por eventos políticos disruptivos, como a redemocratização, a ascensão do PT ao poder e a eleição de Bolsonaro (Neveu, 2019). Presume-se que filiados socializados mais recentemente tendem a participar com maior intensidade, tanto por terem se formado em contextos mais abertos e mobilizadores (Rose & Mishler, 2009), quanto por ocuparem, com frequência, funções não remuneradas como forma de inserção partidária (Faeti & Gimenes, 2025).

**Gráfico 14. Modelo de MQO – Filiação de alta intensidade e gerações de filiados**



Fonte: Survey CEPP (2020). N = 1.339. Controle: presidência da executiva municipal. A categoria de referência da variável “geração” é “filiados durante os governos petistas”, por se tratar do grupo com maior número de respondentes no survey e por representar um momento de inflexão no sistema partidário nacional, marcado pela chegada do partido à presidência da República e pelo realinhamento de seu eleitorado, com impactos relevantes sobre sua base de filiados (Amaral, 2011; Paludo, Borba & Gimenes, 2018; Ribeiro & Alves, 2025).

De maneira geral, os resultados estimados nesta regressão são semelhantes aos encontrados nos modelos anteriormente discutidos (Whiteley & Seyd, 2002). Assim, cada acréscimo na faixa de renda familiar mensal, a percepção de influência nas decisões internas do partido e a crença de que o partido exerce poder no sistema partidário, bem como a posse de menor grau de instrução, estão associados, em média, a uma maior dedicação de tempo mensal às atividades organizacionais e de base nos partidos políticos ao qual são filiados (Ribeiro & Amaral, 2019).

Além disso, pertencer à categoria presidente da executiva municipal se relaciona, em média, à dedicação de mais tempo mensal ao partido (Whiteley & Seyd, 2002). A explicação para esse comportamento é semelhante à apresentada anteriormente (Faeti & Gimenes, 2025). Ocupantes desse posto, mesmo sem remuneração formal, tendem a estar envolvidos com o funcionamento organizacional do partido e a assumir responsabilidades cotidianas, o que exige maior presença nessas atividades. Esse resultado reforça a ideia de que posições na estrutura partidária, mesmo em nível local, estão associadas a padrões mais intensos de ativismo. Assim, é possível que esse padrão esteja relacionado ao ativismo de novos filiados, que utilizam cargos de base como etapas probatórias para ascensão política — uma estratégia recorrente entre as novas gerações de filiados em busca de visibilidade e capital político.

A variável de interesse desta seção — geração dos filiados — mostrou-se estatisticamente significativa no modelo estimado (Weber, 2020). Os resultados indicam que filiados pertencentes às gerações mais recentes, especialmente aqueles que se filiaram após 2018, tendem, em média, a participar mais intensamente das atividades organizacionais de seus partidos. Em contraste, os filiados das gerações anteriores — aqueles que ingressaram até a redemocratização (até 1988) ou durante o período de ascensão do PT (1989–2002) — apresentam níveis mais baixos de participação, à medida que os filiados socializados durante os governos petista (2003–2017) não tiveram significância estatística. Esses achados reforçam a hipótese de que tanto o contexto político no momento da filiação quanto uma lógica de socialização probatória influenciam na participação dos filiados (Faeti & Gimenes, 2025).

Nesse sentido, a filiação em contextos de maior abertura política, com liberdade de expressão, associação e garantia de direitos civis, pode estar associada a uma maior predisposição participativa dos filiados (Rose & Mishler, 2009). Uma explicação possível é que momentos de reconfiguração política — como a eleição de Jair Bolsonaro — atuam como catalisadores da participação política dos filiados, ativando as suas disposições participativas. Além disso, observa-se uma lógica de socialização probatória, em que novos filiados se

engajam intensamente para conquistar espaço e visibilidade dentro dos partidos. Em contraste, filiados de gerações anteriores tendem a demonstrar menor intensidade participativa, possivelmente por estarem em outra etapa do ciclo de vida e já terem ultrapassado essa fase de inserção e ascensão interna.

Resumidamente, os modelos empíricos deste capítulo avaliaram a relação entre a variável temporal — isto é, idade cronológica, ciclo de vida e geração — e a participação de alta intensidade com dados de filiados de vinte e cinco partidos do sistema partidário brasileiro (Ribeiro & Amaral, 2019). Por um lado, a idade em anos contínuos não apresentou significância estatística no primeiro modelo (Verba, Schlozman & Brady, 1995); por outro, tanto a abordagem dinâmica do ciclo de vida (Smets, 2016) quanto o conceito de unidade geracional revelaram efeitos significativos nos segundo e terceiro modelos, respectivamente (Weber, 2020). Assim, os resultados apresentados e discutidos nesta seção validam integralmente as hipóteses **H5** e **H6** propostas por esta tese.

Isso indica que, ao se incorporarem características específicas de cada fase da vida dos filiados, houve um ganho informacional em relação à variável idade em anos cronológicos (Rocha, Faeti & Ribeiro, 2025). Além disso, o pertencimento a faixas intermediárias do ciclo de vida — conforme a abordagem dinâmica — apresentou correlação positiva com a participação de alta intensidade nas atividades de base organizacionais dos partidos brasileiros (Ribeiro & Amaral, 2019). Em outras palavras, filiados que, no momento da entrevista, estavam tanto nas fases iniciais quanto nas finais do ciclo de vida tendem, em média, a participar menos intensamente do que aqueles situados nas fases de transição entre juventude e vida adulta ou entre vida adulta e velhice (Smets, 2016).

De modo semelhante, a inclusão da variável de unidade geracional ampliou a capacidade explicativa em relação à simples consideração da idade cronológica ou biológica dos filiados (Mannheim, 1927). Primeiro, o contexto político parece importar: gerações filiadas em momentos de maior abertura e mobilização apresentam, em média, níveis mais altos de participação de alta intensidade (Whiteley & Seyd, 2002). Além disso, há indícios de um mecanismo de socialização probatória — novos filiados tendem a se engajar mais ativamente como forma de conquistar visibilidade e construir trajetórias internas nos partidos (Faeti & Gimenes, 2025). Já os filiados de gerações anteriores, socializados em conjunturas mobilizadoras, podem estar em fases distintas da carreira partidária, nas quais a participação intensa nas bases deixa de ser central (Paludo, Borba & Gimenes, 2018).

### 6.3 DISCUSSÃO

Os resultados deste capítulo, ao tratarem da relação entre marcadores temporais — como anos biológicos, ciclo de vida e geração — e a participação de alta intensidade, dialogam com achados consolidados nos campos do comportamento político e dos estudos partidários (Whiteley & Seyd, 2002). Por um lado, a idade mensurada em anos cronológicos não se associou com a participação de alta intensidade (Verba, Schlozman & Brady, 1995). Por outro, o acréscimo de indicadores associados às fases existenciais dos filiados, em conjunto com a idade, revelou uma associação positiva com esse padrão de engajamento (Smets, 2016). Por fim, o pertencimento a uma unidade geracional específica, em comparação às demais, aumentou a propensão à participação de alta intensidade entre os filiados brasileiros (Mannheim, 1927).

Esse primeiro resultado confirmou as expectativas apresentadas na seção três do capítulo teórico e metodológico. Nos modelos estimados tanto no primeiro quanto no segundo capítulo empírico, a significância estatística da idade em sua forma contínua — ainda que no limite do aceitável ( $p < 0.05$ ) — já indicava a possível existência de outros fatores associados à idade dos filiados, para além de sua dimensão biológica, que estariam, em alguma medida, relacionados aos seus padrões de participação e à dedicação de mais horas mensais às atividades partidárias (Whiteley & Seyd, 2002). Por essa razão, questionou-se a hipótese de que, a cada nova fase do ciclo de vida, as prioridades existenciais dos filiados se reconfiguram, afetando sua disponibilidade biográfica para o ativismo (Smets, 2016).

No segundo modelo, a variável ciclo de vida foi operacionalizada conforme essa leitura — mais dinâmica deste conceito (Smets, 2016). O indicador combinou a idade distribuída em cinco faixas etárias com o status laboral e civil dos filiados (Weber, 2020). A primeira diferença notável em relação à idade contínua foi a significância estatística dessa variável, o que sinaliza um ganho informacional ao incorporar marcadores específicos para cada fase do ciclo de vida (Hooghe & Stolle, 2003). Além disso, o sentido da associação entre as variáveis confirmou os padrões descritos pelos estudos sobre comportamento político e partidos: filiados situados nas fases intermediárias do ciclo de vida, em comparação com aqueles nas fases iniciais e finais, apresentaram maior propensão à participação de alta intensidade nos partidos brasileiros (Rocha, Faeti & Ribeiro, 2025).

Diversos fatores apontados pelas literaturas sobre comportamento político e filiação partidária explicam por que jovens-adultos tendem a se engajar mais intensamente do que

jovens, adultos e idosos (Smets, 2016). Os resultados do segundo modelo destacam, em particular, os fatores de natureza material (Verba, Schlozman & Brady, 1995). Ou seja, o perfil desse grupo — com maior renda mensal — o coloca em condições semelhantes às dos filiados mais velhos, possibilitando, em média, a dedicação de mais tempo às atividades de base organizacional nos partidos políticos aos quais são membros (Flanagan, 2013).

Isso não significa que os fatores estruturais discutidos na seção teórica — como as transformações sociais que levaram à individualização da política e tornaram a filiação um recurso mais barato no mercado político (Bruter & Harrison, 2009), a distinção entre valores materialistas e pós-materialistas (Inglehart, 1977), e a adaptação tardia das organizações partidárias a essas mudanças ambientais (Ignazi, 2020) — não contribuam para explicar a propensão dos jovens-adultos à filiação partidária. No entanto, parte desse fenômeno também pode ser atribuída a fatores individuais, como a menor dependência financeira de terceiros (Knoke & Thomson, 1977) e a posse de recursos materiais, que tornam a dedicação ao partido menos onerosa para essa coorte específica do ciclo de vida (Nie, Verba & Kim, 1974), facilitando, assim, a participação de alta intensidade entre jovens-adultos nos seus partidos políticos (Ribeiro & Amaral, 2019).

Finalmente, no terceiro modelo, foi utilizada a medida de unidade geracional, em consonância com a discussão sobre os anos impressionáveis (Mannheim, 1927). No entanto, diferentemente da abordagem centrada exclusivamente na data de nascimento, esta tese considera como critério geracional o momento da filiação partidária, articulado a acontecimentos políticos de grande impacto que marcaram distintas fases do sistema político brasileiro (Neveu, 2019). Com base nisso, os filiados foram classificados em quatro grupos: (i) geração da redemocratização (filiação até 1988), (ii) geração da ascensão do PT (1989–2002), (iii) geração dos governos petistas (2003–2017) e (iv) geração do novo sistema partidário (2018 em diante). A justificativa teórica para esse marcador é que filiados que ingressaram em períodos recentes, marcados por maior competição e mobilização política, foram socializados em ambientes mais propícios ao engajamento e, por estarem em uma fase probatória de inserção partidária, tendem a apresentar maior intensidade de participação (Whiteley & Seyd, 2002).

Os resultados do modelo estimado na seção anterior confirmam o raciocínio teórico adotado nesta tese (Weber, 2020). Filiados pertencentes às gerações mais recentes — especialmente aqueles que se filiaram durante os governos petistas ou após a eleição de

Bolsonaro — apresentaram, em média, níveis mais altos de participação de alta intensidade do que os filiados de gerações anteriores (Whiteley & Seyd, 2002).

Além disso, apesar das diferenças nas codificações e nas abordagens teóricas que fundamentam os marcadores temporais adotados, há uma convergência nos resultados dos três modelos estimados nesta seção, o que reforça a robustez da explicação proposta nessa tese (Weber, 2020). Em síntese, filiados jovens-adultos, com menos idade cronológica e socializados politicamente em contextos marcados por eventos mobilizadores — como a eleição de Bolsonaro — tendem a apresentar níveis mais elevados de participação de alta intensidade nas atividades de base dos partidos brasileiros (Ribeiro & Amaral, 2019).

Isso porque, quando a variável idade foi utilizada apenas em seu formato contínuo — em anos cronológicos — e apresentou significância estatística, ainda que no limite do aceitável ( $p < 0.05$ ), o sentido da relação foi inverso ao esperado. Ou seja, filiados com menos anos de vida tenderam, em média, a se dedicar mais às atividades de base partidária do que os filiados mais velhos (Verba, Schlozman & Verba, 1995).

Ao se incorporarem nuances às fases do ciclo de vida dos filiados, a análise da relação com a participação de alta intensidade apresentou maior robustez estatística, e a direção da associação tornou-se positiva, confirmando os achados anteriores (Flanagan, 2013). Assim, filiados que se encontram nas fases intermediárias e transitórias do ciclo de vida tendem, em média, a dedicar mais tempo às atividades de base organizacional de seus partidos. Esse padrão pode ser explicado, em parte, pelo perfil atípico dos respondentes desta base de dados, que, nessa etapa da vida, já acumulam elevados recursos materiais, favorecendo sua disponibilidade para o engajamento político (Smets, 2016).

Finalmente, ao se empregar a variável de unidade geracional, observa-se não apenas maior robustez estatística, mas também a manutenção do sinal da relação (Weber, 2020). Ou seja, filiados pertencentes à geração mais recente — socializados internamente nos partidos a partir da eleição de Bolsonaro —, que em grande parte coincidem com jovens-adultos e indivíduos com menos anos de vida tendem, em média, a participar mais intensamente das atividades de base organizacional dos partidos brasileiros (Neveu, 2019).

Em suma, os resultados deste capítulo demonstram que marcadores temporais como o ciclo de vida e a geração, explicam melhor os padrões de participação de alta intensidade dos filiados do que a idade isoladamente. A maior propensão ao engajamento por parte dos jovens-adultos e das gerações socializadas mais recentemente evidencia que esse padrão de ativismo também é condicionado por experiências existenciais e contextos políticos.

## 6.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os modelos analisados neste capítulo detalham a relação entre a participação de alta intensidade e os marcadores temporais dos filiados, como idade, ciclo de vida e geração (Whiteley & Seyd, 2002). Especificamente, identificam-se três resultados distintos: a idade cronológica não é preditora da participação de alta intensidade, enquanto o ciclo de vida, operacionalizado em sua versão dinâmica, e a geração se mostraram indicadores mais robustos (Weber, 2020). Esse padrão cronológico da filiação de alta intensidade é explicado por condições existenciais ligadas às fases da vida e pelos contextos nos quais os indivíduos se filiaram. Enquanto jovens-adultos e filiados socializados mais recentemente tendem a participar mais intensamente, filiados mais velhos ou socializados em períodos mais longínquos demonstram níveis mais baixos de engajamento (Ribeiro & Amaral, 2019).

Esses achados reforçam a ideia de que a filiação de alta intensidade no Brasil não é espontânea, mas estruturada e construída ao longo do tempo (Whiteley & Seyd, 2002). Se esse padrão de ativismo está associado a perfis geracionais (Weber, 2020) e a fases do ciclo de vida (Smets, 2016), marcadas por recursos, incentivos e experiências de socialização política, então deve ser compreendido como parte de um processo contínuo. Nesse sentido, para essa parcela dos filiados, os partidos operam como estruturas de socialização, oferecendo oportunidades, vínculos e trajetórias que canalizam disposições participativas e transformam o engajamento individual em militância organizada (Ribeiro & Amaral, 2019).

A maior intensidade de participação entre filiados jovens-adultos reforça esse argumento (Whiteley & Seyd, 2002). Nessa fase de transição da vida, marcada por desafios como a autonomia financeira, inserção profissional e consolidação de vínculos sociais, os indivíduos com mais recursos são mais propensos para o engajamento político (Smets, 2016). Os dados mostram que, entre esses filiados, há maior probabilidade de ocupação de cargos como a presidência da executiva municipal — uma posição não remunerada, mas associada à participação de alta intensidade. Esse cargo funciona, muitas vezes, como uma etapa probatória para aqueles que buscam ascender internamente no partido, iniciando sua trajetória político-partidária (Faeti & Gimenes, 2025). Dessa forma, os partidos não apenas canalizam a energia participativa desses jovens-adultos, como também oferecem caminhos institucionais para sua socialização e projeção na carreira política (Ribeiro & Amaral, 2019).

Esse padrão se confirma também nos resultados da variável geração, que indicam maior tendência à participação entre filiados socializados mais recentemente — sobretudo após a eleição de Bolsonaro em 2018. Em alguma medida, o ambiente de filiação, marcado por polarização e crises institucionais, atua como catalisador do engajamento (Neveu, 2019). Além disso, a socialização probatória — em que novos filiados se envolvem ativamente como estratégia de inserção e ascensão na estrutura partidária — reforça esse padrão, contribuindo para níveis mais altos de participação entre os recém-chegados.

Nesse sentido, sugere-se que os achados para o caso petista se estendem a outras organizações partidárias: novos filiados se ocupam prioritariamente em atividades periféricas, já que as funções organizacionais centrais são controladas pelos filiados mais antigos com mais tempo de militância partidária e, conseqüentemente, know-how, reconhecimento de pares e prestígio interno (Faeti & Gimenes, 2025). Deste modo, confirma-se o papel socializador dos partidos, em que o tempo de filiação opera como um recurso simbólico e estratégico para a ascensão nas hierarquias internas (Seyd & Whiteley, 1992).

Para avançar nesse argumento, o modelo da tabela 18 (em anexo) testa a relação entre tempo de filiação, ciclo de vida e geração, com o objetivo de verificar se o perfil do jovem-adulto recém-filiado é, de fato, o mais intensamente engajado (Whiteley & Seyd, 2002). A hipótese é que, nessa fase da vida, marcada por maior disponibilidade biográfica e busca por reconhecimento, a participação ocorre mesmo com pouco tempo de partido, pois o ativismo seria uma etapa probatória para ascensão na hierarquia partidária (Faeti & Gimenes, 2025). Nesse caso, cargos como a presidência da executiva municipal — não remunerados, mas institucionalmente valorizados — funcionam como espaços de socialização inicial, nos quais o ativismo é convertido em capital político dentro da estrutura partidária (Locatelli, 2017).

Os resultados do modelo associando ciclo de vida, tempo de filiação e geração sustentam o argumento anterior (Paludo, 2017). Como esperado, o perfil do jovem-adulto recém-filiado apresenta associação positiva com a participação de alta intensidade, reforçando a ideia de que essa coorte ocupa funções como a presidência da executiva municipal como etapa probatória e de socialização inicial dentro do partido (Faeti & Gimenes, 2025). Esse padrão não se repete entre jovens ou adultos mais velhos com o mesmo tempo de filiação, sugerindo que a combinação entre fase de transição da vida e entrada recente no partido é decisiva para intensificar a participação partidária desse perfil em específico (Locatelli, 2017).

Resumidamente, os achados deste capítulo indicam a existência de uma dimensão cronológica nos padrões de cultura política da filiação de alta intensidade, especialmente entre

os jovens-adultos recém-filiados. Para esse perfil, a combinação entre fase da vida, tempo de filiação e contexto político funciona como catalisador do engajamento. Nesses casos, os partidos não apenas canalizam a disposição participativa, mas também operam como estruturas de socialização política, oferecendo trajetórias institucionais de inserção e ascensão partidária.

Esses resultados reforçam a tese central da leitura culturalista moderada sugerida por essa tese: a filiação de alta intensidade é atravessada por características individuais e institucionais que não se reduzem à espontaneidade. Ao identificar a influência dos marcadores temporais — como o ciclo de vida e o pertencimento geracional — e a importância do contexto político no momento da filiação, este capítulo contribui para compreensão da cultura política da militância partidária em sua dimensão sociológica. Ao destacar o papel dos partidos políticos como estruturas de socialização, também sinaliza a necessidade de os estudos futuros explorarem como esses mecanismos variam entre os partidos e se reproduzem (ou não) em diferentes contextos organizacionais e institucionais.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo compreender os condicionantes da filiação de alta intensidade nos partidos políticos brasileiros, com especial atenção à atuação dos filiados nas atividades de base organizacional. Partindo da pergunta central, “quem são os filiados que participam intensamente da vida partidária e por que o fazem?”, foram mobilizados marcos teóricos da literatura sobre comportamento político, organização partidária e cultura política, articulando três dimensões explicativas: a atitudinal, a valorativa e a cronológica.

Os resultados obtidos ao longo dos capítulos empíricos permitem afirmar que a filiação de alta intensidade é estruturada por disposições individuais e incentivos organizacionais. Primeiro, foi demonstrado que esse padrão de ativismo está positivamente associado à presença de incentivos coletivos, como a convicção política e o sentimento de influência tanto no interior do partido quanto no sistema partidário nacional. Por outro lado, incentivos materiais (como emprego partidário) mostraram fraca associação, o que contraria uma expectativa instrumentalista clássica e fortalece a hipótese de que esse tipo específico de filiação é sustentado também por motivações valorativas.

Em segundo lugar, os resultados evidenciam que a ideologia importa, mas de maneira diferente conforme o perfil de filiação e do partido. Filiados posicionados à esquerda participam, em média, mais ativamente que os da direita, resultado que reforça achados anteriores da literatura. No entanto, essa associação não é linear: extremismo e desajuste ideológico estão correlacionados, em média, a menor participação. A tese introduz, assim, uma tipologia valorativa da filiação, composta por três perfis de filiados: o coerente (ativo e alinhado), o extremista (ativo e desalinhado), o incoerente (inativo e desalinhado) e o simpatizante coerente (inativo e alinhado). Também há padrões de ativismo entre filiados de centro e direita, com características próprias, o que relativiza a ideia de exclusividade da participação à esquerda. Assim, contribui para uma leitura mais sofisticada da heterogeneidade do comportamento dos filiados brasileiros.

Finalmente, a dimensão cronológica revelou que a idade isoladamente não prediz participação, mas que o engajamento intenso se concentra em filiados jovens-adultos e gerações socializadas recentemente em partidos, especialmente após 2018. Isso indica que a participação de alta intensidade é parcialmente explicada por experiências biográficas e contextos de socialização partidária. A tese introduz, assim, um marco sociológico para o estudo da militância de base, ao mostrar como ciclo de vida e geração se articulam com os

demais fatores — como os incentivos organizacionais e os recursos individuais — e condicionam trajetórias de inserção, ascensão e afastamento nas estruturas partidárias.

Com isso, esta tese propõe uma nova interpretação sobre os partidos brasileiros, ao enfatizar os filiados como unidade empírica e analítica central para a sua compreensão. Ao aliar variáveis de cultura política e da estrutura organizacional, essa pesquisa se insere em uma agenda de estudo dedicada a compreender quem são os atores que sustentam o funcionamento cotidiano dos partidos, quais incentivos mobilizam e respondem e que obstáculos enfrentam. Os resultados confirmam a existência de vida interna nessas organizações, contrariando a ideia de que a militância ativa seria restrita ao PT. Trata-se de um fenômeno difuso, distribuído por diferentes siglas mesmo fora dos períodos eleitorais e das convenções partidárias. Estimativas posteriores apontam que aproximadamente 17% dos filiados seguem intensamente engajados mesmo em contextos de baixa mobilização institucional, o que indica padrões organizativos mais estáveis do que sugere o senso comum.

Isso não significa, porém, que essas organizações partidárias sejam virtuosas, tampouco que o país represente uma “Suécia tropical”. Embora haja vida interna, os sinais de fragilidade persistem, como o alto número de filiações ideologicamente inconsistentes e a baixa presença de mulheres. Portanto, esse resultado não é romantizado: ele convive com dilemas estruturais que comprometem a coesão, limitam o funcionamento e afetam a representação dos partidos na arena eleitoral. Essa ambivalência aparece na centralidade dos incentivos seletivos, que, mesmo menos frequentes entre os filiados mais engajados, seguem relevantes para os demais perfis de filiação. Isso mostra que a leitura instrumentalista não está errada, apenas incompleta. Assim, a militância intensa é sustentada por valores, mas opera em estruturas atravessadas por incentivos materiais, desajustes ideológicos e baixa renovação.

A participação intensa, portanto, é composta por dimensões individuais e organizacionais. Os partidos seguem exercendo um papel relevante na socialização política e na canalização de disposições participativas, mesmo em meio à crise de representatividade. Ao enfatizar os filiados como unidade empírica e analítica central, esta tese contribui para reposicionar esse objeto – os filiados – nos estudos sobre organizações partidárias no Brasil.

Essa tese é um ponto de partida. Pesquisas futuras devem aprofundar a análise sobre os filiados de direita e incorporar metodologias e técnicas capazes de captar dinâmicas internas com maior precisão. Ao apontar essas direções, esta tese propõe uma agenda centrada nos filiados, aqueles que, com diferentes graus de engajamento e coerência, seguem sendo a espinha dorsal da vida partidária dos principais partidos do sistema político brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- ACHEN, C. H.; BARTELS, L. M. **Democracy for realists: Why Elections Do Not Produce Responsive Government**, 2017.
- ACHURY, S. et al. The consequences of membership incentives: Do greater political benefits attract different kinds of members? **Party Politics**, v. 26, n. 1, p. 56–68, 2020.
- ALDRICH, J. H. **Why parties? a second look**. University of Chicago Press, 2011.
- AMARAL, O. E. Por dentro das bases partidárias: Uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo. Instituto de Iberoamerica, 2014. Disponível em: <[https://scholar.google.es/scholar?hl=es&as\\_sdt=0%2C5&q=Amaral+2014+filiados&btnG=>](https://scholar.google.es/scholar?hl=es&as_sdt=0%2C5&q=Amaral+2014+filiados&btnG=>)>. Acesso em: 23 out. 2024.
- AMARAL, O. E. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública**, v. 17, n.1, p. 1–44, 2011.
- ANSOLABEHERE, S.; SCHAFFNER, B.F. Does survey mode still matter? Findings from a 2010 multi-mode comparison. **Political Analysis**, 2014, vol. 22, no 3, p. 285-303.
- BALE, T.; WEBB, P.; POLETTI, M. Participating Locally and Nationally: Explaining the Offline and Online Activism of British Party Members. **Political Studies**, v. 67, n. 3, p. 658–675, 2019.
- BARROS, A. T. DE et al. Juventudes partidárias no Brasil: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 30, p. 113–158, 10 fev. 2019.
- BOLOGNESI, B. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica**, n.95, 2021.
- CASTORENA, O. et al. Online Surveys in Latin America. **Political Science & Politics**, v. 56, n. 2, p. 273–280, 20 abr. 2023.
- CERVI, E. U; TERRON, S.; SOARES. G. A.D. Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. **Opinião Pública**, vol. 26, p. 494-521, 2021.
- CROSS, W.; YOUNG, L. Activism Among Young Party Members: The Case of the Canadian Liberal Party. *Journal of Elections*, **Public Opinion and Parties**, v. 18, n. 3, p. 257–281, 2008.
- DAHL, R. **Poliarquia**. São Paulo, EdUSP, 1997.
- DALTON, R. J. **Citizen politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies**. Cq Press, 2018.
- DUVERGER, M. **Political parties**. London: Methuen, 1954.
- LEVITSKY, S. Inside the Black Box: Recent Studies of Latin American Party Organizations. **Studies in comparative international development**, v. 36, n. 2, 2001.
- DOŠEK, T. Party membership in Latin American political parties: what is the role of the 82 ‘militantes’?. En 42nd ECPR Joint Sessions of Workshops, Salamanca, Spain. 2014. - Disponível em: <<https://scholar.google.com/scholar?cluster=15929717008913039031&hl=en&oi=scholarr>>>.

- ELDERSVELD, S. J. **Political elites in modern societies: Empirical research and democratic theory.** The Distinguished senior faculty lecture series, p. xviii, 69, 4, 1989.
- FLANAGAN, C.; GALLAY, E. Adolescents' Theories of the Commons. **Advances in Child Development and Behavior**, v. 46, p. 33–55, 2014.
- FLANAGAN, R. M. Opportunities and Constraints on Mayoral Behavior: A Historical-Institutional Approach. **Journal of Urban Affairs**, v. 26, n. 1, p. 43–65, 2004.
- FREIRE, A.; BELCHIOR, A. M. Parliamentary representation in Portugal: Deputies' focus and style of representation. **Portuguese Journal of Social Science**, v. 11, n. 2, p. 99–117, 2012.
- GAUJA, A. Evaluating the Success and Contribution of a Minor Party: the Case of the Australian Democrats. **Parliamentary Affairs**, v. 63, n. 3, p. 486–503, 2010.
- GAUJA, A. The construction of party membership. **European Journal of Political Research**, v. 54, n. 2, p. 232–248, 2015.
- GIUGNI, M.; GRASSO, M. **The Oxford handbook of political participation.** Oxford University Press, 2022.
- GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 235–258, 2011.
- HEIDAR, K. **Party membership and participation**, Handbook of party politics, p. 301-315, 2006.
- HERRERA, R.; TAYLOR, M. K. The Structure of Opinion in American Political Parties. **Political Studies**, v. 42, n. 4, p. 676–689, 1994.
- HOOGHE, M. et al. Head start in politics: The recruitment function of youth organizations of political parties in Belgium (Flanders). **Party Politics**, v. 10, n. 2, p. 193–212, 2004.
- IGNAZI, P. The four knights of intra-party democracy: A rescue for party delegitimation. **Party Politics**, v. 26, n. 1, p. 9–20, 2020.
- JALALI, C. The Woes of Being in Opposition: The PSD since 1995. **South European Society and Politics**, v. 11, n. 3–4, p. 359–379, 2006.
- JENNINGS, M. K; MARKUS, G. P. Partisan orientations over the long haul: Results from the three-wave political socialization panel study, **American Political Science Review**, vol. 78, no 4, p. 1000-1018, 1984.
- JENNINGS, M., STOKER, L. Social Trust and Civic Engagement across Time and Generations. **Acta Polit**, v. 39, p. 342–379, 2004. <https://doi.org/10.1057/palgrave.ap.550007>.
- JENNINGS, M.K. Residues of a movement: The aging of the American protest generation. **American political science review**, v.81, n.2, p.367-382, 1987.
- KATZ, R.; PETER, M. **Democracy and the Cartelization of Political Parties**, Oxford, University Press, 2018.
- KECK, M. Brazil'S Pt: Socialism As Radical Democracy. **Report on the Americas**, v. 25, n. 5, p. 24 43, 1992.
- KENNEDY, F.; LYONS, P.; FITZGERALD, P. Pragmatists, Ideologues and the General Law of Curvilinear Disparity: The Case of the Irish Labour Party. **Political Studies**, v. 54, n. 4, p. 786–805,

2006.

KINDER, D. R. Politics and the life cycle. **Science**, v. 312, n. 5782, p. 1905–1908, 2006.

KITSCHELT, H. The Internal Politics of Parties: The Law of Curvilinear Disparity Revisited. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9248.1989.tb00279.x>, v. 37, n. 3, p. 400–421, 1989.

KLANDERMANS, B.; VAN STEKELENBURG, J. **Social Psychology and Political Participation**. The Oxford Handbook of Political Participation, p. 167–182, 2022.

KÖLLN, A. K.; POLK, J. Emancipated party members: Examining ideological incongruence within political parties. **Party Politics**, v. 23, n. 1, p. 18–29, 2017.

MANNHEIM, K. The sociological problem of generations. **Essays on the Sociology of Knowledge**, 1970.

LEVITSKY, S. et al. **Challenges of party-building in Latin America**. Cambridge University Press, 2016.

LISI, M. et al. Filiados e ativismo partidário em Portugal: enquadramento teórico e características do inquérito. Militantes e ativismo nos partidos políticos, repositorio.ul.pt, 2017.

LISI, M.; GARBUNOVA, E. Ideologia, cultura política e posições programáticas: as preferências dos filiados. repositorio.ul.pt, 2017.

LOCATELLI, L. Gerações militantes: bases partidárias Petistas e Tucanas em São Paulo, 2017.

MAINWARING, S. **Party Systems in Latin America: Institutionalization, Decay and Collapse**, 2018.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. **JSTOR**, v. XXXVIII, n. 167, p. 277–293, 2003.

MAY, J. D. Opinion structure of political parties: the special law of curvilinear disparity. **Political Studies**, v. 21, n. 2, p. 135–151, 1973.

MENEGUELO, R. **PT: a formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

NARUD, H. M.; SKARE, A. Are Party Activists the Party Extremists? The Structure of Opinion in Political Parties. **Scandinavian Political Studies**, v. 22, n. 1, p. 45–65, 1999.

NIE, N. H.; VERBA, S.; KIM, J. Political Participation and the Life Cycle. **Comparative Politics**, v. 6, n. 3, p. 319, 1974.

NORRIS, P. The Politics of Electoral Reform in Britain. <http://dx.doi.org/10.1177/019251219501600105>, v. 16, n. 1, p. 65–78, 1995.

OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. A.; LAZARE, D. C. M. Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. **Pro-Posições**, v. 29, n. 1, p. 267–295, 2018.

ORR, G. Private association and public brand: the dualistic conception of political parties in the common law world. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, v. 17, n. 3, p. 332–349, 2014.

PALUDO, J. R. Participação de alta intensidade e militantismo dos filiados de base do PT no Brasil, 2017.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Martins Fontes, 2005.

PAULO DE ASSIS, P. I. et al. Nem formal, nem informal: a diversidade das práticas nas organizações partidárias brasileiras. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 31, 2023.

PERES, P.; MACHADO, A. Uma tipologia do recrutamento partidário. **Opinião Pública**, v. 23, p. 126–167, 2017.

POGUNTKE, T. et al. Party rules, party resources and the politics of parliamentary democracies. **Party politics**, v. 22, n. 6, p. 661–678, 2016. <https://doi.org/10.1177/1354068816662493>,

PONCE, A. F.; SCARROW, S. E. Which members? Using cross-national surveys to study party membership. **Party Politics**, v. 22, n. 6, p. 679–690, 2016.

PUTNAM, R. The prosperous community: Social Capital and Public Life. **Frontier issues in economic thought**, vol. 3, p. 211-212, 1993.

RENSTRÖM, E. A.; BÄCK, H. Political Psychology and Political Participation. The Oxford Handbook of Political Participation, p. 152–166, 2022.

RIBEIRO, P. F. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005, 2008.

RIBEIRO, P. F. R; AMARAL, O.E. Party members and high-intensity participation: evidence from Brazil. **Revista de Ciência Política**, v, 39, p. 489-515, 2019.

RIBEIRO, P. J.F; LOCATELLI, L.G. Time after time: party organizational strength in new and old democracies. **Revista Opinião Pública**, v. 25, p. 199–233, 2019.

PALUDO, J. R.; BORBA, J; GIMENES, E.R. Participação de alta intensidade entre os filiados ao Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Revista Teoria e Pesquisa**, v. 27, n. 2, p. 189–217, 2018.

ROSE, R.; MISHLER, W. How Do Electors Respond to an “Unfair” Election? The Experience of Russians. **Post-Soviet Affairs**, v. 25, n. 2, p. 118–136, 2009.

SCARROW, S. **Parties and their members: Organizing for victory in Britain and Germany**. Oxford University Press, 1996.

SCARROW, S. **Beyond party members: Changing approaches to partisan mobilization**. Oxford University Press, 2014.

SCARROW, S; GEZGOR., B. Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. **Party politics**, 2010, v. 16, n. 6, p. 823–843, 2016.

SEARS, D. O.; FUNK, C. L. Evidence of the Long-Term Persistence of Adults’ Political Predispositions. <https://doi.org/10.2307/2647773>, v. 61, n. 1, p. 1–28, 1999.

SEYD, P. Corbyn’s labour party: managing the membership surge. **British Politics**, v. 15, n. 1, p. 1–24, 2020.

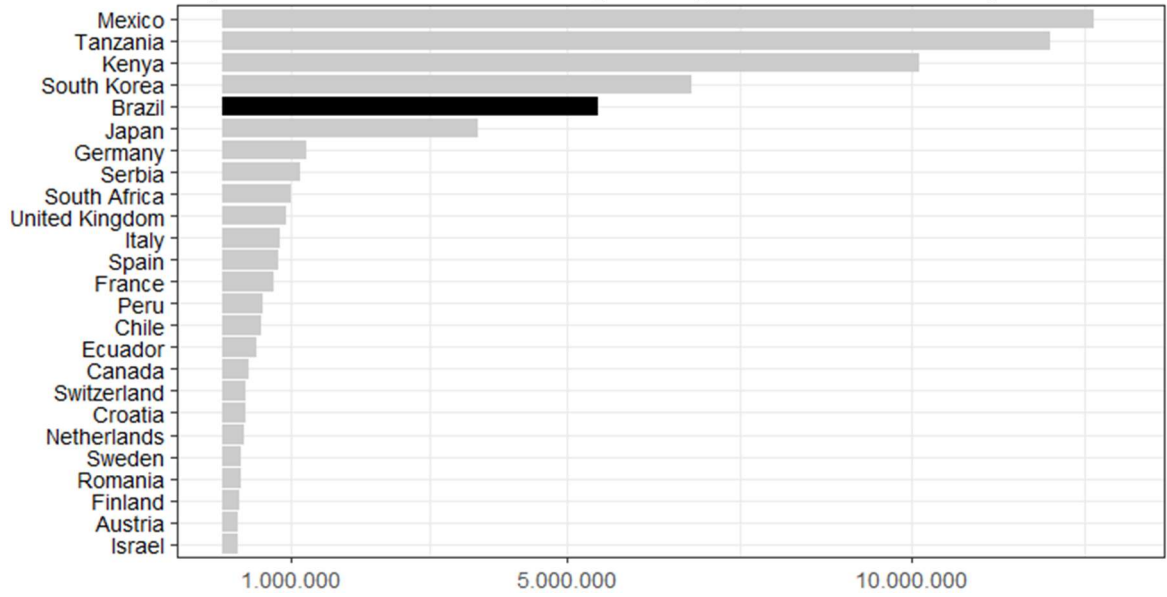
SMETS, K. Revisiting the political life-cycle model: later maturation and turnout decline among young adults. **European Political Science Review**, vol. 8, n. 2, p. 225-249, 2016.

SMYTH, R. Political preferences and party development in post-communist states. **Demokratizatsiya**, vol. 20, n. 2, 2012.

- SPECK, B. W.; BRAGA, M. DO S. S.; COSTA, V. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 56, p. 125–148, 2015.
- STOKER, L; JENNINGS, M. K. Life-Cycle Transitions and Political Participation: The Case of Marriage. **American Political Science Review**, 89(2):421-433, 1995. doi:10.2307/2082435.
- SWIGART, K. L. et al. Working While Liberal/Conservative: A Review of Political Ideology in Organizations. **Journal of Management**, v. 46, n. 6, p. 1063–1091, 2020.
- TOSHIAKI, L.; OKADO, A.; RIBEIRO, E. A. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 4, n. 1, p. 53–78, 2015.
- VAN HAUTE, E. CARTY, R. K. Ideological misfits: A distinctive class of party members. **Party Politics**, v. 18, n. 6, p. 885–895, 2012.
- VAN HAUTE, E.; GAUJA, A. **Party members and activists**. Party Members and Activists. Routledge, 2015.
- VAN HAUTE, E.; RIBEIRO, P. F. Country or party? Variations in party membership around the globe. **European Political Science Review**, v. 14, n. 3, p. 281–295, 2022.
- VERBA, S; SCHLOZMAN, L, K; BRADY, H; **Voice and equality**: Civic voluntarism in American politics, Harvard UP, 1995.
- WEBER, R. Why do young people join parties? The influence of individual resources on motivation. **Party Politics**, v. 26, n. 4, p. 496–509, 2020.
- WELZEL, C. Why The Future Is Democratic. **Journal of Democracy**, v. 32, n. 2, p. 132–144, 2021.
- WHITELEY, P.; AFFAIRS, P. S.-P. Labour's Vote and Local Activism: The Impact of Local Constituency Campaigns. **Parliamentary Affairs**, 1992.
- WHITELEY, P. F. **Rational Choice Theory and Political Participation**. The Oxford Handbook of Political Participation, p. 135–151, 2022.
- WHITELEY, P.; SEYD, P. **High-intensity participation**: the dynamics of party activism in Britain. University of Michigan Press, 2002.
- WHITELEY, P.; SEYD, P.; ANTONY, B. **Third force politics**: Liberal Democrats at the grassroots. OUP Oxford, 2006.
- WHITELEY, P.; SEYD, P.; RICHARDSON, J. **True blues**: The politics of Conservative Party membership. OUP Oxford, 1994.
- WHITELEY, P. Are groups replacing parties? A multi-level analysis of party and group membership in the European democracies. Conference on Britain After Blair, the British Politics, 2007.
- WIDFELDT, A. Losing Touch? The Political Representativeness of Swedish Parties, 1985 – 1994. **Scandinavian Political Studies**, v. 22, n. 4, p. 307–326, 1999.

## ANEXOS

Figura 5. Número total de filiados a partidos políticos em vinte e cinco países



Fonte: Party Politic Data Base Project (PPDB) (2023)

**Tabela 12. Preditores da Participação de Alta Intensidade entre os Filiados Brasileiros**

	Civic Model	Rational Choice	Psychologic Model	General Model	General Model Dummy
Convicção Política		0.656*** (0.149)		0.697*** (0.154)	0.415*** (0.165)
Convívio Partidário		0.258* (0.152)	0.528*** (0.125)	0.251 (0.157)	0.271 (0.167)
Amizade			0.164 (0.125)	0.206 (0.155)	0.236 (0.156)
Emprego		-0.349 (0.268)		-0.429 (0.279)	-0.410 (0.286)
Candidatura		0.177 (0.140)		0.177 (0.144)	0.209* (0.146)
Crença específica		0.166 (0.150)		0.126 (0.155)	0.069 (0.161)
Oposição		-0.020 (0.142)		-0.067 (0.146)	-0.034 (0.147)
Cargo Partidário		-0.048 (0.200)		-0.030 (0.209)	0.376** (0.156)
Associativismo			0.186 (0.119)	0.056 (0.151)	0.055 (0.149)
Ideologia		-0.053** (0.024)		-0.054** (0.026)	-0.061** (0.026)
Tolerância Partidária		0.081 (0.183)		0.107 (0.190)	0.045 (0.201)
Tradição Familiar			0.052 (0.123)	0.009 (0.150)	-0.005 (0.158)
Influência País	0.642*** (0.135)	0.471*** (0.145)	0.508*** (0.122)	0.499*** (0.149)	0.393** (0.156)
Influência voto	0.130 (0.133)	-0.025 (0.139)	0.107 (0.119)	0.024 (0.143)	0.080 (0.155)
Influência Partido	0.574*** (0.130)	0.571*** (0.138)	0.424*** (0.117)	0.547*** (0.142)	0.280* (0.152)
Renda	0.210** (0.085)			0.195** (0.089)	0.099 (0.093)
Etnia	0.070 (0.132)				
Idade	-0.005 (0.006)				
Político	0.654*** (0.250)	0.829*** (0.261)	0.774*** (0.213)	0.724*** (0.264)	0.341* (0.166)
Presidente da Executiva	0.459*** (0.127)	0.530*** (0.134)	0.460*** (0.112)	0.551*** (0.138)	0.485*** (0.140)
Observations	1,339	1,180	1,719	1,124	1,133
R <sup>2</sup>	0.069	0.100	0.071	0.111	0.060

p\* < 0.1 \*\*p < 0.05 \*\*\*p < 0.01

**Tabela 13. Participação de Alta Intensidade e Posicionamento Ideológico dos Filiados Brasileiros**

Posicionamento Ideológico	5 faixas	3 faixas	2 faixas	Extremistas	Misfitis
Convicção Política	0.717*** (0.149)	0.736*** (0.141)	0.612*** (0.122)	0.642*** (0.123)	0.669*** (0.147)
Político	0.802*** (0.261)	0.965*** (0.249)	0.803*** (0.213)	0.810*** (0.213)	0.869*** (0.264)
Presidente da Executiva Municipal	0.580*** (0.134)	0.531*** (0.128)	0.413*** (0.112)	0.401*** (0.112)	0.526*** (0.134)
Cargo Partidário	-0.055 (0.198)	-0.120 (0.185)	-0.066 (0.158)	-0.075 (0.158)	-0.075 (0.198)
Convívio	0.252* (0.150)	0.310** (0.144)	0.487*** (0.127)	0.489*** (0.127)	0.233 (0.152)
Candidatura	0.175 (0.136)	0.186 (0.133)	0.079 (0.117)	0.058 (0.117)	0.151 (0.138)
Influência Partido	0.578*** (0.138)	0.607*** (0.131)	0.499*** (0.115)	0.493*** (0.115)	0.558*** (0.138)
Influência País	0.505*** (0.142)	0.435*** (0.134)	0.454*** (0.119)	0.476*** (0.119)	0.437*** (0.143)
Emprego	-0.183 (0.251)	-0.171 (0.238)	-0.176 (0.201)	-0.174 (0.201)	-0.137 (0.266)
Centro	-0.159 (0.217)	-0.080 (0.157)			
Direita	-0.180 (0.237)	-0.301* (0.154)	0.454*** (0.165)		
Direita Extrema	-0.625** (0.246)				
Extrema Esquerda	-0.177 (0.243)				
Extremistas				-0.334*** (0.129)	
Incoerentes					-0.365** (0.148)
R <sup>2</sup>	0.102	0.107	0.088	0.087	0.100

p\* < 0.1 \*\*p < 0.05 \*\*\*p < 0.01

**Tabela 14. Posição Ideológica e Incentivos Políticos Envolvidos na Filiação Partidária**

Posicionamento Ideológico	Direita	Esquerda
Convicção Política	-0.190 (0.121)	1.094*** (0.151)
Candidatura	0.294** (0.117)	-0.541*** (0.128)
Associativismo	-0.420*** (0.124)	0.840*** (0.127)
Tradição Familiar	0.093 (0.123)	-0.228* (0.137)
Amizade	0.224* (0.124)	-0.356** (0.146)
Convívio	0.059 (0.127)	0.029 (0.141)
Cargo Partidário	-0.242 (0.163)	-0.227 (0.181)

Crença Específica	0.155 (0.127)	-0.235* (0.138)
Emprego	0.033 (0.205)	-0.043 (0.232)
Oposição	0.038 (0.119)	0.107 (0.131)
Constant	-1.147*** (0.139)	-1.726*** (0.164)
Observations	1,703	1,703
R <sup>2</sup>	0.018	0.096

\*p<0.1 \*\*p<0.05 \*\*\*p<0.01

**Tabela 15. Posicionamento Ideológico e Modalidades de Participação Desempenhada pelos Filiados**

	Direita	Esquerda
Administração Partidária	0.335** (0.158)	-0.051 (0.136)
Reunião Partidária	1.354*** (0.261)	0.707*** (0.219)
Comício	0.075 (0.169)	-0.004 (0.154)
Convenção Partidária	0.327 (0.220)	0.147 (0.202)
Eleição de Diretório	-0.158 (0.186)	0.321* (0.175)
Panfletagem	-0.045 (0.167)	0.274* (0.149)
Recrutamento	0.495** (0.194)	-0.212 (0.164)
Delegado	-0.084 (0.158)	0.338** (0.135)
Candidatura	0.003 (0.147)	-0.015 (0.127)
Internet	-0.002 (0.161)	0.465*** (0.133)
Manifestação	-0.604*** (0.170)	0.639*** (0.144)
Constant	-3.505*** (0.196)	-2.978*** (0.152)
Observations	2,419	2,419
R <sup>2</sup>	0.063	0.113

\*p<0.1 \*\*p<0.05 \*\*\*p<0.01

**Tabela 16. Posicionamento Incoerente entre os Filiados a Partidos Políticos Brasileiros (%)**

Partido	Congruentes	Esquerda	Direita	Misfits	N
AVANTE	74	16	10	16	19
CIDADANIA	44	30	26	36	50
DEM	54	18	28	32	65

MDB	43	32	25	39	119
PATRIOTA	48	21	31	34	29
PCdoB	72	21	7	22	58
PDT	47	25	28	28	92
PL	59	18	22	27	54
PMN	44	33	22	11	9
PODE	53	19	28	28	43
PP	51	26	23	31	74
PROS	38	26	36	53	34
PRTB	47	20	33	33	15
PSB	49	32	19	27	97
PSC	71	6	23	21	34
PSD	54	28	17	21	63
PSDB	51	35	15	29	95
PSL	54	18	28	28	50
PSOL	61	16	23	18	38
PT	68	17	15	15	151
PTB	38	36	25	37	52
PTC	75	12	13	13	8
PV	42	25	33	36	52
REPUBLICANOS	57	17	25	35	40
SOLIDARIEDADE	47	32	21	41	34

Fonte: Survey Cepp (2020)

**Tabela 17. Participação de Alta Intensidade e Marcadores Cronológicos dos Filiados Brasileiros**

Marcadores Cronológicos	Idade	Ciclo de Vida	Geração
Convicção Política	0.811*** (0.135)	0.760*** (0.135)	0.811*** (0.135)
Influência País	0.629*** (0.134)	0.576*** (0.134)	0.629*** (0.134)
Escolaridade	-0.372*** (0.141)	-0.417*** (0.142)	0.372*** (0.141)
Renda	0.255*** (0.082)	0.248*** (0.082)	0.255*** (0.082)
Presidente Executiva Municipal	0.487*** (0.126)	0.486*** (0.127)	0.487*** (0.126)
Influência Partido	0.535*** (0.128)	0.544*** (0.129)	0.535*** (0.128)
Jovem Adulto		0.286** (0.132)	
Velho Filiado		-0.276** (0.129)	
Geração			0.375*** (0.080)
Observations	1,314	1,314	1,314
R <sup>2</sup>	0.098	0.089	0.098

\*p<0.1 \*\*p<0.05 \*\*\*p<0.01

**Tabela 18. Participação de Alta Intensidade e Perfis de Ciclo de Vida e Geração de Filiados**

	Tempo dedicado ao Partido
Convicção Política	0.767*** (0.136)
Adulto Novo Filiado	0.153 (0.201)
Jovem Adulto Antigo Filiado	0.119 (0.191)
Jovem Adulto Novo Filiado	0.437** (0.197)
Jovem Velho Filiado	-1.250 (0.769)
Jovem Novo Filiado	-0.335 (0.395)
Velho Antigo Filiado	-0.339 (0.207)
Velho Novo Filiado	0.215 (0.280)
Influência Partidária	0.542*** (0.129)
Influência País	0.581*** (0.134)
Escolaridade	-0.418*** (0.142)
Renda	0.252*** (0.083)
Presidente Executiva Municipal	0.470*** (0.127)
Observations	1,314
R <sup>2</sup>	0.094

\*p<0.1 \*\*p<0.05 \*\*\*p<0.01